



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA
VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

LUCIANO PEREIRA DA SILVA

DETERMINANTES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS
DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS
PUBLICAÇÃO: 92/2014

Brasília / DF
Janeiro / 2014

LUCIANO PEREIRA DA SILVA

**DETERMINANTES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E
ENTORNO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Pereira de Andrade

Coorientador: Prof. Dr. Luiz Honorato da Silva Junior

**Brasília / DF
Janeiro / 2014**

SILVA, L. P. da. **Determinantes de sustentabilidade ambiental e participação política em assentamentos rurais do Distrito Federal e entorno.** 2014, 110p. Dissertação. (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1014818.

S586d Silva, Luciano Pereira da.
Determinantes de participação política e de sustentabilidade ambiental em assentamentos rurais : um estudo de caso no Distrito Federal e Entorno / Luciano Pereira da Silva. -- 2014.
110 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, 2014.
Orientação: Manoel Pereira de Andrade ; coorientação: Luiz Honorato da Silva Junior.

1. Assentamento agrário - Distrito Federal (Brasil).
2. Sustentabilidade. 3. Participação política. I. Andrade, Manoel Pereira de. II. Silva Junior, Luiz Honorato da. III. Título.

CDU 332.021.8:63

LUCIANO PEREIRA DA SILVA

**DETERMINANTES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E
ENTORNO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Agronegócios da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios.

Aprovada pela seguinte Banca Examinadora:



PROF. DR. MANOEL PEREIRA DE ANDRADE, (UnB).
(ORIENTADOR)



PROF. DR. MAURO EDUARDO DEL GROSSI, (UnB).
(MEMBRO INTERNO)



PROF. DR. FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO, (UnB).
(SUPLENTE)

Brasília / DF, 31 de Janeiro de 2014.

Agradecimentos

A Deus, por mais uma conquista em minha vida. A todos os meus familiares, pelas palavras motivadoras e pela força necessária para a conclusão desse curso. Ao meu Orientador, professor Dr. Manoel Pereira de Andrade, por toda sua paciência e empenho no decorrer desse trabalho. A todos os meus amigos, pelos incentivos e principalmente pelos diálogos e angústias compartilhadas nos momentos de tensão e de glórias. Ao Instituto Federal de Brasília – IFB, *Campus* Taguatinga Centro, pela concessão de infraestrutura e apoio técnico que foram essenciais no desenvolvimento desse trabalho. Enfim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram com essa conquista.

*" A humanidade é desumana
Mas ainda temos chance,
O sol nasce pra todos,
Só não sabe quem não quer,"
(Renato Russo)*

RESUMO

As novas concepções acerca do termo desenvolvimento passaram a interpretá-lo como um processo multidimensional, envolvendo uma verdadeira transformação de sistemas econômicos e sociais, na qual se exige uma maior participação política da sociedade civil nos processos decisórios, principalmente os locais, como também melhores práticas ambientais e sustentáveis. Essa participação ocorreu fortemente no Brasil por meio de movimentos e representações sociais, como foi o caso das lutas do campo em que surgiram diversos acampamentos e posteriormente assentamentos rurais. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo avaliar a sustentabilidade ambiental e a participação política nos assentamentos beneficiados pelo programa de reforma agrária no Distrito Federal e Entorno, região essa que é definida por lei como uma Região Integrada de Desenvolvimento Econômico, e que gerou e ainda gera diversas lutas sociais de acesso à terra e outros direitos coletivos. No intuito de determinar as correlações entre a Participação Política e a Sustentabilidade Ambiental nesses assentamentos e ao mesmo tempo avaliar a influência dos movimentos sociais nesse processo, foi realizada uma pesquisa de campo em que foram aplicados 408 questionários em famílias assentamentos pertencentes a 11 Assentamentos de Reforma Agrária da RIDE – DF. Para fins de elaboração do perfil socioeconômico dos assentados, bem como para mensuração dos comportamento político e ambiental dos assentados, inferiu-se, por meio do cálculo do Índice de Sustentabilidade Ambiental – ISA e Índice de Participação Política – IPP, que os assentados possuem níveis intermediários em ambos os comportamentos. Alguns indicadores contidos neles precisam ser melhorados, bem como outros precisam ser potencializados. Além disso, foram estimados modelos por Mínimos Quadrados Ordinários, que comprovaram a determinação do ISA principalmente pelas variáveis idade, MST, Participação Política e transferências sociais. Já o IPP, mostra-se condicionado de forma significativa expressiva pela Sustentabilidade Ambiental, escolaridade do chefe, MST e idade. Em suma, verificaram-se significantes correlações entre um ótimo comportamento ambiental e o nível de politização dos assentados. Esses comportamentos foram melhor determinados quando se promoveu a interação entre variáveis, tentando maximizar características potenciais dos assentados. Sugere-se, por fim, que as políticas e ações direcionadas para o desenvolvimento local desse indivíduos devem estar atreladas a um desenvolvimento rural integrado e potencializado através de projetos pautados na Sustentabilidade Ambiental e na Participação Política efetiva dos assentados.

Palavras-chave: Assentamentos; Sustentabilidade Ambiental; Participação Política.

ABSTRACT

The new conceptions about the term development began to interpret it as a multidimensional process, involving a true transformation of economic and social systems, which requires a greater political participation of civil society in decision process mainly local, as well as best environmental and sustainable practices. This participation has occurred strongly in Brazil through social movements and representations, as was the case in the field struggles in which emerged many camps and, lately rural settlements. In this context, the present research aims to evaluate environmental sustainability and the political participation in the settlements benefited from the land reform program in the Federal District and surrounding areas, this region that is defined by law as an Integrated Region of Economic Development, which generated and still generates several social struggles for access to land and other collective rights. In order to determine the correlations between Political Participation and Environmental Sustainability in these settlements and at the same time evaluate the influence of social movements in this process, it has been accomplished a field survey in which were applied 408 questionnaires to families of settlements belonging to 11 Land Reform Settlements from RIDE - DF. For the preparation of the socioeconomic profile and measurement of environmental and political behavior of the settlers, it was inferred, by calculating the Environmental Sustainability Index - ISA and Political Participation Index - IPP, that the settlers have intermediate levels in both behavior. Some indicators contained in them need to be improved, as well as others need to be enhanced. Furthermore, models were estimated by Ordinary Least-Square, which proved the determination of ISA primarily by variables age, MST, Political Participation and social transfers. Yet, IPP shows to be significantly influenced by Environmental Sustainability, Chief's Education, MST and age. In short, there were significant correlations between an optimal environmental performance and the level of politicization of the settled. These behaviors were best determined when it was promoted the interaction between variables, trying to maximize potential features of the settlers. Then it is concluded that the policies and actions directed towards local development of those individuals should be linked to integrated rural development and enhanced through projects based on Environmental Sustainability and Effective Political Participation of the settlers.

Keywords: Settlements, Environmental Sustainability; Political Participation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema de Pesquisa e Justificativa	15
1.2 Objetivo Geral	17
1.3 Objetivos Específicos	17
2 MARCO CONCEITUAL E TEÓRICO	18
2.1 Participação Política e Desenvolvimento	18
2.2 Sociedade Civil Organizada e Movimentos Sociais	22
2.3 Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural	30
3 REVISÃO DE LITERATURA	38
3.1 Histórico e Perfil Socioeconômico Regional da RIDE / DF	38
3.2 A Ocupação de Terras na RIDE - DF	44
3.3 O Meio Rural da RIDE – DF: Movimentos e Conflitos	45
3.4 Os Assentamentos Rurais da RIDE - DF	51
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	55
4.1 Fonte dos dados e Delineamento da Pesquisa	55
4.2 Método de Análise	55
<i>4.2.1 Índice de Sustentabilidade Ambiental</i>	<i>57</i>
<i>4.2.2 Índice de Participação Política</i>	<i>59</i>
<i>4.2.3 Modelo Econométrico</i>	<i>61</i>
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	63
5.1 Assentamentos Pesquisados	63
5.2 Características Socioeconômicas dos Assentados Pesquisados na RIDE – DF	65
5.3 Determinantes Econométricos de Participação Política e Sustentabilidade Ambiental	71
<i>5.3.1 Definição dos Modelos Econométricos Estimados e das Variáveis Utilizadas</i>	<i>72</i>
<i>5.3.2 Modelos de Sustentabilidade Ambiental</i>	<i>72</i>
<i>5.3.3 Modelos de Participação Política</i>	<i>78</i>
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86
ANEXOS	96
ANEXO A	96
APÊNDICES	97
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA	97
APÊNDICE B – DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECÔMICOS DA RIDE-DF	99
APÊNDICE C – DISTÂNCIA ENTRE O DF E OS DEMAIS MUNICÍPIOS DA RIDE	101

APÊNDICE D – POPULAÇÃO RESIDENTE NA RIDE-DF, POR SITUAÇÃO DO DOMICILIO E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA NO ANO DE 2010.....	102
APÊNDICE E – DADOS E CARACTERISTICAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS REGISTRADOS NA SR-28/INCRA.....	103
APÊNDICE F – DADOS E CARACTERISTICAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA RIDE-DF REGISTRADOS NA SR-28/INCRA E NA EMATER - DF.....	105
APÊNDICE G – PERCENTUAIS DO ISA POR VARIÁVEL / UF.....	106
APÊNDICE H – PERCENTUAIS DO IPP POR VARIÁVEL / UF	108
APÊNDICE I – DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NOS MODELOS ESTIMADOS PARA DETERMINAÇÃO DO ISA E IPP.....	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	- Trajetória Recente dos Movimentos Sociais no Brasil	28
Tabela 02	- PIB da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do DF e Entorno - RIDE-DF (2000 A 2007)	43
Tabela 03	- Fases de Ocupação da RIDE-DF	49
Tabela 04	- Assentamentos Visitados Durante a Pesquisa	63
Tabela 05	- Estatísticas descritivas das variáveis dos modelos	65
Tabela 06	- Determinantes de Sustentabilidade Ambiental em Assentamentos Rurais da RIDE - DF	73
Tabela 07	- Determinantes de Participação Política em Assentamentos Rurais da RIDE/DF	79
Tabela B.1	- Dados Demográficos e Socioeconômicos da RIDE - DF	99
Tabela C.1	- Distância entre o DF e os demais Municípios da RIDE – DF	101
Tabela D.1	- População Residente na RIDE-DF, por Situação do Domicílio e Localização da Área no Ano de 2010	102
Tabela E.1	- Dados e Características dos Assentamentos Rurais Registrados na SR-28/INCRA	103
Tabela F.1	- Dados e Características dos Assentamentos Rurais da RIDE-DF Registrados na SR-28/INCRA e na EMATER - DF	105
Tabela G.1	- Percentuais do ISA por Variável / UF	106
Tabela H.1	- Percentuais do IPP por Variável / UF	108
Tabela I.1	- Definição das Variáveis Utilizadas nos Modelos Estimados para determinação do ISA e IPP	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	- Mapa da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do DF e Entorno - RIDE-DF	39
Figura 02	- Mapa de crescimento populacional da RIDE-DF entre os anos de 1991 e 2000	41
Figura 03	- Números de Assentamentos criados na RIDE-DF no período de 1970 a 2012	53
Figura 04	- Variações do ISA em relação aos Anos de Vida dos Assentados	75
Figura 05	- Variações do ISA em Relação ao Tamanho das Famílias Assentadas	77
Figura 06	- Variações do IPP em Relação aos Anos de Vida dos Assentados	81
Figura 07	- Variações do IPP em Relação ao Tamanho das Famílias Assentadas	82
Figura A.1	- População das RMs e RIDEs nos Anos 2000, 2010 E 2012	96

LISTA DE ABREVIACOES

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CNTU	Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERAR	Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais de Assentamentos de Reforma Agrária
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central única dos Trabalhadores
DF	Distrito Federal
DF	Distrito Federal
FA	Frequência Absoluta
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FR	Frequência Relativa
GO	Goiás
GRPU	Gerência Regional do Patrimnio da União
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPP	Índice de Participação Polítca
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
ISA	Índice de Sustentabilidade Ambiental
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG	Minas Gerais
MI	Ministério da Integração
MIT	Massachussetts Institute of Technology
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG	Organização Não-Governamental
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RIDE - DF	Região Integrada para Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás
SPU	Secretaria do Patrimnio da União
SR - 28	Superintndncia Regional do INCRA da Região do Distrito Federal e Entorno
SUDECO	Superintndncia de Desenvolvimento do Centro-Oeste
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

1 INTRODUÇÃO

As novas propostas de desenvolvimento em discussão se dão em torno da sustentabilidade, uma vez que os desafios e as discussões sobre esse tema tornaram-se amplos e globais. As palavras que definem melhor este momento de complexidade envolvem crise e mudança. A crise que envolve os paradigmas do séc. XXI são de ordens econômica, social e ambiental, necessitando de uma reconfiguração dos atores sociais e agentes econômicos, ou seja, existe uma profunda alteração nas relações de produção, afetando o mundo do trabalho, sustentado principalmente pelo desenvolvimento tecnológico, bem como várias lacunas no sentido de garantir a conservação de recursos, gerar fontes alternativas de produção, promover melhoras sociais e permitir o acesso de todos aos bens essenciais à vida humana.

Essas preocupações ambientais trazem a busca por uma agricultura sustentável. As diversas conferências ambientais sinalizaram um novo paradigma: o do Desenvolvimento Sustentável, que, para ser atingido, enfrenta a demanda crescente por produtos agrícolas, a escassez de recursos produtivos, a busca da competitividade no mercado internacional e processos produtivos que favoreçam, de modo simultâneo, aos indicadores ecológicos, econômicos e sociais, em longo prazo. O caminho apontado para agricultura sustentável busca inserir esse novo paradigma e traz como possível saída o modelo agroecológico, que tenta incorporar, de forma sistêmica, as três dimensões de sustentabilidade: um sistema agrícola economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente sustentável (OLIVEIRA *et al*, 2008).

Nesse sentido, as configurações econômicas mundiais para o século XXI requerem a construção de políticas de desenvolvimento, calcadas na construção de práticas das ações públicas, que possam promover o desenvolvimento com mais equidade social e eficiência econômica. As ações predatórias do sistema capitalista de produção têm provocado desequilíbrios acentuados no meio rural brasileiro. No “novo” rural brasileiro, têm predominado relações de produção sob domínio das ações capitalistas.

A utilização do termo “novo” se relaciona também às novas atividades desenvolvidas no campo, essas novas atividades não são tão novas assim, mas, na verdade, elas deixam de ser *hobbies* para serem atividades com grande valorização e que vêm desenvolvendo a urbanização do meio rural (DEL GROSSI; SILVA, 2002).

Quanto à ocupação das pessoas no campo, fica evidenciado que uma série de novas atividades vêm surgindo no meio rural, ocupando pessoas em atividades agrícolas, mas, principalmente, também em atividades não-agrícolas:

Também se observa a expansão das construções rurais, quer para segunda moradia das famílias urbanas de rendas média e alta, em chácaras e sítios de lazer no interior, quer para moradia da população menos favorecida. As dificuldades crescentes para ingressar no mercado de trabalho urbano e de aquisição da casa própria, aliadas ao avanço das facilidades nos meios de transporte, têm feito com que o meio rural seja uma opção de moradia cada vez mais interessante para boa parte da população de baixa renda. Dessa forma, o meio rural também tem-se tornado o espaço da moradia, assim uma de suas novas funções, além da produção de alimentos (DEL GROSSI; SILVA, 2002, p. 7-8).

Diante disso, as novas concepções acerca do termo desenvolvimento passaram a interpretá-lo como um processo multidimensional, envolvendo uma verdadeira transformação de sistemas econômicos e sociais. Verificou-se um processo de mudanças vertiginosas em toda a sociedade mundial, ocasionando uma nova transição de paradigmas econômicos, políticos, sociais e ambientais. É resultado de um processo de reordenamento capitalista que, no bojo das transformações impostas pela nova ordem mundial, obriga os atores sociais (as instituições agentes e atores sociais) a repensarem o conceito de desenvolvimento, a função pública, a relação entre o setor público e o setor privado e, conseqüentemente, entre o Estado e a sociedade (CARDOSO, 2003).

Contudo, esse desenvolvimento socialmente desejável é articulado através do envolvimento da sociedade como um todo e não apenas de alguns membros dela, ou seja, deve haver incentivos ao empreendedorismo coletivo e não individual. Entende-se por desenvolvimento um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma (SINGER, 2004).

1.1 Problema de Pesquisa e Justificativa

Leff (2008) defende que o conceito de desenvolvimento sustentável, além de incluir a dimensão ambiental, também implica na necessidade de gerar as condições econômicas e políticas que permitam a participação comunitária na definição de suas necessidades, na autogestão de seus recursos e na produção de seus satisfatores, bem como na inovação, assimilação e adaptação de tecnologias voltadas para a sustentabilidade. Sendo assim, o desenvolvimento sustentável, a partir de um conceito de ambiente, também poderá promover equidade social, com autonomia cultural e independência política dos povos.

Essa participação deve ter um caráter político. Segundo Gohn (2001), ela deve ser plural, não se tratando de indivíduos isolados e nem de indivíduos membros de um grupo social. Sendo que se devem dividir responsabilidades com a comunidade, e não apenas colocar esta última como um ator marginal em programas esporádicos.

A participação envolve também lutas pela divisão das responsabilidades dentro do governo. Essas lutas possuem várias frentes, tais como a constituição de uma linguagem democrática não excludente nos espaços participativos criados ou existentes, o acesso dos cidadãos a todo tipo de informação que lhe diga respeito e o estímulo à criação e desenvolvimento de meios democráticos de comunicações (GOHN, 2001, p. 19).

Existem várias formas de expressão dessa participação nos espaços públicos. Ela pode estar centrada tanto em movimentos ideológicos, como em redes associativas ou organizações do terceiro setor, como as Organizações Não-Governamentais – ONGs.

No meio rural brasileiro, a participação teve impulso principalmente através de movimentos baseados em correntes ideológicas específicas. Todavia, o foco era a luta pela terra. Essa que transcorreu toda a história do Brasil e ainda hoje ocupa posição central nas plataformas de discussões que colocam a moradia e o acesso a esse fator de produção, como primordiais para um desenvolvimento com equidade social.

Sauer e Souza (2008) destacam que a organização e mobilização dos movimentos sociais agrários possuem uma unificação na luta por direitos, especialmente pelo direito à terra e, por extensão, ao trabalho, moradia, saúde, educação, enfim, a uma vida digna no campo.

Uma das formas de se garantir a terra e, conseqüentemente, a moradia foi à instalação de assentamentos rurais. O assentamento rural é uma das formas objetivas de se fazer uma reforma agrária. Bergamasco e Norder (1996, p. 7) acreditam que:

de maneira genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7).

Os assentamentos rurais brasileiros são frutos de intensas lutas de movimentos sociais pela reforma agrária promovida pelos trabalhadores rurais. Desempenham um importante papel no espaço rural brasileiro devido à contribuição social e econômica que podem surgir com a geração de emprego; a diminuição do êxodo rural; o aumento na oferta de alimentos; elevação do nível de renda com conseqüente melhoria na qualidade de vida dos assentados (IICA, 2011).

Abramovay (1990), em sua obra que define o marco teórico fundamental desta atividade, relata que a agricultura familiar permeou as construções sociais e que o seu desenvolvimento propiciou a transferência de renda que impulsionou o desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos. Em razão da sua importância, fez-se necessário a criação de políticas públicas para a sobrevivência desse setor em meio à competição desleal instalada entre grandes e pequenos produtores em conseqüência da intervenção estatal nesse setor estratégico, tanto os produtores como consumidores são beneficiados.

Feitas essas considerações, com o presente estudo, pretende-se esclarecer a seguinte questão: A ocorrência de uma Participação Política efetiva, dentro dos processos e discussões sociais, é capaz de promover a Sustentabilidade Ambiental em Assentamentos Rurais da agricultura familiar, iniciados por movimentos sociais do campo, no Distrito Federal e Entorno?

A escolha da área de estudo deve-se ao fato de que, no Distrito Federal, a demanda por alimentos cresce a cada ano, especialmente no segmento de alimentos orgânicos, que são exatamente os que mais interessam aos assentados produzirem. Isso porque, para eles, a transição agroecológica é responsável por reduzir a dependência destes agricultores de insumos externos, o que representa um grande avanço do ponto de vista da economia de custos. Contudo, a maior parte dos Assentamentos – sejam do MST ou ligadas a outras instituições políticas – está no Entorno do DF, devido à região distrital possuir uma alta especulação imobiliária e criar entraves à distribuição de terras (RODRIGUES, 2011).

Justificando a importância e amplitude do estudo, é fundamental pensar a viabilidade dos assentamentos da agricultura familiar não só do ponto de vista da produção de alimentos, mas também na formação de novos agentes sociais capazes de garantir a sua reprodução econômica, a sustentabilidade e a participação social nas decisões da comunidade.

Vale ressaltar que os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo podem subsidiar tomadas de decisões dos assentados no que diz respeito à avaliação e ampliação das ações que envolvem toda a comunidade e, ainda, apresentar resultados que possam vir a estimular órgãos privados e governamentais, comprometidos com ações de Sustentabilidade Ambiental e de inserção de da sociedade civil em discussões locais, a investir nos assentamentos através de parcerias.

1.2 Objetivo Geral

O objetivo geral desta dissertação é analisar a Sustentabilidade Ambiental e a Participação Política em Assentamentos beneficiados pelo programa de reforma agrária no Distrito Federal e Entorno.

1.3 Objetivos Específicos

- Realizar um levantamento dos assentamentos de reforma agrária existentes no Distrito Federal e Entorno, relacionando a ligação destes ou não, com movimentos sociais e suas organizações;
- Buscar evidências sobre eventuais relações entre a participação política e a Sustentabilidade Ambiental em Assentamentos Rurais de reforma agrária e como ocorrem os processos decisórios junto aos assentados;
- Calcular os Índices de Sustentabilidade Ambiental e Participação Política dos assentamentos rurais pesquisados;
- Identificar as variáveis socioeconômicas que estão mais relacionadas com a Sustentabilidade Ambiental e com a Participação Política nos assentamentos estudados.

2 MARCO CONCEITUAL E TÉORICO

2.1 Participação Política e Desenvolvimento

Segundo Furtado (2000, p. 106), “o desenvolvimento se realiza sob a ação conjunta de fatores responsáveis por transformações nas formas de produção e de forças sociais que condicionam o perfil da procura”. Essa é uma face do que se concebe por desenvolvimento. Para Sen (2000, p. 10), “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição agente”.

De acordo com Sachs (1993), os paradigmas do desenvolvimento deveriam apresentar alguns princípios na direção de preservar as futuras gerações; criar condições para que todos consigam suprir necessidades básicas; permitir a participação da população enquanto agentes tomadores de decisões; e preservar o meio ambiente.

Nesse contexto, é perceptível que poucos desses princípios estão sendo inseridos no modelo de desenvolvimento adotado, ou seja, o nível de exclusão social que muitas sociedades enfrentam é alarmante. As privações das necessidades, mesmo as consideradas básicas, como moradia, educação, saúde e segurança, crescem na mesma proporção que o capital. Dessa forma, o processo de desenvolvimento não deve ser demonstrado apenas pelo crescimento da riqueza, mas como essa riqueza influencia na qualidade de vida da população.

As transformações que acompanham o desenvolvimento das sociedades têm como objetivo a manutenção da acumulação de capital, que, segundo os clássicos da teoria econômica, na indústria seria muito mais eficiente do que a agricultura. Dessa forma, a revolução industrial ocorrida nos séculos XVIII e XIX marcou o declínio do sistema feudal e o nascimento do capitalismo. A especialização do trabalho aumentou de forma significativa os ganhos de produção, enquanto que os pequenos produtores foram engolidos e substituídos pela grande empresa capitalista, causando uma grande devastação social, tanto urbana quanto rural. A revolução agrícola que antecedeu a revolução industrial trouxe muitas incertezas em relação ao trabalho, ou seja,

tanto os cercamentos das terras comuns quanto as consolidações dos arrendamentos compactos, que acompanharam o novo e grande avanço nos métodos agrícolas, acarretavam resultados muito perturbadores. A guerra contra as habitações do campo, a absorção das hortas e terrenos que rodeavam essas habitações o confisco dos direitos sobre as terras comuns, privaram a indústria doméstica de seus dois esteios: os rendimentos familiares e o 'pano de fundo' agrícola (POLANNYI, 2000, p. 115).

No Brasil, o subdesenvolvimento se arrasta ainda no início do século XXI, em que algumas questões em relação à produção foram superadas. Com o desenvolvimento tecnológico, muitas das limitações naturais da agricultura foram eliminadas, principalmente quanto à sua capacidade de produzir alimentos. Entretanto, questões mais simples ainda estão indeterminadas, como a questão agrária. O termo 'questão agrária' "sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político" (STÉDILE, 2005, p. 17).

Considerando a discussão sobre sustentabilidade e sua amplitude, levando-se em conta que se deve garantir o acesso a alimentos e outros bens essenciais aos indivíduos, bem como também garantir o acesso pelas gerações futuras através da preservação e conservação dos ecossistemas e diversidades regionais, como se defende nos principais encontros mundiais sobre o tema. Nesse sentido, deve-se atentar para a relevância de se reconhecer a possibilidade de a sustentação puramente ecológica se converter num instrumento de exclusão social (NEDER, 2002).

Nesse sentido, se destaca os princípios do ecodesenvolvimento defendido por Sachs (1993), tais princípios orientam para um desenvolvimento em sintonia com as finalidades sociais, defendem a valorização da autonomia, a simbiose com a natureza e, por fim, relaciona com a eficiência econômica gerada a partir da adoção de padrões de consumo racionais.

Nesse contexto, a participação social ganha destaque nos processos de desenvolvimento e de tomada de decisões, viabilizados pelo empoderamento que se traduz na ação coletiva pela busca efetiva dos direitos sociais igualitários, dentro dos espaços de discussões e decisões, na qual se podem citar as conferências nacionais realizadas em todos os âmbitos da sociedade. Conforme Novaes (2007), deve-se levar em consideração, também, a participação da comunidade nas decisões acerca do caráter e dos objetivos do desenvolvimento, em contraposição à visão tecnicista do século XX, onde predominava a ideia de que a burocracia estatal deveria decidir os rumos da sociedade.

A participação política está inserida dentro dos processos democráticos de gestão. Contudo, a democracia, ao longo dos tempos, foi denominada de representativa por deixar de

ser direta, na qual tinha a participação de todos os cidadãos, para ser formada por partidos políticos e vinculada a cargos. Com isso, surgiram várias críticas e muitos autores falam até em crise democrática.

Pateman (1992) preocupa-se com o lugar da “participação” em uma teoria da democracia moderna e constata que, embora a ideia de participação tenha se tornado tão popular na sociedade, o conceito de participação perdeu a importância junto aos teóricos políticos e sociais. Segundo eles, a participação poderia abalar a estabilidade do sistema democrático.

Participação, segundo o dicionário do pensamento social do século XX, é

Um conceito ambíguo nas ciências sociais, pode ter um significado forte ou fraco [...] o princípio da participação é tão antigo quanto a própria democracia, mas se tornou imensamente mais difícil em consequência da escala de abrangência do governo moderno, bem como pela necessidade de decisões precisas e rápidas – como omissão é motivo de protesto por parte dos que exigem maior participação (BOTTOMORE e OUTHWAITE, 1993, p. 558 apud GOHN, 2001, p. 27).

Santos e Avritzer (2002) relatam que uma das principais críticas foram as schumpeterianas e marxistas. Esses que se opõem a modelos de democracia. Para eles, não podemos pensar na soberania popular como um posicionamento racional pela população ou por cada indivíduo acerca de uma determinada questão. Por essa via, o elemento procedimental da democracia já não é a forma como o processo de tomada de decisões remete para soberania popular. Para ele, o processo democrático é justamente o contrário: "um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas e administrativas" (SCHUMPETER, 1942, p. 242).

Um das críticas principais é a questão de um indivíduo ceder às pressões de grupos específicos e agir por impulso nas suas tomadas de decisões, o que leva a acreditar que não existe uma vontade original do povo, mas sim uma criação. Isso também é um dos fatos que podem ser inseridos no rol de motivos de uma possível crise da democracia hegemônica. Entretanto, além disso, devem ser levados em conta o surgimento desenfreado de partidos políticos e limites impostos por leis específicas que determinam a presença obrigatória nas urnas, o que leva a uma apatia política (SCHUMPETER, 1942).

Para Peruzzotti (2008) *apud* Addor (2011), a democracia representativa não deveria se restringir às eleições. Ela deve conter um ambiente institucional que possa oferecer aos cidadãos a oportunidade de influenciar na dinâmica das instituições representativas de forma contínua e regular. Sendo assim, o autor considera que a representação deve ser entendida

como um complexo processo político, que engloba não apenas o momento eleitoral, mas também a duração do mandato representativo por meio de múltiplas iniciativas cívicas, em que as associações e os movimentos procuram influenciar a tomada de decisão política.

Barber (1994) *apud* Kuster (2003) considera o princípio da representação incompatível com os direitos humanos democráticos, pois a autodeterminação liberal é delegada, a igualdade torna-se uma ficção na sociedade de massa unificada e a justiça social praticamente não consegue ser realizada, devido à limitação da autonomia e à autolimitação, ao enfraquecimento da capacidade de autorregulação da justiça. Assim, a representatividade impede a construção de uma realidade social coletiva, com a qual todos os membros se sintam comprometidos, pois os indivíduos tendem a se sentir responsáveis mais por aquilo que eles mesmos escolhem e ou decidem.

Dessa forma, a deliberação ganha espaço na discussão democrática, através da participação popular intermediada por conselhos, fóruns, conferências e outras instâncias representativas locais. Todavia, ela deve ser entendida não apenas como um processo de tomada de decisão, mas também um processo de argumentação e justificação de oposições, o que tornaria o processo decisório mais inclusivo e democrático nas sociedades atuais (AVRITZER, 2000).

A deliberação pressupõe uma ideia de cooperação, em que os participantes reconhecem que influenciaram na tomada de decisão e, assim, são convencidos a continuar cooperando, ou seja, a um consenso. Bohman (1996) defende que o processo dialógico não é algo estático e, para que ele ocorra, é preciso um contínuo diálogo entre o público deliberante e as instituições que organizam a deliberação. Caso isso não aconteça, pode comprometer a legitimidade da democracia. Isso geralmente pode acontecer se deliberação não estiver firmada através de uma instituição. Contudo, outros fatores também podem afetar a efetividade desse processo, entre eles, estão: desigualdades sociais, culturais, religiosas etc.

Em suma, a democracia deliberativa pode ser considerada com uma junção da democracia direta com a representativa, onde há uma representação política centralizada, mas, ao mesmo tempo, existe o envolvimento dos indivíduos como cidadão políticos ativos, construtores de consenso, por meio de diálogos interativos que influenciam diretamente na geração e elaboração de políticas públicas (GOHN, 2001).

Quanto à questão da institucionalização da participação, esse fator ganhou bastante força no final dos anos de 1990 no Brasil, através de ONGs e associações. Entretanto, a deliberação começa a ir além do que foi definida antes, a atuação da sociedade civil “tende a

protagonizar um conjunto de ações orientadas aos mais excluídos, mais discriminados, mais carentes e mais dominados” (SCHERER-WARREN, 2006, p.120).

Avritzer (2000) aponta que essa democracia deliberativa ocorre principalmente nos fóruns e conselhos, em se encontram a sociedade e o Estado. Assim, o autor pontua três características essenciais: a cessão de espaços decisórios por parte do Estado, simetria de informações e soluções e avaliação de experiências inovadoras ao decorrer de processos participativos.

No entanto, fazendo uma comparação com a participação dos anos de 1980, Gohn (2001, p. 58-59) cita que “no centro da participação social, encontramos o conceito de mobilização com conteúdos ressignificados, assim como se redefine o caráter da militância nas várias formas de participação existentes”. Nesse contexto deliberativo recente, a autora cita que a mobilização é esvaziada de seu conteúdo político e transformada em uma atividade voltada para se atingir resultados.

No entanto, a participação deve ser vista como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva e gerando novos valores e uma cultura política nova. Ao denominar os protagonistas da participação, deve-se destacar a questão do surgimento de indivíduos autônomos, onde a autonomia se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e reinterpretar o mundo (GOHN, 2005).

Quando o sujeito adquire uma linguagem que possibilite participar de fato, compreender e se expressar por conta própria, ele aceita as diferenças e individualidades das pessoas e das regiões do mundo, acata e assume a diversidade cultural. Aprende a dialogar com a diferença e o diferente, sem ter como meta aniquilá-los ou vencer a qualquer custo (GOHN, 2005).

2.2 Sociedade Civil Organizada e Movimentos Sociais

Nas novas concepções acerca do termo desenvolvimento, este termo passou a ser interpretado como um processo multidimensional, envolvendo uma verdadeira transformação de sistemas econômicos e sociais. Em suma, verificou-se um processo de mudanças vertiginosas em toda a sociedade mundial, ocasionando uma nova transição de paradigmas econômicos, políticos e sociais. Isso pode ser o resultado de um processo de reordenamento

capitalista que, no bojo das transformações impostas pela nova ordem mundial, obriga os atores sociais (governo, mercado e sociedade civil) a repensarem o conceito de desenvolvimento, a função pública, a relação entre o setor público e o setor privado e, conseqüentemente, entre o Estado e a sociedade (CARDOSO, 2003).

Para Cardoso (2003), cabe à sociedade civil, portanto, um papel de destaque nessa nova proposta de desenvolvimento, cumprindo-lhe, entre outras coisas, a tarefa de macro regular as estruturas do poder econômico e do poder político, acompanhando e interagindo com estes, num flagrante processo de complementaridade às ações do Estado e do mercado, ainda não observadas na história, materializadas a partir de ações como correção e desenvolvimento da cidadania com a criação de espaços éticos e políticos nas comunidades.

De acordo com Gohn (1995), observa-se, no cenário brasileiro dos anos 1990, a construção de uma nova concepção de sociedade civil. Resultado das lutas sociais empreendidas por movimentos e organizações sociais nas décadas anteriores, reivindicando direitos e espaços de participação social, essa nova concepção constrói uma visão ampliada da relação Estado-sociedade. Isso resultou na criação de uma nova esfera, entre o público e o privado, que é o público não-estatal, e no surgimento de uma ponte de articulação entre essas duas esferas, dada pelas políticas de parcerias.

Quando se fala em sociedade civil, Hegel é o primeiro autor moderno a conferir centralidade à ideia desta. Ela implica simultaneamente determinações individualistas e a procura de um princípio ético que jamais poderia vir do mercado, mas sim das corporações. No pensamento de Karl Marx, a sociedade civil não significa instituições postas entre família e Estado, como foi concebido por Hegel. Essa vai estar reduzida ao sistema das necessidades, isto é, à economia capitalista da sociedade burguesa. A sociedade civil envolve todo o conjunto da vida comercial e industrial de um determinado grau de desenvolvimento (GOHN, 2005).

Ao longo do tempo, o conceito de sociedade civil vem sofrendo muitas reformulações, mas foi ao final dos anos 70 que o termo ganhou maior destaque com a crença de que a sociedade civil deveria se mobilizar e se organizar a fim de alterar o regime militar vigente baseado em um ideal focado na noção de autonomia. Destacaram-se os movimentos sociais populares urbanos reivindicatórios de bens e serviços públicos, de terra e moradia, sendo que todos se identificavam pela reivindicação de mais liberdade e justiça social.

No primeiro grande ascenso mobilizatório de emergência do povo brasileiro, que teve início nos anos de 1950, o ponto central era a defesa da soberania por meio de movimentos anti-imperialistas. Foi nesse ciclo que se deu a formação das primeiras lutas nacionais no

campo brasileiro pela reforma agrária, com a formação das Ligas Camponesas e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, que era uma organização sindical rural condenada pelo Partido Comunista Brasileiro. Esse ciclo foi interrompido em 1964, de forma abrupta, durando até os anos de 1970, quando a ideia de democracia ativa e cidadania vão além da questão da soberania. Daí, acontece a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, que foram herdeiros das experiências das Ligas Camponesas com mediação da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Além disso, surgem as centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores – CUT foi a mais forte entre elas (GUIMARÃES, 2009).

Grzybowski (1987) descreve os movimentos sociais do campo e suas origens pelos seus motivos de lutas. O primeiro citado é o movimento dos posseiros, em que os conflitos pela posse da terra são classificados em três situações: as relações do tipo latifúndio-minifúndio, que predominaram no nordeste do Brasil e findou com a expulsão de dos posseiros por meio de ações de grilagem de terras e pecuarização; o segundo compreende os movimentos dos posseiros na fronteira agrícola que englobou Amazônia, Centro-oeste, Oeste da Bahia e Norte de Minas, nessas áreas, a expropriação foi feita por empresas agropecuárias e agrofloretais beneficiadas com incentivos fiscais e, por fim, o terceiro foi o movimento desencadeado nos seringais do Acre, onde os posseiros se opuseram à destruição dos seringais pelas novas empresas agropecuárias.

Em seguida, vem o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, que apresenta um maior grau de articulação interna entre os movimentos de luta pela terra e, por isso, revela maior homogeneidade nas formas de luta em seus vários conflitos particulares. Apresentam grande elo com a igreja católica, porém passa por tensas relações com a estrutura sindical e com as federações. Já o movimento dos atingidos por barragens revela novas lutas pela terra. Nesses movimentos, a expropriação é conduzida por grandes projetos de irrigação e ou construção de barragens para a geração de energia elétrica.

As outras lutas dos movimentos sociais do campo são contra as formas de exploração e assalariamento, que são movidas pelos trabalhadores operários do campo que exigem o reconhecimento deles como sujeitos coletivos e se opõem às práticas institucionais que coloquem os direitos sociais em segundo plano. Além dessa, há as lutas contra a subordinação do trabalho ao capital, na qual o movimento dos camponeses integrados, formado por uma fração do campo que se modernizou, requerem melhores condições de produção e comercialização de seus produtos, haja vista a importância que a mesma tem para o desenvolvimento da agricultura.

E, por fim, mais recentemente, surgiu o que se denominou novas frentes de lutas. Essas têm como objetivo gerar formas alternativas de desenvolvimento por meio de setores específicos, como movimentos de mulheres, cooperativas, ONGs etc.

Grzybowski (1987, p. 49) conclui que

O campo está prenhe de contradições e se agita de muitas formas. Cruzam e se entrecruzam lutas. Emergem sujeitos sociais de muitas caras, impondo a sua conflituosa presença, exigindo o reconhecimento de seus direitos. A diversidade, reafirmada pelos movimentos sociais no campo, que morrem e renascem, não autoriza pensar que a ampliação da participação econômica, política e cultural dos trabalhadores rurais possa se enquadrar num modelo previamente definido, num caminho exclusivo de democratização.

Daí é que surge o que podemos chamar do segundo grande momento das mobilizações sociais, que se inicia nos anos de 1970 e se prolongou até os dias de hoje. Avritzer (2009) aponta que, até os anos de 1980, a participação política no Brasil era concentrada basicamente em formas verticais de organização, como a luta pelo poder da terra. Entretanto, é a partir dessa época que surge o que ele chama de “formas híbridas de participação”, onde os conselhos, formados tanto pela sociedade quanto pelo Estado, ganham espaços dentro das políticas de saúde, assistência social, meio ambiente etc.

Nesse momento, Gohn (2007) conceitua os movimentos sociais como “ações coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (p. 13). Segundo a autora, eles passam a serem vistos por duas concepções: os conservadores, construídos com base em ideologias não democráticas, que podem levar ao terrorismo e negam a ordem social vigente e os progressistas que possuem agenda emancipatória, diagnóstico da realidade social, constroem propostas, atuam em redes, articulam ações coletivas que lutam pela inclusão social, desenvolvem o *empowerment*¹ de atores da sociedade civil organizada. Eis que surge um novo entendimento sobre autonomia, que se relaciona a ter projetos para os grupos com autodeterminação, ter crítica, ser flexível, universalizar demandas particulares e priorizar a cidadania.

Assim, a participação passa a ter um caráter mais amplo

A Participação Cidadã funda-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social – sem desigualdades, exclusões de qualquer

¹ Segundo o Dicionário Oxford, significa autoridade ou poder para fazer algo. No caso de um fenômeno sociológico, se refere a um aumento de força política e social de um grupo ou movimento.

natureza. Busca-se a igualdade, mas reconhece-se a diversidade cultural. Há um novo projeto emancipatório e civilizatório por detrás dessa concepção que tem como horizonte a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais (GOHN, 2007, pag. 18).

A autora pergunta “e os movimentos populares propriamente ditos, aqueles que nos anos 70/80 foram tão importantes, estimulados pela Teologia da Libertação? O que houve com eles? Mudaram de perfil? Desapareceram?” (p. 23).

Eles se unificaram pelas carências socioeconômicas e se diversificaram devido as suas temáticas e demandas. Os movimentos populares criaram, ampliaram e fortaleceram a construção de redes sociais. Eles perderam visibilidade, pois saíram do campo reivindicatório para o operativo. Dividiram-se, principalmente, em movimentos populares: pela moradia; de saúde; pelos transportes; pelas creches, pela educação; ambientalistas etc.

Betinho *apud* Gohn (2005), diz que “... o poder está na sociedade civil, não no Estado. O Estado é Instrumento”.

Nesse contexto, Souza e Baiardi afirmam que:

[...] não se trata de reconhecer simplesmente um papel maior para a sociedade civil no processo de desenvolvimento, como se houvesse possibilidade de desobrigar o Estado de enfrentar problemas sociais graves. O papel do Estado como agente de promoção econômica e regulador de demandas sociais continua a ser bastante relevante, porém, é preciso fortalecer a dimensão pública (sócio-política) e não meramente estatal ou privatista (administrativo-empresarial) do processo de desenvolvimento (SOUZA; BAIARDI, 2006, p.2)

Desse modo, conclui-se que o Estado é imprescindível, mas não faz tudo sozinho, precisa estar junto de empresas e da sociedade organizada. Dessa forma, entende-se que o processo do desenvolvimento requer uma interação entre a sociedade e os demais profissionais que podem ser denominados de “agentes de desenvolvimento”, estes que são representados por empresas de serviços públicos, empresas privadas, igrejas, sindicatos, universidades, etc.

Nesse contexto, o terceiro setor da economia obtém grande destaque nesse processo desenvolvimentista, formado por um conjunto de organizações privadas, sem fins lucrativos, e que visam à produção de um bem coletivo. Esse setor reúne elementos e características que os difere dos outros dois setores (mercado e Estado), mas forma uma maneira específica de atuação na sociedade que o difere dos demais (MONTANO, 2007).

Um desenvolvimento socialmente desejável deve acontecer de forma autônoma e democrática envolvendo todos os atores sociais, ou seja, as instituições públicas e privadas

que têm intervenção no desenvolvimento local, (governo federal, estados, municípios, sociedade civil organizada, empresários e ONGs). A integração entre os setores da economia e o desenvolvimento incorporam exigências associadas à melhoria da qualidade de vida, à qualificação do trabalho, ao desenvolvimento científico e tecnológico, e, principalmente, ao respeito à diversidade cultural e espacial, conferindo legitimidade à busca de equidade social.

A sociedade civil organizada, por intermédio das organizações do chamado terceiro setor, em articulação sinérgica com o Estado e as atividades lucrativas do mercado, pode possibilitar a ampliação do espaço público e conjugar esforços. Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento devem incluir políticas sociais, com a participação da sociedade organizada, e, por conseguinte, a mobilização articulada das diversas agências e agentes de desenvolvimento, no sentido não só de fomentar o desenvolvimento econômico, mas também o aporte de capital social, ainda incipiente na sociedade brasileira, tendo em vista seu desenvolvimento político-econômico-social (MOREIRA *et al.*, 2006).

Andrioni (2004) relata a atividade associativa no Brasil ganha impulso e se acelera a partir dos anos 1980. Segundo a autora, nesse período, as instituições privadas sem fins lucrativos, criadas com o objetivo de promover o bem comum, passaram a ser reconhecidas pelo neologismo de Organizações Não Governamentais (ONGs) – apelido que lhes foi atribuído pelo Banco Mundial e pelas Nações Unidas. No Brasil, as ONGs existem sob a forma jurídica de Associação ou Fundação. No entanto, o referido apelido dado pelos organismos internacionais inexistente no arcabouço jurídico brasileiro.

Visto que o terceiro setor cresce a partir dos anos 1990, quando o conceito de cidadania adquiriu uma maior importância, as organizações do referido setor têm por objetivo atuar em áreas de responsabilidade governamental, como saúde, educação, meio ambiente, habitação e alimentação, começando, assim, a ser visto como uma alternativa no combate aos problemas sociais.

Entretanto, é preciso que se faça a distinção entre as organizações do terceiro setor, com foco nas ONGs e movimento. As primeiras são institucionalizadas, enquanto o segundo não. Quanto às Instituições, por pouco burocráticas que sejam, no mínimo, eficientes têm que ser. Os movimentos não seguem esses dogmas (GOHN, 2007).

Para o Banco Mundial, que é o principal responsável pela disseminação desse termo, as organizações que compõem o Terceiro Setor são organizações privadas que realizam atividades para reduzir o sofrimento humano, promover o interesse dos pobres, proteger o ambiente, prover serviços sociais básicos e desenvolver comunidades.

No caso brasileiro, são raras e de difícil generalização as informações sobre a criação de empreendimentos com fins sociais, mas há um consenso acerca de que o Terceiro Setor representa uma maneira diferente de pensar a comunidade e o seu desenvolvimento e uma forma de trabalhar que deve ser um misto de ciência e arte, racionalidade e intuição, ideia e visão, sensibilidade social e pragmatismo responsável, utopia e realidade, força inovadora e praticidade (DIAS, 2008).

Na Tabela 01, a seguir, será apresentada uma síntese da trajetória recente dos movimentos sociais no Brasil.

Tabela 01 – Trajetória Recente dos Movimentos Sociais no Brasil

CARACTERÍSTICAS DOS MOVIMENTOS	REFERÊNCIA CRONOLÓGICA	SUJEITOS
Assistencialismo e filantropia	1950	Pastorais ligadas à igreja católica e profissionais e técnicos caracterizados pela militância social
Associativismo de caráter independente (da igreja e do Estado) e politizado	1970	Lideranças nativas
Aproximação do Mercado e do Estado	1980	Movimentos internacionais e lideranças nativas
Proliferação e especialização – saúde, educação, meio ambiente – da sociedade civil organizada (ONGs) provocando a conceituação de esfera pública não estatal	1985 em diante	Movimentos internacionais, lideranças nativas, responsabilidade sócio ambiental das empresas

Fonte: (ANDRIONI, 2004, p.12)

Estudos realizados pelo BNDES, no ano de 2001, revelaram que a ativa participação das entidades sem fins lucrativos na sociedade brasileira data do final do século XIX. Já o processo de formação e consolidação das organizações não governamentais (ONGs) hoje presentes no cenário nacional surgiu nas décadas de 1960 e 1970, épocas marcadas pelas restrições político-partidárias impostas pelos governos militares, concentrando-se, basicamente, nas décadas de 1980 e 1990 (século XX), período em que mais cresceram e se tornaram visíveis. Apesar da evolução recente, as ONGs tiveram papel relevante enquanto catalisadoras dos movimentos e aspirações sociais e políticas da população brasileira.

Além disso, o tamanho do terceiro setor varia bastante em termos de sua participação percentual no total de empregos. Países como Holanda, Irlanda e Bélgica possuíam mais de

10% do total de sua população ocupada em atividades deste setor (12,5%; 11,5% e 10,5% respectivamente).

Segundo pesquisas do BNDES do ano de 2001, o Brasil situa-se abaixo da média dos países considerados na pesquisa em questão, que era de 4,8% no ano de 1995. O número total de pessoas ocupadas em atividades ligadas ao terceiro setor brasileiro, segundo Universidade americana fundada em 1876, que desenvolve uma série de atividades relacionadas ao terceiro setor, foi estimado, dados de 1995, em 1.500.000, aí incluídos aqueles que desenvolvem trabalhos voluntários (aproximadamente 300 mil), ou seja, sem remuneração.

Considerando apenas o trabalho remunerado, observou-se uma participação de 2,2% da população ocupada no terceiro setor em relação ao total de mão-de-obra empregada no país. Cabe destacar, no entanto, que foram criados, somente entre 1991 e 1995, cerca de 340.000 postos de trabalho neste setor no Brasil, fato que confirma a tendência de aumento de sua participação no mercado de trabalho.

Em relação às áreas que concentravam o maior número de empregos, destacam-se educação, saúde e assistência social. As despesas operacionais destas organizações somaram, em 1995, US\$ 10,9 bilhões, o que equivale, aproximadamente, a 1,5% do PIB brasileiro atual. Só para efeitos comparativos, a média de participação no PIB dos 22 países que faziam parte da pesquisa supracitada era de 4,7%. No Brasil, estudo realizado pela Kanitz & Associados em 2000 revelou que as 400 maiores entidades filantrópicas do país despendem anualmente em torno de US\$ 940 milhões. Nos Estados Unidos, estima-se que as doações filantrópicas alcancem a cifra de US\$ 180 bilhões.

Nos anos 1970-80, as ONGs eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, estava por detrás deles na luta contra o regime militar e pela democratização do país. Nessa fase, as ONGs se preocupavam em fortalecer a representatividade das organizações populares, ajudavam a própria organização a se estruturar e muitas delas trabalhavam numa linha de conscientização dos grupos organizados.

Em 1990, surgem entidades autodenominadas como terceiro setor, ao lado das ONGs cidadãs, com perfil ideológico e político e projeto político definidos. Colocam-se à frente dos movimentos, tornando-se, em alguns casos, instituições autônomas e desvinculadas dos movimentos. Algumas ONGs entram em crise e se fragmentam também. A especialização das ONGs, em princípio, não foi a causa de sua fragmentação. Os fatores que contribuíram para o enfraquecimento político das ONGs cidadãs foram: o crescimento e o fortalecimento do pólo associativo do Terceiro Setor, pouco ou nada politizado com compromissos genéricos sobre o combate à exclusão social.

Existe a necessidade de aumentar o número de estudos e pesquisas sobre as ONGs para se ter conhecimento de sua realidade, sobre sua natureza, comportamento e papel na sociedade. Só as metas de busca da eficácia, competência, resultados, talentos, não resolvem os desafios postos às ONGs e à sociedade.

É necessário que as ações das ONGs tenham vínculos com a sociedade civil organizada, com os movimentos sociais e populares, com as associações de moradores, com todos os grupos organizados que construíram a dura e difícil transição do regime militar à democracia, com todos aqueles que lutaram por direitos sociais do país (GOHN, 2005).

2.3 Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural

Distanciando-se um pouco da questão ecológica, o termo sustentabilidade, que é discutido nas plataformas atuais, surge no ano de 1972, quando, a pedido do clube de Roma, Dennis Meadows e seus colaboradores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) calcularam, pela primeira vez, os limites do crescimento mundial e advertiram acerca do crescimento do consumo dos recursos naturais acompanhados do aumento populacional (KUSTER, 2003).

Além disso, cabe ressaltar outras questões conflitantes ao uso desenfreado de recursos e que estão intimamente ligados à sustentabilidade e que foram citados pelo clube, são: o controle do crescimento da industrialização e a insuficiente produção de alimentos.

Todos esses estudos serviriam de base para o encontro a ser realizado na Noruega em 1987, onde foi elaborado um documento base que daria um início a uma discussão ampla sobre o tema. Esse documento ficou conhecido como “Relatório de Brundtland” e nele estavam contidos, além da definição oficial, um conjunto de métodos e recomendações a serem seguidos pelas nações participantes da comissão para enfrentar a crise que o mundo passava. Em linhas gerais, o texto do referido documento versava sobre a impossibilidade de se atingir o desenvolvimento sem uma significativa redução das desigualdades sociais. E condenava, de maneira enfática, os atuais modelos de crescimento econômico, que não se ocupavam de verificar sua sustentabilidade em longo prazo.

De forma complementar, serão descritos abaixo trechos do Relatório de Brundtland, por meio dos quais é definido o conceito de Desenvolvimento Sustentável:

[...] aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”, “ um processo de mudança na qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras [...] (CMMAD, 1991)

Se, por um lado, o relatório logrou um satisfatório resultado com a formulação de uma definição oficial para o conceito de Desenvolvimento Sustentável, por outro, ele deixou a desejar no tocante à listagem de quais seriam essas necessidades a serem satisfeitas, como elas seriam atendidas e a que grupo de indivíduos tais conjuntos de necessidades pertencem.

Toda essa perspectiva de ações práticas, que buscam atender aos objetivos traçados no conceito oficial, só foi formalizada em um plano de ação estratégica para o Desenvolvimento Sustentável global denominado de “Agenda 21”. Esse é um dos documentos resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Cnumad), que foi realizada no ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Esse documento foi assinado por 174 chefes de governos.

A “Agenda 21” tinha, entre suas metas, identificar parceiros e metodologias para a obtenção de consensos e meios de colocá-los em prática e acompanhá-los. Em seu capítulo 40, que tratava do plano de ação, existiam 200 propostas de mudanças para serem efetivadas a partir daquela data. Essas propostas foram reforçadas nos resultados da 3ª Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, a RIO + 10, realizada em Johannesburgo – África do Sul em 2002.

Um dos principais resultados dessa última conferência foi um verdadeiro clamor pelo desenvolvimento de indicadores de desenvolvimento sustentável. Essa urgência se deve ao fato de que, somente após a concepção deles, é que seria possível realizar avaliações do desempenho das nações no tempo. Além disso, esses indicadores poderiam subsidiar a concepção de políticas públicas e privadas que visassem ao desenvolvimento sustentável.

Como exemplo de definições mais modernas, cita-se Sen (1999), que afirma que Desenvolvimento Sustentável deve ser entendido como a expansão contínua das liberdades dos indivíduos, de tal maneira condicionada, que instigue a conservação e regeneração dos insumos ofertados pelos ecossistemas às sociedades humanas.

Para Abramovay (2010), nos debates que antecederam a Rio + 20, o Desenvolvimento Sustentável é constituído por um conjunto de fatores basilares. Esses, por sua vez, necessitam, fundamentalmente, de um compromisso estratégico de todos os atores sociais, sob pena de romper com seu andamento. Ainda segundo ele, o que está posto à prova é a capacidade das

sociedades humanas de cooperar e decidir como se dará o uso dos recursos naturais dos quais tanto dependem.

Essas definições são suficientemente claras e modernas. Elas evidenciam as reais preocupações contemporâneas, relacionadas com esse conceito, bem como os condicionantes que limitam e colocam a prova não só a capacidade de cooperação humana, mas, também, a capacidade de discernir o que de fato é relevante em sua decisão sobre o modo de uso desses recursos.

Contudo, a definição desse conceito não mudou significativamente desde sua inclusão entre as questões mais relevantes do planeta pela Organização das Nações Unidas (ONU). Sua evolução se deu mais através das incontáveis aplicações específicas que usam esse conceito como base. Como exemplo, é possível citar: o Marketing da Responsabilidade, com a Sustentabilidade Ambiental como estratégia pública de várias empresas; investigações sobre a sustentabilidade de atividades econômicas específicas; estudos ainda mais específicos como avaliações do desenvolvimento sustentável do transporte urbano, entre muitas outras aplicações. É possível verificar, pelo relato anterior, que todas essas aplicações aproveitam o caráter generalista do conceito para utilizá-lo nas mais diversas finalidades. Diante disso, extrai-se que os conceitos de desenvolvimento sustentável discutidos na década de 1980 pouco podem ter passado por alterações comparando-os com as abordagens modernas.

Sachs (1993) coloca essa discussão dentro de cinco dimensões. A sustentabilidade está atrelada às áreas: Social, onde defende a equidade na distribuição de renda e de recursos para todas as faixas da sociedade na promoção de um padrão de vida digno; econômica, nessa esfera, deve-se ter um melhor gerenciamento dos recursos tanto públicos como privados e também defender a adoção de políticas protecionistas menos agressivas quando se tratar de insumos de ciência e tecnologia; ecológica, na qual se deve adotar um padrão de consumo onde se limite o uso de combustíveis fósseis e se normatize a utilização e reutilização de outros diversos materiais; espacial, visando uma configuração rural-urbana mais equilibrada e, por fim, a cultural, que deve respeitar as raízes endógenas dentro das mudanças e transformações tecnológicas.

Já Sachs (2002) coloca em pauta um novo conceito, ou até mesmo uma nova proposta, discutindo a sustentabilidade a partir de oito dimensões. Além das já discutidas, ele inclui uma vertente política, dividida em dois âmbitos: o nacional, em que o autor defende a presença da democracia como direito humano universal e ressalta a importância do Estado em assegurar essa garantia; e o internacional, onde o autor destaca a busca pela paz nos continentes e ressalta a questão de se rever a discussão de patentes, sugerindo que seja

debatida a eliminação parcial do caráter *commodity*² da ciência e tecnologia e que isso seja visto como herança mundial da humanidade.

Para Jacobi (1999), na discussão anterior, Sachs (2002) conceitua o desenvolvimento dentro de uma nova proposta, como uma estratégia alternativa à ordem econômica internacional, enfatizando a importância de modelos locais baseados em tecnologias apropriadas, em particular para as zonas rurais, buscando reduzir a dependência técnica e cultural.

Ao relacionarmos o desenvolvimento ao meio rural, o debate torna-se bem mais recente. Com os altos incrementos tecnológicos no setor agrícola, geram-se discussões acerca das inovações e do apropriação na agricultura. Esse processo, assim chamado, possibilitou um maior controle sobre os recursos necessários na produção e, conseqüentemente, sobre o resultado final esperado. Criou-se, assim, um modelo de alta produção, com uma agricultura revolucionária, onde os eventos da natureza passaram a ser controlados por intervenções humanas e tecnológicas (MELLO, 2005).

Neste contexto, observou-se, a partir do início do século XX, a consolidação de um novo modelo de produção agrícola, com a intensificação no uso de inovações tecnológicas, em busca de melhor performance técnica e econômica, o que acarretou uma severa reformulação de métodos e processos. A agricultura moderna deixou de lado preocupações como reciclagem de nutrientes, conservação do solo e controle de pragas e doenças, para dar total atenção a uma constante intervenção tecnológica e humana nos meios de produção, com a tecnologia se tornando elemento fundamental no novo organismo de produção em materialização (MELLO, 2005).

Considerando a agricultura como atividade de produção capitalista, Goodman *et. al.* (2009) relatam que a produção direta não poderia ser apropriada pela empresa capitalista devido a indexação a processos naturais. Todavia, outros processos poderiam, como no caso do fornecimento de máquinas, adubos, fertilizantes, agrotóxicos e produção de sementes.

Os autores se baseiam nos princípios de apropriação e substitucionismo. O primeiro se refere à apropriação industrial do processo de produção agrícola, superando as restrições ambientais, ou seja, visa a uma substituição de técnicas e processos naturais por técnicas industriais. Já o segundo, se refere à substituição dos produtos agrícolas por produtos industriais, sendo que está atrelado ao consumo e não à produção. Visa diretamente ao consumo, ou seja, o produto final. Dessa forma, foi necessário o surgimento de novas práticas

² Segundo o dicionário Oxford online, significa mercadoria ou produto. No texto o autor traz para discussão, a questão da ciência e a tecnologia tornarem-se bens livres e deixarem de ser privados.

alimentares que incluíssem os produtos industrializados e a substituição da matéria-prima animal pela vegetal (GOODMAN *et al*, 1990).

Um exemplo citado por Goodman (1990), que descreve um caso de apropriação, foi o caso dos EUA onde o trabalho realizado por homens foi começando a ser substituído por máquinas geridas por força animal de cavalos e que gerou impactos de melhoras em outros setores agrícolas. Além disso, o autor cita também o caso da Europa que desenvolveu técnicas de restauração de nutrientes gerados pela utilização maciça dos solos. Porém, vale ressaltar que essas inovações biotecnológicas só se expandiram com a criação de núcleos de pesquisa em ciência e tecnologia.

Entretanto, Dosi (1988) relata que as soluções para os problemas técnico-econômicos sempre derivam da ciência natural e assim, segundo o autor, os padrões de inovação possuem três propriedades comuns importantes: a primeira é a existência de padrões normais de mudança tecnológica, que tendem a seguir trajetórias bem definidas por conjuntos específicos de conhecimento e perícia, nos quais adota-se um modelo produtivista e sem preocupação com as formas naturais.

Desse modo, ocorreu uma ruptura quanto à utilização de práticas naturais, um caminho que proporcionou resultados como melhoria na produtividade média da terra, opção que do ponto de vista capitalista é mais efetiva que a anterior, podendo ser destacada como uma atividade da trajetória ao longo do espaço econômico e tecnológico. As inovações das quais se fazem uso para alcance de melhor performance nos mercados podem assumir diversas formas e dimensões. Dentre estas formas, podem-se caracterizar as inovações como radical ou incremental, em função da mudança que esta ocasiona e do ambiente a que está inserida.

A segunda é que mudanças de paradigma podem gerar padrões descontínuos de mudança tecnológica, haja vista que o lançamento de um produto totalmente novo gera mudanças radicais e assim atrela o processo as incertezas do mercado e padrões tecnológicos complexos.

Já a terceira é a propriedade da irreversibilidade do avanço tecnológico, que destaca a questão da irreversibilidade do progresso tecnológico, ou seja, o retorno a processos e métodos produtivos anteriores. No caso de produtos agrícolas não é possível pelo fato de existirem formas alternativas de manejo, como no caso de alimentos orgânicos.

Nesse sentido, o ressurgimento de métodos alternativos de produção indica o poder de reversibilidade da produção agrícola, e que o processo de inserção de novas tecnologias no campo teve um efeito muito importante para o mundo como um todo, que vivia a constante ameaça de uma produção insuficiente diante das necessidades alimentares. Vale destacar que

o processo de modernização da agricultura trouxe contribuições incontestáveis em termos de produtividade, apesar de impactos também negativos para a natureza e a saúde humana.

Contudo, enquanto as biotecnologias apresentam um alto nível de adequação com o perfil formal do pós-fordismo (menos matérias-primas e insumos de energia, maior flexibilidade tanto em termos de processos quanto de produtos), sua adoção, como vimos, tem sido limitada pela incerteza da resposta do consumidor e pela hostilidade disseminada dentro de significantes grupos de agentes (WILKINSON, 1993, pág. 345).

Para Wilkinson (1993, p.346), “(...) o apelo ao produto agrícola final natural é agora equiparado ao apelo à reversão para o natural, isto é, de baixo insumo externo e práticas agrícolas”. O autor destaca a reversibilidade tecnológica ocorrida na produção agrícola e ressalta que mesmo ocorrendo inovações tecnológicas que gerem custos menores e uma maior eficiência produtiva, o retorno a modos anteriores pode existir pelo fato da variável qualidade ser internalizada na agricultura e assim os produtos serão adaptados às características do consumo.

No entanto, Goes (2009) relata um problema socioambiental inserido no contexto das inovações. Segundo ele, as plataformas governamentais defendem a inserção das inovações tecnológicas no processo produtivo como forma de solução para os problemas sociais. Sendo que, o principal problema de um país, como o caso do Brasil, é a fome e a insegurança alimentar. Nesse caso, o país que apresente esses dois fatores não pode ser considerado desenvolvido. Além disso, as técnicas de produção incentivadas pelas grandes corporações e aceitas pelos governos tendem a agravar mais ainda o caos ambiental do planeta.

Com relação à forma de que o progresso técnico na agricultura poderia melhorar o padrão de vida do trabalhador rural, Prado Junior (1979) é bem pessimista, pois para ele a rentabilidade da grande exploração rural não tem relação necessária com a melhoria das condições de trabalho. O que determina e fixa a remuneração do trabalho nas condições atuais da economia rural brasileira, é o equilíbrio do mercado de mão-de-obra, a relação da oferta e demanda que nele se verifica. Para exemplificar que o desenvolvimento agrícola e as condições da vida do trabalhador rural não estão relacionadas, o autor exemplifica o caso da lavoura canavieira do nordeste, onde o desenvolvimento e progresso tecnológico foi grande mas o padrão de vida da população trabalhadora rural piorou (PRADO JÚNIOR, 1979).

Sachs (2010, p. 28) cita que, “Não basta dizer que o desenvolvimento rural é necessário. Ainda é preciso mostrar que ele é possível.” O autor critica a centralização do conceito de modernidade apenas em avanços tecnológicos de biotecnologia, química nuclear

etc. Ele relata que a exploração do trinômio biodiversidade-biomassa-biotecnologia promete futuros radiosos, pois as biotecnologias intervêm nas duas extremidades do processo de produção, tanto para aumentar os rendimentos de biomassa como para alargar o leque dos produtos derivados, como: alimentos para homens e animais, adubos verdes, bioenergias, materiais de construção, matérias-primas industriais, insumos para a química verde, a farmacopeia, os cosméticos. Porém, isso não é o bastante.

“Não se trata de jeito nenhum de fazer da civilização vegetal uma panaceia, nem um tema exclusivo de pesquisa, e tampouco negar as funções civilizatórias das cidades ou iniciar um refluxo das populações urbanas para os campos.”(SACHS, 2010, p.29).

O importante, segundo o autor, é incluir o avanço tecnológico dentro das discussões de desenvolvimento sem esquecer que muitos países devem acima de tudo remediar a crise social e o déficit agudo de oportunidades de trabalho decente. Os pobres são pobres demais para poder se dar ao luxo de não trabalhar. É por isso que o desemprego aberto é menos difundido que o subemprego, o trabalho precário e as atividades informais de todo tipo, que no máximo asseguram a sobrevivência, mas não o desenvolvimento. Sendo assim, deve-se combater o êxodo rural, e juntamente a esse processo, incluir a humanização do campo, o estímulo a novos equilíbrios demográficos, sociais, ecológicos e culturais entre os diferentes pontos do continuum³ cidade-campo (SACHS, 2010).

Kageyama (2008) afirma que o desenvolvimento rural é visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental. A análise do desenvolvimento rural deve contemplar o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento da rede urbana local e regional, pois é esse espaço que muitos membros das famílias agrícolas encontrarão fontes de renda complementares, vitais para a preservação da própria atividade agrícola.

No Brasil, o debate sobre o desenvolvimento rural ganhou força a partir da década de 1990, em função do interesse o Estado e das políticas públicas. Schneider (2010) faz uma boa síntese das principais vertentes de discussão do tema. Segundo o autor, vários fatores contribuíram para reorientar os estudos sobre desenvolvimento rural desde a década de 1990. O primeiro foi o fortalecimento das discussões em torno da agricultura familiar e, principalmente, o seu crescimento como categoria política, ligada à recomposição do movimento sindical dos trabalhadores rurais; o segundo fator importante na emergência do debate sobre desenvolvimento rural resultou da crescente influência do Estado no meio rural

³ Segundo o dicionário online de português, é o conjunto de elementos tais que se possa passar de um para outro de modo contínuo.

pelas políticas para a agricultura familiar (PRONAF), reforma agrária, segurança alimentar, entre outras; terceiro fator diz respeito à mudança de posição das elites agrárias em relação às políticas sociais e compensatórias para o meio rural; a entrada em cena do tema da sustentabilidade ambiental veio a ser o último fator a contribuir para o debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil.

Nesse contexto se destaca a importância da agricultura familiar e sua participação em ambas as dimensões deste processo. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE e MDA, $\frac{3}{4}$ da mão de obra ocupada no campo estão ligados aos estabelecimentos familiares, o que representa pouco mais de 12 milhões de pessoas, ao passo que os não familiares ocupam apenas 4,2 milhões de pessoas. Não obstante ocuparem apenas 24% da área, os estabelecimentos familiares respondem por 38% do valor bruto da produção e por 34% das receitas no campo. Este melhor aproveitamento da área pela agricultura familiar fica evidente quando se vê que enquanto a agricultura familiar gera R\$ 677/ha, a não familiar gera apenas R\$ 358/ha. Também na ocupação da mão de obra, a agricultura familiar é mais intensiva: ocupa mais de 15 pessoas por 100 ha, enquanto que a não familiar ocupa menos de duas pessoas por 100 ha (DEL GROSSI; MARQUES, 2010).

A expressiva ocupação de mão de obra pelos estabelecimentos familiares evidencia a importância desses estabelecimentos na geração de ocupações e desenvolvimento no campo.

Em suma, a agricultura continua a ser a principal atividade do meio rural e, por conseguinte, não pode ser desprezada na análise do desenvolvimento rural. A modernização agrícola com o seu elevado grau de mercantilização, especialização, escala e padronização das atividades produtivas, tem sido a trajetória dominante desde os anos de 1970, mas ainda assim houve tempo para a manutenção e crescimento de formas familiares de produção em diversos espaços rurais, como a região Sul, onde é mais evidente o surgimento de uma nova ruralidade no Brasil.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Histórico e Perfil Socioeconômico Regional da RIDE / DF

A criação de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico - RIDEs está prevista na Constituição Federal de 1988, nos Art. 21, inciso IX; Art. 43; e Art. 48, inciso IV. São conjuntos de municípios cuja origem baseia-se no princípio de cooperação entre os diferentes níveis de governo. Podem ser compostas por municípios ou regiões de diferentes Unidades da Federação. Vários fatores contribuíram para a criação das RIDEs e de Regiões Metropolitanas, entre eles: Inchaço das cidades, reestruturação produtiva, políticas neoliberais, êxodo rural etc.

Segundo dados do IBGE, o Brasil possui 35 Regiões Metropolitanas definidas legalmente em 2010, às quais se somam três Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs) que abrangem mais de um Estado, constituem um conjunto heterogêneo dentro do qual figuram grandes aglomerações de importância demográfica, econômica, social e política bastante diferenciada.

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) é uma região integrada de desenvolvimento econômico, criada pela Lei Complementar n.º 94, de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentada pelo Decreto n.º 7.469, de 04 de maio de 2011, para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos estados de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal.

Conforme contido no artigo 1º da Lei que autoriza a criação da RIDE – DF,

A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí e Buritis, no Estado de Minas Gerais (BRASIL, Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, 1998).

No artigo 2º fica claro que “Os Municípios que vierem a ser constituídos a partir de desmembramento de território de Município citado no § 1º deste artigo passarão a compor, automaticamente, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno” (BRASIL, Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, 1998).

Nesse caso, o município de Cabeceira Grande do estado de Minas Gerais, foi inserida automaticamente à Região do DF e Entorno, pois obteve sua emancipação política à época de promulgação da Lei que criou a referida e região, na qual desmembrou-se do município de Unai – MG. (Vide Figura 01).

Figura 01 – Mapa da RIDE-DF



Fonte: SUDECO (2013).

Consideram-se de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal, aos Estados de Goiás e de Minas Gerais e aos Municípios que a integram, além de outros relacionados as áreas de: infraestrutura; geração de empregos e capacitação profissional; saneamento básico, em especial o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto e o serviço de limpeza pública; uso, parcelamento e ocupação do solo; transportes e sistema viário; proteção ao meio ambiente e controle da poluição ambiental; aproveitamento de recursos hídricos e minerais; saúde e assistência social; educação e cultura; produção agropecuária e abastecimento alimentar; habitação popular; serviços de telecomunicação; turismo; e segurança pública (BRASIL, Decreto nº 7.469, de 4 de maio de 2011, 2011).

Os municípios mais afastados praticamente têm seu desenvolvimento independente do DF. Os 22 municípios da RIDE-DF têm como principal atividade econômica a agropecuária, sendo que em dois municípios (Pirenópolis e Corumbá de Goiás) destaca-se também a participação do setor turístico, inclusive o rural. Em 2010, a população do DF chegou a 2.570.160 habitantes e entre os anos de 2000 e 2010 houve um incremento populacional da ordem de 519.014 habitantes. Em comparação com a sua Região integrada de Desenvolvimento (RIDE), que também teve acréscimo populacional, o peso da população no DF praticamente permaneceu o mesmo, 69,3% em 2000 e 69,0% em 2010, continuando a ser considerado elevado. (RIBEIRO, 2011).

No que diz respeito aos dados demográficos, nota-se que a taxa de crescimento geométrico dos municípios do Entorno é maior do que a do DF, indicando assim uma possível migração populacional que ocorre do DF para os municípios vizinhos do Entorno. (UNODC, 2011).

Em nível nacional, a região metropolitana (RM) de São Paulo mantém-se como a mais populosa, com 19,95 milhões de habitantes, seguida da RM do Rio de Janeiro (11,84 milhões), da RM de Belo Horizonte (5,50 milhões), da RM de Porto Alegre (3,99 milhões) e da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) e entorno do Distrito Federal (3,83 milhões). (CNTU, 2012). (Vide Anexo 01).

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno é destaque entre as regiões estudadas por, de 1991 a 2000, ter uma das maiores taxas de crescimento (na ordem de 5,52% ao ano) em seu conjunto no Brasil. Brasília, sua sede, cresceu a 2,79% ao ano, um índice alto, equiparado ao verificado em seu entorno, que concentra 22 municípios distribuídos por dois estados (MG e GO).

É neste espaço que temos a cidade de Planaltina, que cresceu a 6,72% ao ano, assim como Cristalina (3,54%) e Padre Bernardo (2,99%), e Abadiânia (2,22%) e Alexânia (2,21%), que também se mostraram espacialidades de crescimento acelerado. Mas, devido ao fato de haver várias emancipações de municípios durante o período analisado, têm também vários casos de decréscimo explicados por este fator, como por exemplo, a cidade de Corumbá de Goiás (-7,57%), que gerou, em 1997, Cocalzinho de Goiás. Tal fato pode, em futuros levantamentos demográficos, nos mostrar como ficou a dinâmica populacional da região, diante de seus novos municípios participantes. (CNTU, 2012)

Figura 02 – Mapa de Crescimento Populacional da RIDE-DF entre os Anos de 1991 E 2000



Fonte: IPPUR (2013).

Os indicadores sobre condições de vida também são, em geral, mais positivos no Distrito Federal. A renda domiciliar e per capita chega a ser cinco vezes maior neste, onde também existe cerca de quatro vezes mais domicílios com computadores. O índice de Gini, criado para medir a desigualdade de renda em um determinado local, é notavelmente maior no Distrito Federal, o que evidencia que há ali mais desigualdade em termos de renda. (UNODC, 2011). (Vide Apêndice B).

No Entorno, por sua vez, a renda per capita é mais baixa e o índice de gini⁴ é menor, o que sugere uma distribuição de renda mais homogênea nesses municípios. Também é baixa a média de anos de estudo, insuficientes para completar o ensino fundamental. Alguns indicadores de infraestrutura urbana evidenciam ainda maior disparidade: apenas cerca de 10% dos domicílios do Entorno possuem escoamento de esgoto sanitário e acesso a instalações sanitárias, segundo dados do Datasus. (UNODC, 2011). (Vide Apêndice B).

Os municípios que compõem a RIDE - DF caracterizam-se por um crescimento populacional extremamente elevado, um elevado índice de urbanização, uma carência de vagas nos estabelecimentos de ensino de educação básica e superior, bem como, nos

⁴ Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). Fonte: PNUD (2013).

estabelecimentos de saúde e que vem agravando a cada dia, criando-se uma dependência crescente em relação ao Distrito Federal. Esta dependência fundamenta-se qualitativa e quantitativamente pela infra-estrutura e equipamentos instalados no Distrito Federal (SEPLAN, 2011).

De acordo com dados da CODEPLAN (2009), no período de 2000 a 2007, a RIDE – DF apresentou uma taxa de crescimento populacional de 2,4%, enquanto o DF apresentou uma taxa de 2,47% e o entorno (MG e GO) 2,24% no período supracitado. Sendo que os municípios de Luziânia e Vila Boa apresentaram as maiores taxas, sendo 4,81% e 3,86 %, respectivamente. Já Corumbá e Pirenópolis foram os que menos cresceram com taxas negativas 0,74% e 0,54%, pois suas atividades econômicas são concentradas principalmente no setor turístico o que justifica as pequenas alterações no crescimento populacional desses municípios.

Sendo assim, aponta-se o crescimento desordenado da população que constantemente se deslocam dos seus territórios para o Distrito Federal e seu entorno, em busca de melhor qualidade de vida e emprego. No período de 2000 a 2007, 109 mil pessoas se mudaram para o Entorno. Um total 41% (44,7mil) delas antes moravam no DF. Sendo que 82% (36 mil) se concentraram em 6 municípios: Águas Lindas, Valparaíso, Novo Gama, Cidade Ocidental, Planaltina e Padre Bernardo (CODEPLAN, 2009).

Com relação ao movimento migratório de indivíduos, observou-se que diariamente entraram no DF cerca de 160 mil pessoas do Entorno no DF, sendo os principais motivos: Trabalho (101 mil), Saúde (6 mil) e Educação (5 mil). Vale ressaltar que 59,73% (91.180) são provenientes dos municípios citados anteriormente. Estes se destacam pelo fato de possuírem uma localização relativamente próxima ao DF e os indivíduos irem em busca de moradia e um custo de vida em padrões menores. (Vide Apêndice C).

Ressalta-se que grande parte da população desses municípios vai à direção do Distrito Federal em busca de emprego, seja mão-de-obra qualificada, ou não, e melhor qualidade de vida, provocando o inchaço, tanto do Distrito Federal, como das cidades já existentes no entorno, provocando também o surgimento de novos núcleos urbanos na região, sobrecarregando, principalmente, as áreas de saúde e educação. Todos esses fatores tendem a agravar-se, pois conforme dados do IBGE em seu censo de 2010 e estimativas realizadas no ano de 2013, a população residente da RIDE – DF obteve um taxa de crescimento populacional significativo, comparando-a com taxas de crescimento de outras RM no período de 2000 a 2012. (Vide Anexo 01).

Em um âmbito nacional a RIDE – DF está inserida dentro da região Centro-Oeste, esta é fornecedora de produtos agropastoris, principalmente, grãos e carnes, para abastecimento das indústrias de produtos alimentares e dos núcleos urbanos do sudeste e do sul do País.

A região do DF e Entorno caracteriza-se pela predominância do setor de serviços, em especial os referentes à administração pública. Há, também, pequena atividade industrial baseada em setores tradicionais, como minerais não-metálicos, produtos alimentícios e bens de consumo não duráveis. A indústria de transformação (moveleira) tem apresentado crescimento significativo. A produção agropecuária é bastante significativa na região, tendo ocorrido recente dinamização do setor, inclusive com a diversificação dos rebanhos. Referindo-se ao turismo, observa-se grande potencial a ser explorado, principalmente no que concerne ao ecoturismo.

Nos período de 2000 a 2007, o PIB do DF mostrou-se 16 vezes maior do que o PIB do Entorno, sendo que possui um território 10 vezes menor. Enquanto o DF apresentou um nível de atividade econômica no valor de R\$ 80.071.130, o Entorno chegou ao patamar de apenas R\$ 5.539.060. (CODEPLAN, 2009).

Na Tabela 02, encontra-se o valor da produção da região no período referenciado anteriormente, bem como as atividades econômicas que o constituem.

Tabela 02 – PIB da RIDE-DF (2000 A 2007)

PIB	DF	ENTORNO
AGROPECUÁRIA	0,2%	15,8%
INDÚSTRIA	6,4%	19,8%
SERVIÇOS	93,4%	66,4%
TOTAL	100,00%	100%

Fonte: CODEPLAN (2009)

Quanto ao PIB do Entorno, o município de Luziânia apresentou o maior valor de produção, entre os municípios que integram a RIDE, alcançando um total de R\$ 1.272.280. Juntando-se com Unaí (MG), Cristalina (GO) e Formosa (GO), concentram 50% de toda a riqueza produzida no Entorno e representam 32,6% de toda a população da região no período em questão. Enquanto os municípios de Mimoso de Goiás (GO), Vila Boa (GO), Corumbá de Goiás (GO), Abadiânia (GO) e Água Fria (GO) apresentaram-se como as 5 menores economias do entorno e representam 2,75% da população total.

O PIB per capita da RIDE-DF também apresenta contraste quando se compara o DF com seu entorno. Conforme dados do IBGE, no ano de 2001, contidos no Apêndice B, o PIB do entorno mostra-se 5 vezes menor do que o do DF.

Vale ressaltar que, desde agosto de 2013, o Senado Federal aprovou na PLS 410/2012, que inclui mais cinco municípios à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), são eles: Alto Paraíso de Goiás, São João d'Aliança, Gameleira de Goiás, Cabeceira Grande e Flores. De autoria do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o projeto seguiu para a Câmara dos Deputados, onde ainda se encontra para ser analisado. O projeto, além de aumentar o número de municípios integrantes da RIDE – DF, visa também A promover programas especiais de desenvolvimento local em ambos os municípios, bem como aproximar legalmente todos os atores envolvidos nesse processo para discussões e formação de uma governança metropolitana.

3.2 A Ocupação de Terras na RIDE – DF

A ocupação das terras que constituem a microrregião geográfica do entorno do Distrito Federal foi impulsionada pela descoberta de reservas auríferas, em meados do século XVIII, o que levou a expansão da exploração do ouro na Capitania de Minas Gerais. Esse processo teve como base o modelo primário exportador, constituído pela extração, fundição e envio do ouro para Portugal, concretizando a relação socioeconômica do Brasil colonial (SEPLAN, 2011).

No entanto, a economia baseada em minérios, por suas características tradicionais, teve um período de curta duração, o que levou a um desaquecimento do crescimento populacional, levando o eixo dinâmico da economia para atividades primárias, sobretudo, a agricultura e a criação de gado bovino, em decorrência do favorecimento da topografia e da disponibilidade de terras. Dessa forma, constituiu-se um mercado de abastecimento local, com a produção e distribuição de alimentos, com destaque para o desenvolvimento da pecuária.

Nos meados do século XX, com a constituição do Distrito Federal e a transferência da capital federal para Brasília, a região desencadeou um novo processo de crescimento populacional e econômico, alterando, sobremaneira, seu aspecto territorial, passando a assistir um processo de apropriação dos extensos espaços dos chapadões do Planalto Central Brasileiro, predominado pela vegetação de cerrado.

A partir de 1950, a implantação de Brasília promoveu um grande fluxo migratório, que foi beneficiado pela implantação de infraestrutura de transporte, comunicação e energia para permitir a conexão da nova capital do país com as diferentes áreas do território nacional. Além disso, vale ressaltar a importância da implantação do Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (Polocentro)⁵, que foi o causador do maior impacto direto sobre o bioma Cerrado, pois definiu que 60% da área explorada pelas fazendas fossem cultivadas com lavouras, sendo o restante destinado às pastagens plantadas, ao custo da fragmentação e destruição de habitats, nichos e perda de biodiversidade (SEPLAN, 2011).

Com a consolidação de Brasília como pólo de desenvolvimento e, principalmente, pela atração populacional e econômica na década de 70, a região do DF e Entorno experimentou um intenso processo de crescimento demográfico, o que se verifica até os dias atuais.

3.3 O Meio Rural da RIDE – DF: Movimentos e Conflitos

Em consulta por vários teóricos e sítios públicos, pouco se encontra sobre movimentos do campo no DF, em termo de localização geográfica. A maioria desses se encontra no seu entorno ou RIDE. Isso pode ser justificado pela alta especulação imobiliária, indicada pela valorização das terras na qual Prado Jr (1979) relata que isso inviabiliza a própria reforma agrária pelo fato dessa se tornar mais onerosa do que a própria elevação da rendas dos posseiros da terra.

Além disso, no DF, o processo de regularização de terras é muito lento e burocrático, o que pode acarretar diversos problemas para a agricultura, como, por exemplo, entraves de comercialização ligados a logística e transporte, o que ocasiona o surgimento de diversas feiras informais, desperdício de alimentos, falta de higiene e, indiretamente, a insegurança alimentar, haja vista que a demanda por alimentos cresce a cada ano (RODRIGUES, 2011).

Sobre a regularização fundiária, a Gerência Regional do Patrimônio da União no DF (GRPU/DF), da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), é responsável em se tratando de imóveis da União no DF. O processo é iniciado pela celebração de convênios entre órgãos federais como a SPU, tendo como executora a GRPU/DF e o Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos

⁵ A partir de 1975, com o objetivo de promover a ocupação racional e ordenada dos Cerrados, o Governo Federal implantou o Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (Polocentro). Este Programa introduziu técnicas modernas, incluindo a utilização de insumos e implementos agrícolas em sistemas mais capitalizados, substituindo manejos tradicionais.

Naturais Renováveis (IBAMA), via Gerência Executiva no Distrito Federal (IBAMA/DF), e a comunidade representada por condomínios, associações comunitárias ou associação de produtores (FORTES et al, 2007).

Nos referidos convênios, a GRPU/DF é responsável pela demarcação de imóveis e pelo cadastramento de ocupantes; a comunidade pela elaboração de plano de uso ou de projeto urbanístico, que devem ser aprovados, respectivamente, pela SEDUH/GDF ou pela Superintendência Regional do INCRA no DF e Entorno (INCRA/SR-28/DFE), além da realização de estudos ambientais, que devem ser aprovados pelo IBAMA/DF, enquanto a Caixa Econômica Federal (CEF) ou o INCRA/SR-28/DFE são responsáveis pela avaliação técnica do valor do imóvel e a SPU pela definição da modalidade de legalização da ocupação.

Quanto aos movimentos sociais, esses possuem diversas identidades, haja vista a diversidade de culturas que se encontra no DF. Dentre os vários motivos que fazem com que os assentados se unam aos movimentos e lutem pela posse da terra, são as possibilidades de garantia da moradia, emprego, renda, relações de parentesco e, em muitos dos casos, fuga da violência urbana. Devido a esses fatores, muitos dos movimentos rurais do DF e seu Entorno, que defendem o acesso à terras rurais, se originaram de movimentos de sem tetos, ou seja, de movimentos urbanos.

Segundo Rodrigues (2011), a trajetória dos acampamentos rurais no Distrito Federal é relativamente longa considerando o período de redemocratização, já que o próprio MST – que é apenas um dos diversos movimentos sociais que atuam localmente – está presente na região há aproximadamente 2 (duas) décadas, mas nem isso foi capaz de criar soluções efetivas para os problemas enfrentados pelas famílias, que convivem com a exclusão social e produtiva.

O MST age numa continuidade histórica dos movimentos de luta contra a opressão e pela terra no Brasil e no mundo. É uma organização popular brasileira que milita pela reforma agrária justa e não capitalista, de modo que os camponeses brasileiros que não possuem terra possam receber terrenos para cultivar. Não pode ser considerado um movimento isolado, mas uma organização nacional com presença em 23 Estados e no Distrito Federal, e até fora do Brasil por meio da Confederação Latina das Organizações Camponesas, Via Campesina (ABRAHÃO, 2010).

Outra entidade presente na Região do DF e Entorno foi a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)⁶, fundada em 22 de dezembro de 1963. Surgiu na

⁶ Texto extraído de: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>. Acesso em: 02 dez 2013.

época em se formavam os movimentos sociais rurais de base que formulavam e defendiam as idéias de reforma agrária da época. Atualmente, conta com 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos.

A FETRAF-BRASIL/CUT⁷ - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - nasceu de uma decisão tomada no I Encontro Nacional da Agricultura Familiar em Julho de 2004 em Brasília. A FETRAF-BRASIL/CUT tem sua origem na luta efetiva dos Agricultores e Agriculturas Familiares numa fase muito rica de debates e proposições baseadas no novo sindicalismo CUTista. Essa entidade está presente atualmente em vários assentamentos da RIDE-DF e defende construção de um sistema de produção sustentável, priorizando o meio ambiente e a vida. A organização está voltada à construção da cidadania e da solidariedade, contribuindo na viabilização de um país mais justo.

Além das instituições citadas anteriormente, foi observada a atuação de outras instituições do terceiro setor e da economia solidária. Essas instituições atuam, principalmente, subsidiando os assentamentos com assistência técnica e ações de empreendedorismo social. As que atuam na RIDE-DF, segundo dados da EMATER-DF (2013), são: Rede Terra, COOPERAR e Cáritas.

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Apoio à Agricultura Familiar – Rede Terra⁸, é uma entidade da sociedade civil, de direito privado e sem fins lucrativos, fundado, em 1999, por agricultores familiares, técnicos agrícolas e educadores. A missão da Rede Terra é contribuir na construção de modelos de desenvolvimento sustentável, com foco na agricultura familiar, fundamentado na agroecologia e que estimule a autonomia dos agricultores. Atualmente, o trabalho da Rede Terra abrange 300 famílias de agricultores familiares organizados em cooperativas, associações, sindicatos de trabalhadores rurais e coletivos de produção nos municípios goianos de Cristalina, Luziânia, Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama.

⁷ Texto extraído de: <http://www.fetrafr.org.br/conteudo/1/quem-somos>. Acesso em: 02 dez. 2013.

⁸ Texto extraído de: <http://www.redeterra.org.br/?sessao=quemSomos>. Acesso em 02 dez 2013.

A Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária – COOPERAR⁹ foi fundada em 12 de maio de 2005, objetivando congregar as várias forças e parceiros que colaboravam em todo o Brasil com o desenvolvimento das empresas sociais das áreas de Reforma Agrária. Essa colaboração passava, necessariamente, por três momentos: desenvolvimento teórico do conceito de Empresa Social; desenvolvimento agrário/econômico/organizativo de trabalhadores assentados/as ou em processo de assentamento; vinculação com organizações populares, entidades da sociedade civil, movimentos sociais, organismos internacionais e gestores públicos que praticam a reforma agrária desde uma perspectiva de democratização da sociedade brasileira e fortalecimento da cidadania em nosso país. Na RIDE-DF, foi observada a presença dessa entidade, bem como da Cáritas, principalmente, nos assentamentos de Unaí-MG.

A Cáritas¹⁰ foi criada, em 1956, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No início, ela foi incumbida de articular todas as obras sociais católicas e assumir a distribuição do Programa de Alimentos para a Paz subsidiado pelo governo americano como um dos eixos de um Programa maior chamado “Programa Aliança para o Progresso”, implementado após a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, dentro de suas funções, atua no fomento às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores(as) de materiais recicláveis, pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais, a Cáritas valoriza e aposta em ações locais, comunitárias e territoriais, em relações solidárias, em que a luta por direitos e a construção de um desenvolvimento local e solidário e sustentável caminham juntas.

Segundo Oliveira (2007), em sua pesquisa de doutorado realizada em assentamentos rurais da RIDE- DF, muitos dos assentados relatam que encontram paz e tranquilidade no assentamento. Muitos destes vieram do nordeste do Brasil e eram acostumados a viver em cidades com fluxos pequenos de pessoas e veículos. Sendo que, ao chegarem no DF, não se adaptaram, mas também não queriam voltar devido às diversas oportunidades que a região oferecia, principalmente à agricultura.

A disputa de terras no Distrito Federal e Entorno surge a partir da construção de Brasília, na qual as populações remanescentes, em muitas ocasiões, tinham que escolher em

⁹ Texto extraído de: <http://cooperativacooperar.blogspot.com.br/search/label/A%20Cooperativa>. Acesso em: 02 dez. 2013.

¹⁰ Texto extraído de: <http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>. Acesso em: 02 dez. 2013.

serem expulsos ou aceitarem ir para cidades satélites. No caso das áreas rurais, a princípio, essas seriam arrendadas visando ao desenvolvimento de um modelo que prioriza a produção agrícola. Idealizou-se a criação de pequenos núcleos rurais localizados nas proximidades urbanas e as áreas maiores em lugares mais distantes. A produção agropecuária foi pensada a partir de uma distribuição ordenada no espaço, adotando uma visão da dicotomia rural-urbano, onde se considerava que o rural era idêntico ao urbano (BOTELHO FILHO, 2001). Vide Tabela 03, as fases de ocupação antes e depois da criação do Distrito Federal.

Tabela 03 – Fases de Ocupação da RIDE-DF

LOCALIDADES	FASES DE OCUPAÇÃO DO DF E ENTORNO			
	Área	Antes da criação	Construção	Crescimento
Distrito Federal	Cerrado	Cidades	Adensamento	Metrópole
Propriedade da terra urbana	Privada	Pública	Pública maior que privada	Privada maior que pública. Invasões.
Propriedade da terra rural	Privada	Pública e privada	Pública e privada. Invasões.	Pública e privada. Invasões.
Organização do espaço rural	Rural exclusivo	Dicotomia rural-urbana (rural igual a agrícola) Organização concêntrica. <i>Continuum</i> rural-urbano e cinturão verde de proteção	Dissolução da dicotomia rural urbana com elementos urbanos.	
Entorno do distrito federal	Crescimento urbano	Crescimento da área urbana	Crescimento desordenado da área urbana.	Conurbação

Fonte: (BOTELHO FILHO, 2001, p. 126).

Na década de 1977, houve a implantação do Projeto de Assentamento Dirigido – PAD/DF, no qual tinha como objetivo financiar o desenvolvimento do projeto de assentamentos constituídos em grandes propriedades que variam em extensão de 250 a 500 hectares, tendo como principal atividade a produção de grãos. Para isso, exigia-se uma alta qualificação empresarial e dedicação intensa dos agricultores, haja vista o programa ter sido fruto de parceria do Brasil com o Japão que visava fomentar a indústria de grãos (BOTELHO FILHO, 2001)

Botelho Filho (2001) comprova, através de uma pesquisa de campo, que os assentados do PAD-DF eram constituídos de migrantes da região sul do país e que se tratavam de comerciantes e funcionários públicos possuidores de capital e com experiência agropecuária anterior. Além disso, esses assentados não estavam sendo expulsos de uma área para serem alocadas para outra. Não se tratava de integrantes de movimentos sociais, mas sim de agricultores capitalistas.

Por isso, em muitas metrópoles, quando o Estado, por suas instituições, não abarca a totalidade das demandas sociais por mais moradia, melhor infraestrutura e mais investimentos em obras, o setor privado se faz presente para ser mais do que um coadjuvante. Alguns empresários serão capazes, com a colaboração de legisladores, “oferecer” projetos que atendam algumas demandas, bem como apresentar capacidade de executar obras, por seu equipamento operacional ou de seus associados e prepostos. (PAVIANI, 2009, p.83)

Devido a esses fatores, a maioria dos assentamentos rurais de caráter familiar foram constituídos no Entorno do DF. Os assentados pela reforma agrária têm uma magnitude expressiva na região do Distrito Federal e Entorno, que abrange três sub-regiões: nordeste goiano, noroeste mineiro e entorno do Distrito Federal.

A superintendência Regional do INCRA – SR/28 foi criada, em 1997, para agilizar a reforma agrária na região, atrelada, ao plano de metas da superintendência. Ainda no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC, ficou definido que nas fazendas desapropriadas deveriam ser assentadas o maior número de famílias possíveis, não importando como fosse as condições que essas famílias fossem assentadas. Entretanto, em pesquisa de campo realizada em 2004 e 2006, ficou evidente que o grande número de assentamentos criados na região não significou a qualidade para eles. Isso fica claro principalmente no que tange à infraestrutura como água, estradas, energia elétrica e assistência técnica. Para muitos desses assentados, a reforma agrária ainda não aconteceu. Muitos ainda vivem a depender e se defender de grileiros (OLIVEIRA, 2007)

Para o MST, o assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, trabalhar e produzir, dando uma função social à terra e garantindo um futuro melhor à população. A vida no assentamento garante às famílias direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro: casa, escola e comida.

Ainda segundo o MST, o impacto da criação de um assentamento marca a vida de um município, tanto do ponto de vista social como econômico. Em primeiro lugar, a terra ganha uma função social. Em segundo lugar, um conjunto de famílias ganha instrumentos para a sua

sobrevivência. Depois de um período, constroem a casa, conquistam a escola e começam a produzir. A produção garante o abastecimento de alimentos aos moradores das pequenas cidades e gera renda às famílias assentadas.

Quando se trata de sustentabilidade na agricultura, deve se propor principalmente: a produção de alimentos saudáveis para quem os produz e para quem os consome, a convivência harmônica com o meio ambiente de forma a não excluir o homem da natureza e criar relações de produção na qual não haja exploração do homem pelo homem. Assim, constituir Assentamentos de Reforma Agrária Sustentáveis estabelece-se como agenda fundamental do Poder Público, dos Movimentos Sociais e de todos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade (KAWAKAMI, RIBAS, 2009).

Não basta ter condições favoráveis para o estabelecimento de uma reforma agrária no DF. É necessário que se fomente o acesso aos mercados e que se melhorem as condições de produção e se valorize o trabalho do campo para que haja uma boa oferta de alimentos e se garanta a segurança alimentar de todos. Também não se faz necessário preocupar-se apenas com um cinturão verde idealizada pela dicotomia rural-urbano, mas promover ações que preservem e fomentem o meio de vida rural atrelado aos seus modos e vivências.

3.4 Os Assentamentos Rurais da RIDE – DF

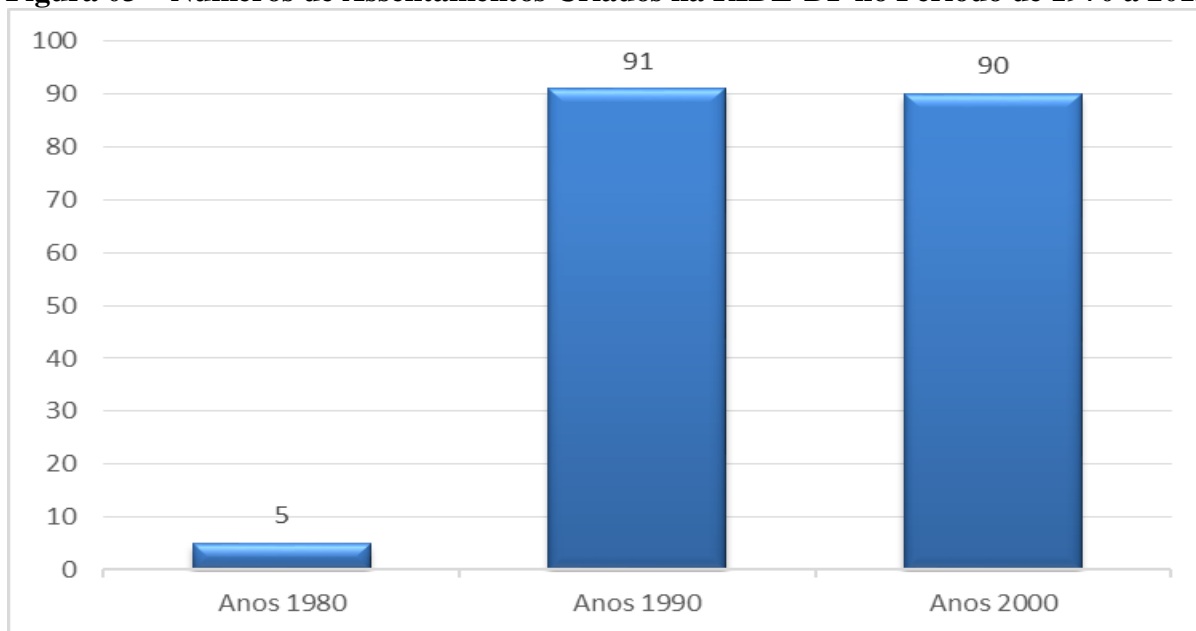
Segundo dados do INCRA, de março de 2012, a Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno – SR/28, conta 20.959 assentados de reforma agrária nessa região. Todos esses assentados estão distribuídos entre 13090 famílias em 186 assentamentos, sendo 9122 (70 % do total de famílias, distribuídas em 112 assentamentos) nos municípios do estado de Goiás, 3259 (25% do total de famílias, distribuídas em 62 assentamentos) delas estão em Minas Gerais e apenas 709 (5% do total de famílias, distribuídas em 12 assentamentos) das famílias assentadas e cadastradas na SR-28 estão no Distrito Federal. Vale ressaltar que a SR-28 contempla todos os municípios da RIDE-DF, no entanto, o número de assentamentos dessa última é bem menor quando se adotam os critérios da legislação que a criou (Vide Apêndice E).

Em Minas Gerais, o município de Unaí conta com o maior percentual de assentamentos, sendo 25 (40,3%) dos assentamentos mineiros. Os demais estão nos municípios: Arinos, Buritis e Uruana de Minas. No estado de Goiás, o município de Flores de Goiás detém o maior percentual, sendo 19 (17%) dos assentamentos goianos. Os demais

seguem distribuídos entre: Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Monte Alegre de Goiás, Formosa, Formoso, Nova Roma, Posse, Água Fria de Goiás, Teresina de Goiás, Sítio d'Abadia, Alto Paraiso de Goiás, Alvorada do Norte, Cocalzinho de Goiás, Colinas do Sul, Cristalina, Flores de Goiás, Divinópolis de Goiás, Guarani de Goiás, Luziânia, Mambaí, Padre Bernardo, Planaltina, São Domingos, São João d'Aliança, Simolândia e Vila Boa. (Vide Apêndice E)

Ao levarmos em consideração apenas os municípios que compõem legalmente a Região do DF e entorno, levando em conta dados fornecidos pela EMATER –DF (2013) e INCRA – SR/28 (2012), chega-se a um total de 7559 famílias constituindo um total de 113 assentamentos, sendo: 4133 (55,8% do total de famílias, distribuídas em 53 assentamentos) delas assentadas no estado de Goiás, 2338 (30,9% do total de famílias, distribuídas em 44 assentamentos) no estado de Minas Gerais e, por fim, 100 (13,3% do total de famílias, distribuídas em 16 assentamentos) famílias estão no Distrito Federal (Vide Apêndice F).

No estado de Minas Gerais, 25 (56,8%) dos assentamentos estão localizados no município de Unaí, enquanto o restante – 19 (43,2%) dos assentamentos estão no município de Buritis. Em Goiás, destaca-se o município de Formosa que contém 16 (30,2%) dos assentamentos, enquanto os demais estão distribuídos entre os municípios: Água Fria de Goiás, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Luziânia, Padre Bernardo, Planaltina e Vila Boa. (Vide Apêndice F).

Figura 03 – Números de Assentamentos Criados na RIDE-DF no Período de 1970 a 2012

Fonte: Elaboração Própria, com base em dados do INCRA – SR/28 (2012).

Conforme FIGURA 03, a maioria dos assentamentos da RIDE – DF foi criada na década de 1990. Segundo Oliveira (2006), um dos principais fatores que contribuíram para esse fato, foi a questão da presença expressiva de movimentos sociais na região, principalmente a do MST, que promoveu uma campanha nas cidades satélites do DF, convidando as pessoas a ocuparem terras.

Outro fator considerável, relatado por Aguiar *et al* (1994), foi o processo de expulsão de excedentes populacionais do Distrito Federal para sua periferia e entorno. Esse excedente era composto por pessoas de baixa renda que não se adequavam ao padrão de vida dominante no DF. Sendo assim, houve um freio no crescimento populacional do Distrito Federal que era de 118%, no período compreendido entre 1970 e 1980, para 35%, entre o período de 1980 a 1991. Já o entorno dilatou sua população na década de 1980 em 81,53%. Vale ressaltar os impactos ocasionados pela crise econômica do início da década de 1990, que ocasionou altos índices de desemprego.

A questão da disputa por terras baseou-se em diversas razões, entre elas: por negócios, por lazer, por especulação e por moradia. O entorno do DF foi alvo de um grande processo de modernização agrícola, na qual recebeu diversos migrantes da região sul do Brasil que possuíam alto nível de capital e não tinha como foco a questão habitacional.

No entanto, esse processo migratório para áreas rurais tornou-se um desafio para os gestores públicos regionais. Pois, não houve um planejamento de ordem ambiental junto a

uma melhor gestão baseada na produção familiar e de conservação dos recursos naturais. Além disso, os altos investimentos voltados para a agricultura de grandes escalas não tinham comprometimento com os riscos que poderiam ocasionar para os ecossistemas.

Depreende-se, disso, uma discussão sobre a viabilidade de assentamentos rurais. Segundo Abrahão (2010), os assentados possuem características vastas e heterogêneas e de âmbito familiar. Enquanto as grandes propriedades recebem grandes incentivos de caráter tecnológico, financeiro e assistencial, os assentamentos recebem apenas a terra, sendo que as primeiras buscam competitividade em detrimento do meio ambiente e os últimos buscam um desenvolvimento ambiental sustentável.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 Fonte dos Dados e Delineamento da Pesquisa

A metodologia utilizada, para que os objetivos do trabalho fossem melhor atendidos e apresentassem resultados satisfatórios, consistiu em um levantamento bibliográfico, em uma aplicação de questionários e numa tabulação e análise estatística e econométrica de dados obtidos com assentados da RIDE-DF.

O estudo foi realizado através de dados primários e secundários. Esses últimos foram obtidos através de revisão bibliográfica, que foi apoiada em consultas a livros utilizados na formação acadêmica, monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos publicados em revistas especializadas que trabalham o tema abordado, *sites* do governo e órgãos dos setores social e agropecuário. A revisão bibliográfica apresenta-se como enriquecimento para a discussão, servindo como base para confirmação e discussão do questão a ser analisado. Já os dados primários foram obtidos por meio de aplicação de questionários aos assentados de reforma agrária, onde se tentou provar, estatisticamente, a relevância ou não das variáveis discutidas com o tema da pesquisa.

A pesquisa concentrou-se na RIDE-DF, onde se encontra grande parte de assentamentos formados por diversos movimentos sociais, sejam eles de representação local ou de grandes representações.

4.2 Método de Análise

Com a revisão bibliográfica, pretendeu-se compreender a ligação entre a participação política e a sustentabilidade dentro de comunidade rurais, que são constituídas, geralmente, por um objetivo em comum, mas possuem diversas diferenças, principalmente com os novos rumos que os movimentos sociais tiveram. Outro fato que foi observado foi a questão da prevalência de ideias conservadores e progressistas dentro da vivência e sistemas de produção rural na região estudada.

Na análise quantitativa da sustentabilidade e da participação política dos assentados, bem como de seus determinantes, foram utilizados: 2 (dois) índices estatísticos e um modelo

econométrico de regressão linear múltipla, sendo que será adotado o conceito de sustentabilidade dado por Jara (1996), o autor considera que

O Conceito de desenvolvimento sustentável tem dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais, o que necessariamente traduz várias preocupações: com o presente e o futuro das pessoas; com a produção e o consumo de bens e serviços; com as necessidades básicas de subsistência; com recursos naturais e o equilíbrio do ecossistema; com as práticas decisórias e a distribuição de poder; e com os valores pessoais e a cultura. (JARA, 1996, p. 132).

Ainda segundo o autor,

O que é sustentável nos países desenvolvidos da pós-modernidade globalizada não é necessariamente sustentável para os países dependentes e pobres. A sustentabilidade diz respeito a um significado dinâmico e flexível, centrado no respeito à vida. A redução da pobreza, a satisfação das necessidades básicas, a melhoria da qualidade de vida da população, o resgate da equidade e o estabelecimento de uma forma de governo que garanta a participação social nas decisões são condições essenciais para que o processo de desenvolvimento seja julgado como sustentável. (JARA, 1996, p. 132).

Quanto à participação, de acordo com Dowbor (2007), tem-se uma sociedade civil que se organiza, apoia ONGs, requer seus direitos a órgãos de defesa, utiliza a mídia para protestar etc. Enfim, participa, ainda que, frequentemente, a ausência de sistemas racionais de informação leve a uma participação desencontrada. Avança-se rapidamente nesse plano, o que nos abre para processos mais democráticos. Entretanto, também temos um andar de baixo na sociedade civil, os que formam 51% de economia informal, onde estão as vítimas da concentração de renda, os perdidos na noite das imensas periferias urbanas, os acampados nas beiras das estradas, os sem-terra, sem teto, sem internet, sem participação efetiva.

Esse trabalho baseou-se também no conceito de Jacobi (1999), onde a participação se torna um meio fundamental de institucionalizar relações mais diretas, flexíveis e transparentes que reconheçam os direitos dos cidadãos; assim como de reforçar laços de solidariedade num contexto de pressão social e polarização política na direção de uma cidadania ativa que disponha dos instrumentos para o questionamento permanente da ordem estabelecida.

Nesse estudo, foram analisados dados obtidos de agricultores familiares residentes em Assentamentos de Reforma Agrária. Foram escolhidos, aleatoriamente, assentamentos da RIDE-DF, justificando-se pelo motivo da participação política ter importância nos movimentos de garantia de posse da terra e luta pela moradia, haja vista a alta especulação

imobiliária nessas áreas e os assentamentos constituírem uma importante forma de Sustentabilidade Ambiental e também por serem vistos como uma fonte de abastecimento de alimentos para a capital do DF.

4.2.1 Índice de Sustentabilidade Ambiental

Para mensurar o Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISA) dos indivíduos pesquisados, foram elaboradas perguntas que tentaram captar a forma de manejo, conservação e preservação de recursos naturais e do meio ambiente. Assim, essa pesquisa se baseou em parte da metodologia de Damasceno *et al* (2011), a qual elabora um Índice de Sustentabilidade a partir dos índices: Índice de Desenvolvimento Econômico-Social (IDES), Índice de Capital Social (ICS), Índice Ambiental (IA) e Índice Político-Institucional (IPI).

Jales *et. al* (2008) ressalta que, embora não receba a devida atenção em determinados setores, os aspectos ambientais são determinantes para a proteção das águas, dos solos e da vegetação nativa sem mencionar a produtividade da atividade e qualidade dos produtos colhidos.

Pode-se definir, matematicamente, o ISA como:

$$ISA = \sum_{i=1}^n C_k \quad (01)$$

A forma pela qual cada indicador contribui no ISA dos assentados será obtida da seguinte forma:

$$C_k = \sum \frac{E_{ij}}{E_{ijMáx}} \quad \dots \quad (02)$$

Onde:

ISA = Índice de Sustentabilidade Ambiental;

C_k = contribuição do indicador “k” no Índice de Sustentabilidade Ambiental dos assentados;

E_{ij} = escore da *i*-ésima variável do indicador “k” obtido pelo *j*-ésimo assentado;

$E_{\max i}$ = escore máximo da *i*-ésima variável do indicador “k”;

$i = 1, \dots, n$ (variáveis que compõem o indicador “k”);

$j = 1, \dots, m$ assentados);

k = indicador que constitui o ISA.

Para mensurar o Índice de Sustentabilidade Ambiental, foram tomados os seguintes indicadores, com variáveis e seus respectivos pesos: (Vide Apêndice A).

1. Como é feita a conservação do solo?

- | | | |
|------|---|-----|
| i. | Não é realizada nenhuma prática de conservação; | 0/2 |
| ii. | Através de práticas mecânicas; | 1/2 |
| iii. | Através de práticas biológicas. | 2/2 |

2. Que métodos de controle de pragas e doenças o senhor utiliza na unidade produtiva?

- | | | |
|------|----------------|-----|
| i. | Agrotóxico; | 0/2 |
| ii. | Biológico; | 1/2 |
| iii. | Nenhum método. | 2/2 |

3. Faz utilização de fogo nas atividades agropecuárias?

- | | | |
|-----|------|---|
| i. | Sim; | 0 |
| ii. | Não. | 1 |

4. Qual a intensidade (manejo) do uso de veneno?

- | | | |
|------|----------------------|-----|
| i. | Usa vários produtos; | 0/2 |
| ii. | Único Produto; | 1/2 |
| iii. | Não Utiliza. | 2/2 |

5. Qual é o destino dos restos das culturas?

- | | | |
|------|---|-----|
| i. | Queima; | 0/2 |
| ii. | Alimenta animal e / ou vende a terceiros; | 1/2 |
| iii. | Incorporação ao solo após a colheita. | 2/2 |

6. Faz rotação de cultura?

- | | | |
|-----|------|---|
| i. | Não; | 0 |
| ii. | Sim. | 1 |

7. Qual adubação utiliza com maior frequência?

- | | | |
|------|---------------------|-----|
| i. | Químico; | 0/2 |
| ii. | Químico e orgânico; | 1/2 |
| iii. | Orgânico. | 2/2 |

- 8. Como são cultivados os produtos agrícolas?**
- i. Com máquinas; 0/2
 - ii. Manualmente e máquinas; 1/2
 - iii. Mãos apenas. 2/2
- 9. A residência possui algum sistema de esgoto ou tipo de fossa?**
- i. Não; 0
 - ii. Sim. 1
- 10. É feito plantio de árvores no lote objetivando a conservação do solo**
- i. Não; 0
 - ii. Sim. 1

4.2.2 Índice de Participação Política - IPP

O Índice de Participação Política caracteriza-se pela participação efetiva dos assentados no planejamento de ações coletivas, tomadas de decisões, *accountability*¹¹ local e acompanhamento das ações políticas de nível nacional.

Pode-se definir matematicamente o IPP como:

$$IPP = \sum_{i=1}^n C_k \quad \dots \quad (03)$$

A forma pela qual cada indicador contribui no IPP dos assentados foi obtida da seguinte forma:

$$C_k = \sum \frac{E_{ij}}{E_{ijMáx}} \dots \dots \dots (04)$$

Onde:

IPP = Índice de Participação Política;

C_k = contribuição do indicador “k” no Índice de Participação Política dos assentados;

¹¹ Este termo pode ser considerado, em geral, polissêmico. Nesse trabalho, ele terá um significado de prestação de contas, transparência e controle de ações coletivas.

E_{ij} = escore da i -ésima variável do indicador “ k ” obtido pelo j -ésimo assentado;

$E_{\max i}$ = escore máximo da i -ésima variável do indicador “ k ”;

$i = 1, \dots, n$ (variáveis que compõem o indicador “ l ”);

$j = 1, \dots, m$ (assentados);

k = (indicadores que compõem o IPP).

Para mensurar o Índice de Participação Política, foram tomados os seguintes indicadores, com variáveis e seus respectivos pesos: (Vide Apêndice A).

1. O senhor participou da organização desse assentamento?	
i. Não;	0
ii. Sim.	1
2. O senhor participou de algum acampamento?	
i. Não;	0
ii. Sim.	1
3. O Senhor participa ativamente da vida política no assentamento?	
i. Nunca	0/3
ii. As vezes	1/3
iii. Sim, mas acho que poderia ser mais ativo	2/3
iv. Sim, intensamente	3/3
4. O senhor participa das decisões referentes ao orçamento do assentamento?	
i. Nunca	0/3
ii. As vezes	1/3
iii. Sim, mas acho que poderia ser mais ativo	2/3
iv. Sim, intensamente	3/3
5. Com que frequência o Sr. Participa das reuniões do assentamento e / ou de outras instituições em que participa?	
i. Nunca vou	0/3
ii. Vou algumas vezes	1/3
iii. Vou sempre que posso	2/3
iv. Nunca perco reuniões	3/3
6. O Senhor participa das prestações de contas do assentamento e / ou de outras instituições em que participa?	
i. Nunca	0/3
ii. As vezes	1/3
iii. Sim, mas acho que poderia ser mais ativo	2/3
iv. Sim, intensamente	3/3

7. **O senhor assume ou já assumiu algum cargo ou atividade para o funcionamento de associação / cooperativa / sindicato ou de algum movimento social?**
- i. Não; 0
- ii. Sim. 1
8. **O senhor contribui/paga alguma taxa/cota/mensalidade para o funcionamento de associação / cooperativa / sindicato ou de algum movimento social?**
- i. Não; 0
- ii. Sim. 1
9. **O senhor acredita que de alguma forma a sua militância política teve influência na sua participação efetiva no assentamento?**
- i. Não; 0
- ii. Sim. 1
10. **O que o senhor acha sobre a vida política do país?**
- i. Não sei porque não me interessa a política; 0/3
- ii. Faço militância política somente em períodos eleitorais; 1/3
- iii. Acompanho os fatos da política por entender que sou parte dela; 2/3
- iv. Procuo participar intensamente da vida política. 3/3

4.2.3 Modelo Econométrico

Conforme citado anteriormente, buscando identificar que variáveis socioeconômicas possivelmente possam se relacionar diretamente com a participação política efetiva e a sustentabilidade, será determinada uma equação de regressão múltipla estimada pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários. A equação é dada a seguir:

$$y_t = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \beta_3 x_3 + \dots + \beta_k x_k + u_t \quad (05)$$

Onde:

y_t = Variável dependente;

β_0 = Coeficiente linear;

β_1 = Parâmetro associado a x_1 ;

β_k = Parâmetro associado a x_k ;

u_t = Termo de erro aleatório que não é observado.

Já $x_1 \dots x_n$ são as variáveis independentes, que podem ser várias. Todos os outros fatores que não estiverem inclusos nelas estarão no u_i . Nessa pesquisa, a variável dependente y_i serão os índices ISA e IPP, descritos anteriormente. Além disso, visando a atender os demais objetivos, serão utilizadas algumas variáveis independentes, entre elas: idade, idade ao quadrado, anos de escolaridade do chefe e do (a) cônjuge, tamanho da família, filiação em movimento social ou entidade do terceiro setor ou sindical ou de economia solidária, número de pessoas na família, sexo do chefe da família, renda, ser inscrito em programa de redistribuição de renda, religião que segue ou professa, unidade federativa, entre outras.

Algumas dessas variáveis serão *dummies*, que segundo Gujarati (2006), são variáveis do tipo qualitativas que assumem os valores de 0 ou 1. Nesse estudo, essas variáveis foram a participação ativa em algum movimento social do campo, a unidade federativa e a religião. Além disso, foram utilizadas variáveis interativas nas quais foram multiplicadas uma pela outra no sentido de potencializá-los e ou tentar mensurar a relação de complementariedade entre elas.

Com o estimador de Mínimos Quadrados Ordinários - MQO, obteve-se a melhor representação da variável dependente em relação as variáveis independentes, minimizando a soma dos quadrados dos erros, segue abaixo:

$$\text{Mín} \left[\sum_{i=1}^n \hat{u}_i^2 \right] = \text{Mín} \left[\sum_{i=1}^n (y_i - \hat{y}_i)^2 \right] \quad (06)$$

Onde:

y_i = Valor real observado de cada observação da variável dependente;

\hat{y}_i = Valor previsto pela reta de regressão;

\hat{u}_i = Erro ou resíduo, que é a diferença entre o valor real observado e o previsto na reta de regressão;

n = Número de observações na amostra.

A estimação pelo método citado requer o atendimento às seguintes premissas: a amostra deve ser aleatória; haja linearidade entre os parâmetros; os resíduos possuam distribuição normal e não sejam correlacionados, haja homocedasticidade entre os resíduos e que não haja multicolinearidade entre as variáveis independentes (GUJARATI, 2006).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, será exposto um breve relato sobre o assentamentos pesquisados nesse trabalho, bem como as análises estatísticas e econométricas da RIDE-DF elaborados a partir de questionários aplicados junto aos assentados.

5.1 Assentamentos Pesquisados

Os assentamentos pesquisados nesse estudo foram escolhidos de forma aleatória e tentou-se atender um critério de tempo e espaço dos mesmos para que não houvesse fortes discrepâncias entre os mesmos. Utilizou-se, nesse trabalho, o critério estabelecido pelo INCRA, que divide o processo de estabelecimento de assentamentos em 7 (sete) fases¹² (Vide Tabela 04).

Tabela 04 – Assentamentos Visitados Durante a Pesquisa

ASSENTAMENTOS	MUNICÍPIO (UF)	AMOSTRA	FASE	MOVIMENTO DE BASE
Vanderli Ribeiro	Buritis	36	5	MST
Cunha	C. Ocidental	22	5	MST
Santa Helena	Pe. Bernardo	43	3	MST
Antônio Juvêncio	Pe. Bernardo	44	3	MST
Santa Felicidade	Cocalzinho	93	4	MST
Fazenda Larga	Planaltina	51	4	MST
Oziel Alves III	Planaltina	40	4	MST
Gabriela	Brazlândia	21	4	MST
Graziela	Brazlândia	6	4	MST
Betinho	Brazlândia	22	5	Movimento Local
Três Conquistas	Paranoá	30	4	MST
TOTAL			408 Famílias	

Fonte: Elaboração Própria com base em dados do INCRA (2012), EMATER (2013) e SEAGRI (2013).

No entanto, conforme citado anteriormente nessa pesquisa, a maioria dos assentamentos da RIDE – DF surgiram durante as décadas de 1990 e 2000, e esse fator

¹² Compreende-se: 00 - Em Obtenção; 01 - Pré-Projeto de Assentamento; 02 - Assentamento em criação; 03 - Assentamento Criado; 04 - Assentamento em Instalação; 05 - Assentamento em Estruturação; 06 - Assentamento em Consolidação e 07 - Assentamento Consolidado.

também influenciou na escolha dos mesmos. Foram visitados um total de 11 assentamentos no período compreendido dos meses de outubro a dezembro de 2013. Ao total, foram 408 entrevistados, sendo: 202 no estado de Goiás, 36 no estado de Minas Gerais e 170 no Distrito Federal.

Conforme dados da EMATER – DF e da SEAGRI – DF, contidos na Tabela 04, a maior parte desses assentamentos tiveram como movimento social de base o MST. Todavia, muitos deles no decorrer do processo de consolidação e amadurecimento romperam com o movimento e firmaram filiação com outras instituições e / ou movimentos sociais do campo. Entre eles, estão os sindicatos, CONTAG, FETRAF, Rede Terra, COOPERAR e Caritas.

Dentre os assentamentos relacionados na tabela anterior, muitos deles ainda contam com o apoio do MST e, ao mesmo tempo, são filiados a outras organizações. Outros encontram-se divididos tanto em espaço como em ideais, é o caso do Assentamento Santa Felicidade, situado em Cocalzinho de Goiás, que, atualmente, conta com 183 famílias assentadas, sendo que, aproximadamente, 100 dessas romperam com o MST e decidiram construir as casas em formato de agrovila, diferente dos demais que continuaram em lotes individuais na forma de chácaras, no primeiro caso, o ambiente residencial ficou separado da unidade produtiva e essa última é de caráter coletivo. A maioria dos que decidiram pela unidade coletiva, atualmente, contam com uma cooperativa e são filiados à entidades ligadas a FETRAF e / ou CONTAG.

Em assentamentos como Antônio Juvêncio, Vanderli Ribeiro, Fazenda Larga e Betinho, alguns assentados relataram que devido não serem filiados à entidades associativas locais ou comunitárias, muitas vezes, são impedidos de acesso a auxílios e benefícios que chegam a comunidade por meios de órgão governamentais e / ou privados.

Durante a pesquisa, notaram-se alguns lotes que não possuíam energia elétrica, nesse caso, no Assentamento Santa Helena, sendo que estes ficavam a poucos metros de outro conjunto de lotes que tinham acesso à eletricidade. Uma das razões relatadas pela assentada foi não ser filiada à associação local no período de instalação e execução do projeto de infraestrutura voltado para tal fim. No entanto, mesmos os que são filiados, por diversas vezes, também podem ficar à margem desses recursos, pois dentre os 408 entrevistados apenas 25% deles disseram participar ativamente das prestações de contas da comunidade ou das entidades às quais são filiados.

Outro fator observado foi a questão do acesso aos bens de capital. Em diversos casos, as máquinas e equipamentos, que são coletivos por conquista comunitária, ficam centralizados em uma entidade que adota meios e procedimentos burocráticos que promovem entraves de

acesso às famílias de baixa renda e capital. Além disso, muitas não recebem orientações adequadas de utilização e uso dos equipamentos.

Sendo assim, notou-se que a interação dos assentados pesquisados com outras instituições e o desligamento de alguns destes dos movimentos rurais de base podem ter ocasionado uma ruptura entre o fiel sentido da participação política e a sustentabilidade de nível local.

5.2 Características Socioeconômicas dos Assentados Pesquisados na RIDE – DF

Nesta seção, são apresentadas as estatísticas descritivas das principais variáveis que constituem o perfil socioeconômico dos assentados entrevistados em assentamentos da RIDE-DF. Além disso, grande parte destas descritas na Tabela 05 são utilizadas no modelos de determinação estimados econometricamente, a serem apresentados em seção posterior.

Tabela 05 - Estatísticas descritivas das variáveis dos modelos

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Anos de Estudo do Chefe da Família	0	16	5,08	4,02
Anos de Estudo do Conjuge da Família	0	21	5,32	3,97
Participação feminina (% dos Assentados)	0	1	0,36	0,48
Idade	18	80	48,60	13,00
Tamanho da Família	1	23	3,85	2,21
Experiência de Trabalho	1	75	38,48	14,57
Área (em hectares)	1	50	12,53	7,07
Renda (em R\$)	0	7.000,00	944,12	928,11
Beneficiários do Bolsa Família	0	1	0,47	0,50
Aposentadoria	0	1	0,18	0,39
Assistência Técnica	0	1	0,33	0,47
Católico	0	1	0,58	0,49
Evangélico	0	1	0,34	0,47
Uso de Agrótoxicos	0	1	0,59	0,49
Uso de Fossa Séptica	0	1	0,91	0,28
Realizar Práticas de Reflorestamento	0	1	0,89	0,31
Realizou acampamento	0	1	0,72	0,45
Influência da Militância	0	1	0,74	0,44
ISA	0,30	1	0,66	0,13
IPP	0	1	0,62	0,24

Fonte: Elaboração Própria, com base em dados de pesquisa de campo (2013).

O objetivo principal é o de se obter uma visão concisa das variáveis que compõem e determinam o comportamento dos assentados quanto às suas ações e práticas de Sustentabilidade Ambiental e Participação Política.

Durante as entrevistas realizadas junto aos assentados, optou-se por entrevistar preferencialmente o chefe da família para mensurar, de forma mais efetiva, o caráter de representatividade e empoderamento destes junto à comunidade. A variável sexo nessa pesquisa é considerada de valor binário, onde o sexo masculino recebeu o valor de 0 e feminino de 1. Conforme Tabela 04, observou-se, na amostra, que os indivíduos do sexo masculino predominam como maioria, sendo um total de, aproximadamente, 60% dos assentados desse sexo. No entanto, em média, 36% dos chefes de família são mulheres, número bastante considerável que ressalta a inserção da mulher no meio rural, haja vista que segundo dados do IBGE (2010), elas compõem em torno de 45,6 % da população rural da RIDE-DF. (Vide Apêndice D). Além disso, estão ligadas a diversas causas e lutas do campo, como é o caso da Marcha das Margaridas¹³, entre outras.

A variável escolaridade foi medida por meio do total de anos de estudo do chefe da família e do cônjuge, em ambos os casos, percebeu-se que em, média, os assentados possuem nível fundamental incompleto. Foram observados valores de 0, em que o indivíduo relatou nunca ter frequentado a escola, bem como 21 anos de estudo, onde se encontrou assentado que concluiu curso de Doutorado.

Nesse caso, nota-se diversos fatores que podem influenciar esses resultados, entre eles, podem ser citados o fato da maioria dos assentamentos só possuírem escolas que ofertam apenas o ensino fundamental. Quando é necessário o deslocamento para outras localidades rurais ou urbanas, esse traz diversos entraves e riscos relacionados à qualidade do transporte e das estradas, jornada de trabalho e, muitas vezes, restrição orçamentária, haja vista o avanço no nível escolar ocasionar maiores gastos com materiais e outras despesas.

O cônjuge apresenta a média um pouco maior, sendo 5,32 anos de estudo contra 5,08 do chefe da família Os dados aproximam-se bastante dos dados dos chefes. Contudo, há uma

¹³ A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. Tem como objetivo proporcionar uma reflexão sobre as condições de vida das mulheres do campo e da floresta. Por ser permanente, as mulheres trabalhadoras rurais seguem, diariamente, lutando para romper com todas as formas de discriminação e violência, que trazem consequências perversas à vida delas. É coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos mais de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), e por várias organizações de mulheres parceiras. Texto extraído de : <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=256&nw=1>. Acesso em: 18 dez. 2013.

melhora quanto ao acesso dos primeiros ao ensino superior de graduação e pós-graduação. Isso pode se relacionar com o fato de uma maior disponibilidade de tempo para dedicação aos estudos bem como pela faixa etária mais acentuada. Outro fator observado nos assentamentos foi o aumento da pluriatividade nos assentamentos o que faz com os assentados busquem oportunidades em outras atividades econômicas usando os meios de qualificação como um dos principais canais de busca.

A idade média dos chefes de família foi de 48,60 anos, com desvio padrão igual a 13,00, o que revela uma variação média entre 35,60 e 61,60 anos de idade. A amplitude da amostra apresenta valor mínimo de 18 anos e máximo de 80 anos. Com base nos dados da pesquisa, observa-se a baixa presença de jovens, até 30 anos, que, nesse caso, pode ser causada pela pouca perspectiva de melhora em relação ao futuro, bem como por acesso a tecnologias e outras diversas oportunidades que podem ficar longe ou até ser indisponível no meio rural. Haja vista, terem sido visitados assentamentos distantes, aproximadamente, 300 Km de Brasília, capital federal e integrante da RIDE, como foi o caso do assentamento Vanderli Ribeiro em Buritis – MG.

Quanto à experiência de trabalho, optou-se por subtrair a idade atual do assentado pela idade na qual ele declarou ter começado a trabalhar. Essa variável apresentou média de, aproximadamente, 38,5 anos de trabalho com variação média entre 24 e 53 anos. Mesmo com uma dispersão dos resultados, um pouco elevada em relação à média, os dados revelaram que os assentados começam a trabalhar muito cedo, sendo que muitos já iniciam a realizar alguma atividade com 5 anos de idade em âmbito familiar e em atividades relacionadas à agropecuária.

As famílias pesquisadas apresentam variação média entre 2 e 6 integrantes, com valor mínimo de 1 e máximo de 23. Em média, o tamanho das famílias é relativamente baixo, sendo constituídas, aproximadamente, de 4 integrantes. Observou-se a presença ainda forte da migração para áreas urbanas, principalmente, dos filhos. Além disso, isso pode motivar reflexões do pouco desenvolvimento social e econômico que o campo brasileiro oferece aos seus moradores. Contudo, no caso das famílias que possuem grandes lotes, o número de integrantes muitas vezes é maior, pois observou-se que os filhos casam e constroem a residência dentro do mesmo lote dos pais e, conseqüentemente, constroem outra família.

As áreas dos lotes das famílias pesquisadas apresentaram uma média de 12,5 hectares, com variação média entre 5,5 e 19,5. Áreas menores, especulação imobiliária, subsídios para a indústria de grande escala, grilagem e fazendas para fins de lazer relacionam-se com as menores áreas, principalmente, com as que ficam mais próximas ao DF.

Os assentados declararam uma renda média familiar de 944,12, sendo que essa variável oscila em relação à sua média entre R\$ 16,00 e R\$1872,23. O valor mínimo declarado foi de R\$ 0,00 e máximo de R\$ 7.000,00. Muitos assentados relataram dentro da família não haver nenhum tipo de rendimento fixo e dependiam de fontes esporádicas como trabalhos eventuais dentro do próprio assentamento. Os valores mais elevados de renda foram declarados em, sua maior parte, nos assentamentos mais próximos ao DF, devido ao fato de muitos assentados terem acesso a uma maior oferta de trabalho, principalmente da administração pública. Entretanto, também se observou rendimentos familiares mais elevados nos assentamentos com maior presença de bens de capital, como máquinas e equipamentos, em que se investe de forma expressiva na agricultura de alta escala gerando empregos e, conseqüentemente, uma maior renda agregada.

A renda média das famílias ultrapassou o valor de 1 (um) salário mínimo vigente, considerando o valor de R\$ 678,00. Além de remunerações baseadas em trabalho assalariado, a renda advinda por meio do Programa Bolsa Família apresentou uma forte presença na composição dos ganhos familiares. 47% dos assentados entrevistados afirmaram serem beneficiários do Programa. As aposentadorias foram observadas em 18% das famílias e são justificadas pelo fato de, aproximadamente, 19% destas possuírem indivíduos com mais de 60 anos. Isso se relaciona ao fato da aposentadoria rural poder ser concedida aos 55 anos de idade para mulheres e 60 anos para homens.

A assistência técnica, quando disponível, é de fundamental importância, pois oferece o acompanhamento necessário para que a produção possa conseguir um padrão desejável de qualidade e produtividade, maximizando recursos e visando resultados sustentáveis. Nesse aspecto, a pesquisa de campo revelou que, em média, apenas 33% dos assentados afirmam receber algum tipo de assistência.

Os dados revelam que, no assentamento mineiro e nos demais goianos, mais de 90% dos assentados afirmaram que não recebem nenhum tipo de assistência técnica. Enquanto, no DF, 70% deles afirmaram que recebem. Vale ressaltar que estas são áreas, em média, menores e onde se predomina a agricultura irrigada e em grande escala. No entanto, recentemente, no dia 18 de dezembro de 2013, foi sancionada a Lei nº 12.897 que regulamenta em seu Artigo 1º:

Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir Serviço Social Autônomo com a finalidade de promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural, especialmente as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais, para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e de desenvolvimento sustentável no meio rural (BRASIL, Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 2013).

A nova agência terá como principal objetivo qualificar e ampliar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil, auxiliando pequenos agricultores em projetos que contribuam para o aumento da produtividade e melhoria das atividades rurais¹⁴.

Dessa forma, esse fato pode ser considerado de grande importância, uma vez que, sem esse acompanhamento, resta à pequena produção familiar um produto de baixíssima qualidade e também de produtividade no qual não consegue se integrar ao mercado consumidor, assim, inviabilizando o investimento realizado e muitas vezes comprometendo sua própria reprodução.

Deve-se ressaltar que, um dos principais motivos que influenciaram a inserção da variável religião nessa pesquisa, foi pelo motivo dos movimentos sociais do campo terem tido força expressiva da igreja no início das lutas populares por um desenvolvimento rural sustentável. Além disso, ainda hoje, o campo ainda conta com o apoio desta instituição em seus projetos e parcerias, como Cáritas, Associação Cristã de Base – ACB, Comissão Pastoral da Terra - CPT entre outras. Todas as entidades citadas anteriormente são ligadas à religião Católica Romana, que, segundo os dados da Tabela 05, é professada por 58% dos assentados entrevistados, em média.

Todavia, segundo dados do IBGE, o número de evangélicos cresceu em torno de 61% no período de 2000 a 2010, enquanto o de católicos obteve queda de 1,3% no mesmo período, e apontando para a forte diversificação das formas de crenças no Brasil como um todo. Isso foi confirmado durante a coleta dos dados no campo, na qual se observou uma presença considerável das instituições evangélicas nos assentamentos visitados, sendo que 33% dos entrevistados, em média, afirmaram seguir algum tipo de religião evangélica.

Nas últimas linhas da Tabela 05, são expostos os resultados do ISA e IPP, bem como de algumas variáveis que os constituíram. Tai índices têm como objetivo analisar variáveis que, em conjunto, resumem o comportamento dos indivíduos quanto sua Sustentabilidade Ambiental e Participação Política.

¹⁴ Texto retirado de: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/12/embrapa-participa-da-formatacao-da-anater>. Acesso em: 28 dez. 2013.

Segundo os dados da pesquisa, no ISA a variável uso de agrotóxicos, verificada pelo indicador de controle de pragas e doenças, mostra que 59 % dos assentados, em média, fazem uso de agrotóxicos em suas atividades agrícolas. Isso contribuiu para que o índice em análise, obtivesse um valor médio de 0,66 em uma escala de 0 a 1, no qual obteve uma variação de 0,13 em relação a sua média com intervalo entre 0,53 e 0,79. Contudo, quando se trata da forma de adubação, em diversos casos, foi detectada a utilização de meios orgânicos, como, por exemplo, o uso da cama de frango¹⁵. Esses resíduos orgânicos são considerados insumos de baixo custo e de alto retorno econômico para a agropecuária, além do retorno direto da atividade. Durante as conversas com os indivíduos, alguns deles afirmaram que, por diversas vezes, ainda utilizam agrotóxico e adubos químicos por serem de mais fácil acesso, enquanto os que não utilizam método nenhum somaram o fato de não terem acesso a alguns métodos também por desavenças coletivas e institucionais que impedem que a oferta desses chegue até os mesmos (Vide Apêndice G).

Outra variável que contribuiu positivamente no resultado do ISA foi o fato de 91% dos assentados, em média, possuírem fossa do tipo séptica em seu lote. Nesse caso, tentou-se mensurar o comportamento dos assentados quanto à forma de descarte de resíduos humanos domiciliares. Em um desses casos, um assentado do assentamento Cunha em Goiás afirmou utilizar a fossa biodigestora¹⁶. No entanto, em nenhuma ocasião, foi citada a utilização de sistema de esgoto.

Por fim, vale ressaltar a importância do reflorestamento para uma ótima preservação do meio ambiente. Essa variável foi bastante significativa na composição do ISA, sendo que essa prática ambiental teve seu uso confirmado por 94% dos assentados. Segundo Shintow e Quiroz (2003); Pender et.al., (2004) *apud* Duarte (2009), a prática de reflorestamento exerce

¹⁵ A Cama de Frango é uma excelente fonte de nutrientes, especialmente N, e quando manejados adequadamente, podem suprir, parcial ou totalmente, o fertilizante químico na produção de grãos. Além do benefício como fonte de nutrientes, o seu uso adiciona matéria orgânica que melhora os atributos físicos do solo, aumenta a capacidade de retenção de água, reduz a erosão, melhora a aeração e cria um ambiente mais adequado para o desenvolvimento da flora microbiana do solo.

¹⁶ O processo de biodigestão de resíduos orgânicos é bastante antigo, sendo que a primeira unidade foi instalada em Bombaim, na Índia em 1819; na Austrália, uma companhia produz e industrializa o metano a partir de esgoto desde 1911. A China possui 4,5 milhões de biodigestores que produzem gás e adubo orgânico, sendo que a principal função é o saneamento no meio rural. No Brasil, a ênfase para os biodigestores foi dada para a produção de gás, com o objetivo de converter a energia do biogás em energia elétrica através de geradores. Isso permitiu melhorar as condições rurais, como, por exemplo, o uso de ordenhadeiras na produção de leite, e outros benefícios que podem ser introduzidos. Esse processo realiza-se através da decomposição anaeróbica da matéria orgânica digerível por bactérias que a transforma em biogás e efluente estabilizado e sem odores, podendo ser utilizado para fins agrícolas. Com isso, o processo de biodigestão de resíduos orgânicos é uma possibilidade real a ser considerada para a melhoria do saneamento no meio rural. (OLSEN & LARSEN, 1987 *apud* NOVAES et. al., 2007).

um efeito positivo sobre a conservação do meio ambiente. O termo reflorestamento aplica-se apenas à implantação de florestas em áreas naturalmente florestais que, por ação antrópica ou natural, perderam suas características originais. Entre os assentamentos pesquisados nesse estudo, muitos deles foram instituídos a partir da desapropriação de indústrias e fazendas, como no caso do assentamento Santa Felicidade em Goiás no qual, segundo relato dos assentados, antes do assentamento, existia uma empresa que explorava minérios e ao sair da área a deixou bastante desgastada.

Quanto ao IPP, este índice obteve um valor médio de 0,62 em uma escala de 0 a 1. Sendo que apresentou um desvio padrão de 0,24, o que retrata uma variação em relação ao valor médio no intervalo de 0,38 a 0,86. As principais variáveis que contribuíram de forma expressiva na composição do IPP foram as que trataram da organização inicial do assentamento, a participação em acampamentos que antecederam a comunidade e a militância exercida em movimentos sociais do campo. Em média, 72% dos assentados afirmaram ter participado de acampamentos rurais que antecederam a formação de um assentamento, em alguns casos, foi relatada participação em diversos acampamentos antes de se tornar assentado definitivo. Ademais, 74 % deles afirmaram que a militância política contribuiu consideravelmente na decisão de ir viver em um assentamento (Vide Apêndice H).

Vale ressaltar que, bem como os movimentos sociais se mostram importantes na busca e defesa das vivências e modos de vida rurais dignos e sustentáveis, a participação nas fases de organização inicial de assentamentos e em acampamentos também são primordiais, pois nelas são tracejados e decididos os rumos da comunidade, são conhecidas as características da terra e suas finalidades, assim como todos os recursos que ela poderá oferecer para os assentados e de quais formas poderão ser melhor utilizados.

5.3 Determinantes Econométricos de Participação Política e Sustentabilidade Ambiental

Com a utilização de modelos de regressão múltipla, utilizando o método dos Mínimos Quadrados Ordinários, estimaram-se as variáveis que determinam a média das variações do comportamento dos assentados em relação a Sustentabilidade Ambiental e a Participação Política medidas pelo ISA e IPP, respectivamente. Nesse estudo, o termo “determinantes” é utilizado no sentido de retratar quais variáveis condicionam e justificam as formas e meios

nos quais os assentados utilizam para efetivar suas práticas ambientais e políticas. Vale ressaltar que todos os testes estatísticos foram feitos a um nível de significância de 5 %.

5.3.1 Definição dos Modelos Econométricos Estimados e das Variáveis Utilizadas

Na estimação, foram gerados 2 (dois) modelos de regressão múltipla para cada caso, em que se utilizou o ISA e IPP como variáveis dependentes. Em cada um deles, utilizou-se tanto variáveis socioeconômicas na forma individual como na forma interativa, estas que compuseram as variáveis independentes. Entende-se como interativa, o produto entre duas das citadas anteriormente, que quando isoladas não influenciam a oscilação da variável dependente, mas quando estas são multiplicadas uma pela outra passam a assumir uma relação de complementariedade e podem explicar esta variação. No Apêndice I, são listadas todas as variáveis utilizadas nos modelos com suas respectivas definições.

As variáveis *dummies* utilizadas nos modelos foram definidas pelos critérios de: localização, onde se compararam os assentamentos goianos e mineiros em relação aos do DF; de filiação a movimentos sociais do campo, comparando-se assentados filiados ao MST com os ligados à FETRAF ou CONTAG; e de religião, na qual se comparou os que professam a religião evangélica com os que seguem a religião católica.

5.3.2 Modelos de Sustentabilidade Ambiental

Na tabela 06, são expostos os modelos estimados, onde as variáveis foram incluídas de forma simultânea e não se obedeceu a uma forma hierárquica de inclusão no sentido de explicar a variação da variável dependente por meio de um critério teórico de determinação. No primeiro modelo, buscou-se identificar quais variáveis promovem variações estatisticamente significativas no ISA dos assentados. Entretanto, nesse caso não se utilizou a interação entre as independentes. Já no segundo modelo, utiliza-se o produto entre variáveis no intuito de encontrar relações de potencialização que justifiquem o comportamento dos assentamentos perante o seu Índice Ambiental.

Tabela 06 – Determinantes de Sustentabilidade Ambiental em Assentamentos Rurais da RIDE - DF

Variáveis	Ambiental 1	Ambiental 2
IPP	0,069 (0,032)**	0,094 (0,038)**
Sexo	0,023 (0,015)	0,190 (0,014)
Idade	0,007** (0,003)	0,090*** (0,003)
Idade²	-8,749 x 10 ⁻⁵ *** (0,000)	-9,709 x 10 ⁻⁵ *** (0,000)
Tamanho família	-0,005* (0,003)	-0,009** (0,004)
Escolaridade do Chefe	-0,004 (0,002)	-0,003 (0,002)
Escolaridade do Cônjuge	0,006** (0,002)	0,005** (0,002)
GO	-0,025 (0,021)	-0,004 (0,022)
MG	-0,057* (0,032)	-0,046 (0,032)
MST	0,041** (0,019)	0,143*** (0,038)
Evangélico	-0,012 (0,015)	0,081** (0,040)
Área	0,002 (0,001)	0,002 (0,001)
Bolsa família	-0,013 (0,015)	-0,061** (0,029)
Renda	-4,422 x 10 ⁻⁶ (0,000)	-1,754 x 10 ⁻⁶ (0,000)
MST X Área	-----	-0,009*** (0,003)
IPP x Evangélico	-----	-0,145** (0,059)
Bolsa Família x Tamanho da família	-----	0,013** (0,006)
N	373	373
R2	0,094	0,143
Durbin -Watson	2,027	2,172
Test F	0,001	0,000

Erro padrão entre parênteses com p<0,10 = *, p<0,05** e p<0,01***.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa de campo (2013).

Ao analisar os dados, observa-se a Participação Política gerando efeitos marginais positivos na variação do ISA, ou seja, quanto maior for o nível de politização do assentado, melhor será seu comportamento junto às práticas ambientais sustentáveis. Essa variável é responsável por 6,9% da variação do índice, ou seja, se o assentado aumentar o seu IPP em

uma unidade contará com uma melhora de 6,9% no seu comportamento ambiental. Ainda é observado, com base no segundo modelo, que quando o indivíduo apresentar um bom nível de politização e for evangélico, o percentual condicionante se eleva para 9,4%.

A politização do assentados é mensurada por meio de variáveis que tratam da inserção dos assentados dentro de processos decisórios, bem como do comportamento destes quanto as suas decisões e atitudes que qualificam suas ações de representação e representatividade. Serafim e Santos (2008) defendem que a qualidade da representação exercida depende não apenas do empenho do representante em prestar contas e buscar informações, mas também da capacidade do grupo em fornecer as informações de que ele necessita para representá-lo e exigir que ele preste contas de sua atuação. Trata-se, portanto, de uma via de mão dupla, onde representantes e representados têm responsabilidades na construção de uma representação de qualidade.

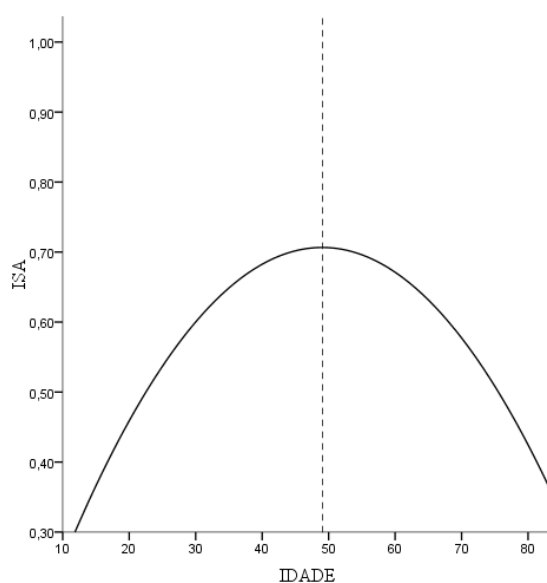
Dessa forma, a correlação entre Participação Política e Sustentabilidade Ambiental pode ser motivada pela importância da efetividade das decisões coletivas necessária dentro dos assentamentos de base familiar, visando a uma total transparência dos processos e simetria de informações que possam garantir tanto a competitividade mercadologicamente sustentável como a própria subsistência dos indivíduos.

A variável Evangélico, implica o assentado professar tal religião, é considerada com uma das variáveis *dummies* dessa pesquisa na qual se correlaciona os assentados dessa religião com as assentados de outras religiões. Nesse caso, foi observado que há diferença estatística significativa nas correlações que determinam os comportamentos dos indivíduos pesquisados perante a sua escolha religiosa. Nota-se que o indivíduo ao professar uma religião evangélica apresenta, em média, 8,1% de chances a mais de ter melhores características ambientais e sustentáveis. Como essa pesquisa trata-se de uma análise de cunho comportamental, Oliveira *et al* (2011) afirma que, diferentemente da análise de outras ciências, a economia trata a religião a partir da teoria da escolha racional, isto é, buscando maximizar a utilidade de um indivíduo, de acordo com os seus objetivos. Nesse caso, o comportamento religioso pode ser definido como aquele adotado pelo indivíduo por meio de ritos, práticas devocionais, penitências, etc., para alcançar seus objetivos com base em suas crenças religiosas.

Quanto à idade, essa variável contribui ocasionando variações positivas na variável dependente, sendo que, quanto mais anos de idade o assentado tiver, conseqüentemente, terá melhores características ambientais. Primeiramente, em um nível de significância de 90%, nota-se que o aumento em um ano de vida do assentado gera uma melhora em seu ISA de

0,7%. Nos casos de inserção das demais variáveis interativas, o referido índice passa a ser determinado em 9% pelo longevidade do assentado. A Figura 04 mostra graficamente as correlações entre essas variáveis apresentando o ponto de maximização da idade em relação ao ISA. Tal resultado se explica pelo fato dos indivíduos pesquisados começarem a trabalhar, em média, aos 10 anos de idade, sendo que, muitos deles, começam bem antes, já aos 5 anos. Segundo Shiferaw e Holden (1996), o resultado mostrado na Figura 06, está atrelado ao motivo da idade ser relacionada à experiência dos agricultores familiares, isto é, quanto mais velhos e mais cedo tiverem começado a trabalhar, são mais propensos a adotar técnicas de conservação dos recursos naturais, dado que o agricultor jovem pode ter experiência limitada para detectar possíveis entraves de nível ambiental. Essas características ocasionam ganhos crescentes até certo ponto, ou seja, quando o assentado apresentar idade aproximada de 50 anos, depois promovem aumentos decrescentes. Isso ocorre pelo fato da variável idade ao quadrado também ter apresentado significância no modelos apresentados.

Figura 04 – Variações do ISA em relação aos anos de vida dos assentados



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da pesquisa de campo (2013).

A escolaridade do Cônjuge da família também mostrou-se significativa, mostrando que o aumento no número de anos de estudo por esse indivíduo ocasiona melhoras no nível de sustentabilidade da família. Conforme os dados, a um nível de significância de 95%, o aumento em 1 (um) ano de estudo desse assentado traz uma contribuição positiva de até 6% no nível de Sustentabilidade Ambiental. Esses dados também são confirmados por Duarte

(2009), em que, nos resultados de sua pesquisa, conclui que, quanto maior o grau de educação formal do cônjuge do agricultor familiar, maior a chance de haver, por exemplo, a utilização de práticas conservacionistas de exploração do solo.

Além disso, outro motivo que justifica esse resultado é o fato de se tratar de indivíduos inseridos em projetos de agricultura familiar. Segundo Sauborin *et al* (2006), nos assentamentos, sempre existe uma tensão entre o interesse individual do “recém-proprietário”, no entanto, as lógicas familiares são fortes em torno da instalação, práticas e comportamentos coletivos que também podem ser induzidos pelas políticas públicas ou pelos movimentos sociais de reforma agrária.

Outra observação é a filiação ao MST que, considerada também uma variável *dummi* que correlaciona a filiação do indivíduo a este Movimento com à FETRAF ou CONTAG, resulta como significativa na variação do ISA. O fato de aumentar, em uma unidade, o número de filiação ao Movimento, reflete uma variação positiva de 14,3% no ISA, a um nível de significância de 99,99%. Deve-se levar em conta que o MST atua há quase duas décadas nas terras do DF e seu Entorno. Segundo Rodrigues (2011), o Movimento coordena as ações de um número grande de acampamentos – o que o torna bastante expressivo na luta pela terra no DF e no Brasil – e é capaz de identificar os problemas dos mesmos e propor soluções. Isso porque o MST conhece de perto a realidade dos trabalhadores sem terras no Brasil, o que o habilita a apontar, com precisão, as dificuldades a partir de uma perspectiva dos próprios sujeitos.

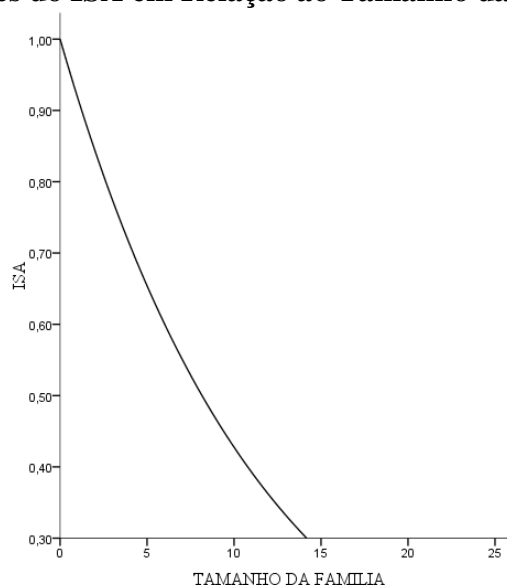
A variável sexo tenta identificar se há alguma correlação entre o gênero do chefe da família e as variações da variável dependente. Já a escolaridade do chefe busca mensurar a influência da escolaridade desse indivíduo junto às variações em seu comportamento Ambiental. No entanto, ambas variáveis se mostraram sem significância estatística permitindo intuir que nenhuma das hipóteses levantadas tem contribuído de maneira significativa com a Sustentabilidade Ambiental nos assentamentos pesquisados. Além dessas citadas, as variáveis Área e Renda também não apresentam nenhuma correlação significativa dentro dos níveis estatisticamente aceitos nessa pesquisa.

Entretanto, no caso da Área, quando esta é multiplicada com MST, apresenta significância estatística a um nível de 99,99%, indicando que o indivíduo que é filiado ao Movimento e possui grandes lotes contribui de forma negativa para a variação do ISA. Nesse caso, quando ocorrer aumentos em uma unidade no lote de um assentado e, ao mesmo tempo, esse assentado também for militante deste Movimento Social, o nível de Sustentabilidade Ambiental desse indivíduo diminuirá em 0,9 %.

Isso se justifica pelo fato dos assentados que ainda se declaram militantes do MST apresentarem o valor de área médio de 10,88 ha, sendo que os demais que não são filiados ao movimento apresentam valor médio de 16,9 ha, contudo, ambos possuem a mesma média de integrantes da família que é de aproximadamente 4 indivíduos. Nesse caso, considerando o aumento da área do assentado filiado ao MST, *coeteris paribus*, a área *per capita* aumentará e implicará em diminuição do ISA. Essa correlação é confirmada nos estudo de Duarte (2009), onde se infere que quanto maior a relação área membro, menores as chances de práticas sustentáveis serem utilizadas por agricultores familiares assentados.

Conforme visto no primeiro modelo, a um nível de significância de 90%, quando ocorrer o acréscimo de integrante na família, o ISA sofrerá uma redução de 5%. Na figura 05, através uma função exponencial, buscando uma melhor compreensão dos resultados apresentados e para se tornar viável a comparação entre os impactos marginais ocasionados pela variável Tamanho da Família no ISA, procedeu-se um estudo de elasticidade entre elas. Sendo que, a principal vantagem desse tipo de análise é que se pode pensar na elasticidade como uma medida de força de reação de uma variável sobre a outra.

Figura 05 – Variações do ISA em Relação ao Tamanho das Famílias Assentadas



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa de campo (2013).

Depreende-se do gráfico que, a partir de uma análise de cunho quantitativo, para se atingir um nível máximo de Sustentabilidade Ambiental, o tamanho da família teria que ser reduzido em quase sua totalidade. Por outro lado, quando o total de integrantes ficar próximo de 15, o ISA reduzirá ao valor mínimo observado que foi de 0,3. A relação entre essas

variáveis pode ser explicada, *coeteris paribus*, pela renda per capita, já que o aumento do número de pessoas reduzirá o valor da mesma e os indivíduos tenderão a preocupar-se principalmente com sua subsistência, deixando em um segundo plano a utilização de práticas ambientais sustentáveis. Deve-se levar em consideração, também, a uma escassez de recursos presente nessa ocasião.

No entanto, no segundo modelo, quando o assentado obtiver acréscimo de pessoas em seu conjunto familiar e, ainda assim, for beneficiário do Programa Bolsa Família, o seu Índice obterá acréscimo de 9%, em um nível de significância de 99,99%. Essa correlação pode ser explicada pelo fato do referido programa contar com um tipo de “bolsa verde”, que se declarou o recebimento por parte de alguns indivíduos entrevistados. Esse benefício social é regulamentado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 que institui em seu artigo 1º os seguintes objetivos:

I - incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável; II - promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural nas áreas definidas no art. 3º; e III - incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional (BRASIL, Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, 2011).

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde¹⁷, lançado em setembro de 2011, concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental.

Por fim, a variável *dummie* de localização MG presente no modelo 1 e que tenta mensurar correlações com os assentados do DF, mostra-se significativa a um nível de 90%, indicando que cada assentado do estado de Minas Gerais que for adicionado ocasionará uma redução de 6,5% no ISA e isso significa que os assentados mineiros apresentam comportamento ambiental diferente dos assentados do DF.

5.3.3 Modelos de Participação Política

A seguir, na Tabela 07, serão detalhadas as variáveis que determinam o nível de politização dos assentados da RIDE-DF entrevistados nessa pesquisa.

¹⁷ Texto extraído de: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>. Acesso em 04 jan. 2014.

Tabela 07 – Determinantes de Participação Política em Assentamentos Rurais da RIDE/DF

Variáveis	Político 1	Político 2
ISA	0,188** (0,087)	0,517*** (0,150)
Sexo	-0,051** (0,024)	-0,038 (0,024)
Idade	0,013** (0,005)	0,015*** (0,005)
Idade²	0,000** (0,000)	0,000** (0,000)
Tamanho família	0,011** (0,005)	0,016** (0,007)
Escolaridade do Chefe	0,007* (0,004)	0,008** (0,004)
Escolaridade do Cônjuge	-0,001 (0,004)	-0,001 (0,004)
GO	0,212*** (0,034)	0,247*** (0,034)
MG	0,133** (0,053)	0,154*** (0,052)
MST	0,146*** (0,030)	0,641*** (0,184)
Evangélico	-0,013 (0,024)	0,145 (0,118)
Área	-0,004** (0,002)	-0,003 (0,002)
Bolsa família	0,037 (0,024)	0,063 (0,047)
Renda	-1,874 x 10 ⁻⁵ (0,000)	0,000** (0,000)
MST x Área	-----	-0,023*** (0,005)
Bolsa Família x Tamanho da	-----	-0,006 (0,010)
ISA x Renda	-----	0,000*** (0,000)
ISA x MST	-----	-0,324 (0,227)
ISA x Evangélico	-----	-0,215 (0,174)
N	373	373
R2	0,264	0,325
Durbin -Watson	1,739	1,812
Test F	0,000	0,000

Erro padrão entre parênteses com p<0,10 = *, p<0,05** e p<0,01***.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa de campo (2013).

No primeiro modelo, nota-se a significância da variável ISA como determinante de participação política na interação proposta, confirmando que um indivíduo adotante das boas práticas ambientais contidas na elaboração do índice proposto nessa pesquisa, deterá também

um satisfatório nível de politização. É observado que, no segundo modelo, quando há a presença de variáveis complementares, a Sustentabilidade Ambiental se mostra ainda mais significativa na determinação do IPP dos assentados. A variação do IPP, nesse caso, a um nível de significância de 99,99%, será determinada em 51,7% pelo comportamento ambiental dos indivíduos. O aumento em uma unidade do ISA promoverá um aumento no referido percentual citado anteriormente.

Essa forte dependência da Participação Política em relação às boas práticas ambientais, estão ligadas à questão de uma nova ruralidade que surge perante as recentes transformações ocorridas no meio rural. Wanderley (2000) defende que a crise do modelo produtivista de modernização agrícola não induz o fim do rural, mas uma nova emergência desse meio na qual é caracterizada pelo surgimento de novas formas de causalidade que determinam a ida para o campo. Os agricultores passam a executar novos papéis exigidos por uma nova concepção de desenvolvimento rural, que exige uma maior oferta de emprego para a população do campo, a segurança alimentar e a garantia de qualidade na oferta de produtos, bem como a proteção ambiental. Sendo que, para isso, os agricultores devem agir coletivamente para garantir a construção e fixação de paisagens rurais que garantam a reprodução de suas tradições.

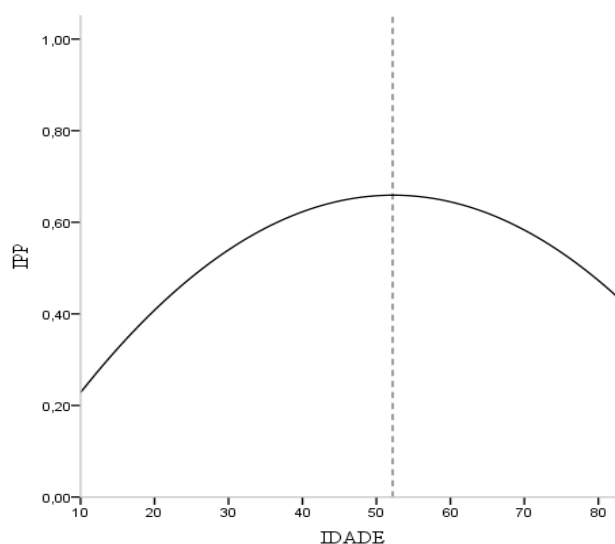
Esse modelo também traz a variável gênero como significativa, no entanto, é constatado que, nas famílias, em que o chefe da família for do sexo feminino, a contribuição desta variável será negativa, ocasionando um baixo nível político. Isso quer dizer que, a cada chefe de família do sexo feminino a mais que for adicionada na amostra, irá fazer com que o IPP dos assentados diminua em 5,1%. Isso demonstra ainda a falta da inserção das mulheres nos processos decisórios locais, visto que os indivíduos do sexo masculino ainda se apresentam como maioria dos chefes de famílias nos assentamentos rurais da RIDE-DF, bem como se mostraram mais dispostos a frequentarem reuniões da comunidade, a acompanharem os fatos da política nacional e a assumirem cargos em entidades e instituições de representação.

A escolaridade do chefe da família contribui positivamente na determinação do IPP, no entanto, de forma tímida, sendo que, a cada ano de escolaridade a mais obtido pelo assentado, aumenta o índice em 0,8% no modelo de melhor ajuste.

No tocante à idade, o indivíduo com mais anos de vida terá participação política maior. Já a variável idade ao quadrado, medida através de uma operação de potencialização, revela que a variação na idade traz efeitos positivos até o limite aproximado de 52 anos de

idade, após esse ponto, os efeitos marginais de contribuição dessa variável na Participação Política serão decrescentes (Vide Figura 07).

Figura 06 – Variações do IPP em Relação aos Anos de Vida dos Assentados

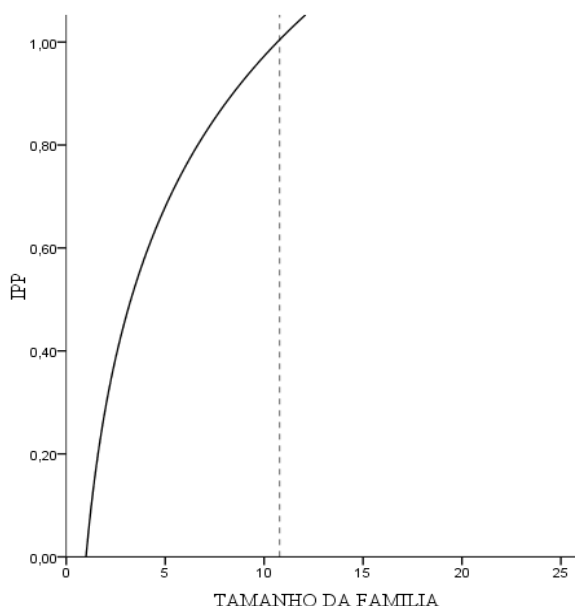


Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa de campo (2013).

Em diversas literaturas pesquisadas, é quase unânime a correlação existente entre idade e tempo de experiência dos indivíduos do meio rural. Isso é confirmado pela baixa presença de jovens no campo, conforme foi detectado nessa pesquisa, além disso, configura um forte vínculo familiar na qual as práticas e comportamentos ainda são de caráter hereditário. Quando se relaciona a politização com a idade, infere-se que as lutas e conquistas obtidas ao longo da vida dos assentados por meio da militância política são cruciais para determinar essa correlação entre idade e Participação Política.

Nesse contexto, o tamanho das famílias pode ser considerado primordial para garantir a conservação de suas práticas, através de uma maior participação nos ambientes decisórios locais que visem a garantia de reprodução de suas ações e comportamentos políticos. A Figura 06 mostra a elasticidade entre o tamanho das famílias e a Participação Política. Nela, se descreve a situação de, *coeteris paribus*, quando houver acréscimo de um integrante na família, o IPP se elevará em 1,6%. Quando o componente familiar atingir aproximadamente o total de 11 pessoas, chegará ao nível máximo de politização. Isso pode ser ocasionado pelo excedente de mão-de-obra que é gerado com o aumento dos grupos familiares.

Figura 07 – Variações do IPP em Relação ao Tamanho das Famílias Assentadas



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa de campo (2013).

Nos modelos de determinação do IPP, as variáveis *dummies* de localização são significativas nos 2 (dois) modelos. O modelo de melhor ajuste, a um nível de significância de 99,99%, mostra que um assentado goiano, ao ser adicionado na amostra aumenta em 24,1%, o IPP e, quando se trata de um mineiro, este índice cresce em 15,4%. Com base na pesquisa de campo, o que se conclui disso é que os assentamentos localizados nas regiões da RIDE que ficam mais distantes do DF, as lutas pela conquista da terra foram mais intensas nas quais exigiu-se uma militância política bem mais forte pelo fato de se tratarem de fazendas privados e de espaços destinados a grandes grupos industriais que detinha grande aporte de capital e força política para enfrentar os militantes. Conforme já citado, a maior parte da militância teve o MST como base e, nesse caso, como visto no segundo modelo, esse Movimento determina em 64,1% o IPP dos assentados da RIDE-DF.

No entanto, quando se faz uma interação entre as variáveis Área e MST, onde o assentado é filiado a este é, ao mesmo tempo, detentor de grande área, a relação de complementariedade entre elas implicará em decréscimos no nível de politização em um percentual de 2,3%.

Finalizando, a Renda mostra-se como determinante significativo do IPP, mas a variação determinada por essa variável apresenta valor inexpressivo e, com isso, conclui-se que ela pode trazer contribuições para o modelo em geral, haja vista que sua correlações entre o IPP não é tão incisiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar o levantamento dos assentamentos da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE / DF, notou-se claramente divergências entre os dados apresentados por diversos órgãos governamentais e entidades ligadas ao campo. Isso se refletiu, principalmente, através da classificação quanto ao estágio de maturação destes. A classificação adotada pelo INCRA, por exemplo, fragmenta esse processo em 7 (sete) fases, indica diversas discrepâncias quanto à realidade vista na pesquisa de campo e, sendo assim, não pode se considerar-los de forma rígida em pesquisas e estudos que visem a analisar condições socioeconômicas e comportamentos dos indivíduos assentados.

O perfil do socioeconômico dos assentados de reforma agrária da RIDE-DF ainda constata a presença de traços de dicotomia impostas ao meio rural, como, por exemplo, o homem do campo ainda é visto como ator marginal na transformação de seu próprio meio. O nível de escolaridade é baixo, ainda causado por desníveis na oferta de políticas educacionais voltadas para a realidade rural. Dentre os assentamentos visitados durante a pesquisa, apenas em um assentamento rural do estado de Goiás, Assentamento Santa Helena, foi relatada a presença de indivíduos selecionados em edital do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que é voltado para a promoção de potencialidades locais e garantia de práticas sustentáveis e coletiva. Nesse caso, o programa foi executado através da oferta de um curso de nível médio técnico, abrangido pela educação profissional e que foi ofertado pelo Instituto Federal de Brasília – IFB. No entanto, só houve uma turma formada e, atualmente, não há nenhuma em andamento.

Todavia, foi observado um número razoável de assentados que têm acesso ao ensino superior de graduação e de pós-graduação.

Quanto aos Movimentos Sociais do Campo, entre os assentamentos visitados, apenas 1 (um) deles não teve como movimento de base o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST. Entretanto, muitos deles não têm mais vínculo efetivo com o Movimento. Foi identificada a presença de outros movimentos e instituições atuando no meio rural pesquisado, sendo essas, em sua maioria, consideradas de ideais progressistas no qual divergem em sua maior parte dos ideais conservadores existentes nos movimentos sociais do campo que se iniciaram nas décadas de 1960 e 1970, mas, ao mesmo tempo, mostra um avanço da participação da sociedade civil através da maior presença das instituições de

representatividade, sendo, em certa parte, demanda do “novo rural” que se apresenta e exige um novo cenário de participação mais efetiva e melhores práticas ambientais.

Já a assistência técnica, observou-se a baixa presença desse tipo de atendimento entre a grande parte dos assentados. Os assentamentos que recebem esse tipo de assistência são atendidos pelas diversas instituições e entidades que também atuam na representatividade dos indivíduos, demonstrando, também, uma maior diversificação dos Movimentos e Grupos sociais. No entanto, conforme relatado no corpo desse trabalho, em dezembro de 2013, foi criada uma empresa federal de assistência técnica com vistas a regularizar os desníveis na oferta deste tipo de atendimento ao homem do campo.

As famílias são constituídas em menores tamanhos o que pode comprometer a manutenção do rural e de suas vivências. Ainda, se observou uma alta média de idade, configurando a pouca presença de jovens até 30 anos nos assentamentos da Região do DF e Entorno. Outro fato observado, foi a alta média de experiência laboral dos assentados, em torno de 38 anos determinada pelo motivo da maioria ter começado a exercer atividades no campo em média já com 10 anos de idade. A população com mais de 60 anos se aproxima do total de 20% da amostra analisada, o que faz com que grande parte da renda dos assentados seja composta pelas aposentadorias e benefícios da Previdência e Assistência Social.

A partir da metodologia proposta, foi exposto que o Índice de Sustentabilidade Ambiental - ISA apresentou um valor médio de 0,66, onde foi detectada uma forte presença do uso de fossas sépticas tradicionais, como também de agrotóxicos e ainda a utilização de fogo nas atividades agropecuárias. Em contrapartida, foram observadas boas práticas de adubação e reflorestamento. Já o Índice de Participação Política - IPP, obteve um valor médio menor que o ISA, em torno de 0,62 considerando-os em uma escala de 0 a 1. Na composição desse último, a participação em acampamento e a militância política obtiveram altos percentuais. Entretanto, os assentados precisam de melhoras em indicadores como participação em prestações de contas locais e ações de transparência, acompanhamento mais frequente da política do país e uma maior descentralização de cargos e funções nas instituições que os representam.

Quanto aos determinantes de Sustentabilidade Ambiental e Participação Política estimados pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários, os modelos obtiveram melhor ajuste quando se utilizou a interação entre variáveis visando a uma potencialização da determinação destas em relação ao ISA e IPP. O comportamento e as práticas ambientais mensuradas pelo ISA se mostraram, significativamente, correlacionados com tamanho da família, escolaridade do cônjuge, Evangélico e Bolsa Família. O fato de ser filiado ao MST,

ter um ótimo nível de politização e, ao mesmo tempo, professar uma religião evangélica foram as variáveis que se mostraram com maior força para determinar o Índice de Sustentabilidade Ambiental dos assentados da RIDE-DF, ressaltando, também, a importância do assentado ter um total elevado de anos de idade. Na determinação do ISA, a variável *dummie* de localização só foi significativa para os assentados mineiros, em que essa variável influencia a variação do índice de forma negativa, sendo que os assentados do estado de Minas Gerais provocam diminuições nos níveis de Sustentabilidade Ambiental quando relacionados com os do DF.

O nível de politização dos assentados é determinado pela idade, escolaridade do chefe, tamanho da família, renda e área. No entanto, notaram-se expressivas determinações com o fato do assentado ser filiado ao MST, obtiver um ótimo comportamento e práticas ambientais determinados pelo ISA e ser assentado de GO ou de MG. Nessa última, verifica-se que, dentro da RIDE-DF, o fato do assentado ser goiano ou mineiro, o seu nível de politização obterá acréscimos significativos em comparação aos localizados no Distrito Federal.

Em suma, verificaram-se significantes correlações entre um ótimo comportamento ambiental e o nível de politização dos assentados. Esses comportamentos foram melhor determinados quando se promoveu a interação entre variáveis, tentando maximizar características potenciais dos assentados. Conclui-se, então, que as políticas e ações direcionadas para o desenvolvimento local desses agentes devem estar atreladas a um desenvolvimento rural integrado e potencializado através de projetos pautados na Sustentabilidade Ambiental e na Participação Política efetiva dos assentados. Além disso, devem ser abandonadas visões dicotômicas que relacionam as lutas deles apenas ao acesso à terra. Todavia, se deve focar nas que visem a ampliação de suas potencialidades e busquem garantias de sua permanência de forma sustentável mesmo dentro de grandes regiões ou metrópoles.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO; E. L. C. R. Uma proposta de desenvolvimento sustentável nas pequenas comunidades dos Sem Terra. **Inclusão Social**, v. 4, n. 1 (2010). Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/144>>. Acesso em 28 nov 2013.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação brasileira de Reforma Agrária**. v. 28. 2008.
- ABRAMOVAY, R. **De camponeses a agricultores: paradigma do capitalismo agrário em questão**. Campinas: 1990.
- ADDOR, F. **A participação enquanto método de democratização do estado**. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a043.pdf>>. Acesso em: 11 mar 2013.
- ANDRIONI, P. R. **Fundamentos e referenciais para alavancagem e gestão de empreendimentos sociais**. 2004, 66f. Monografia (Especialização em estado e Sociedade Civil) – Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova [online]**. 2000, n.50, pp. 25-46. ISSN 0102-6445. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a03n50.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.
- BANCO MUNDIAL. Sustentabilidade ambiental: uma avaliação do apoio do Grupo Banco Mundial. **Resumo de avaliação**. Washington, D.C. 2008. Disponível em: <<http://www.siteresources.worldbank.org/>>. Acessado em: 7 abril 2013.
- BARBOSA, G. S. O Desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**. 4 ed. N. 4, v. 1. 2008. Disponível em: <www.fsma.edu.br/>. Acessado em: 7 mar 2013.
- BARONI, M. Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.32, n.2, p.14-24, 1992.
- BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996. (coleção Primeiros Passos, 301).
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Terceiro setor e desenvolvimento social. AS/GESET. **Relatório setorial**. n. 3. 2001. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/tsetor.pdf>>. Acesso em: 24 jan 2013.
- BOBBIO. N. **O conceito de sociedade civil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- BOHMAN, J. **Public deliberation, pluralism, complexity and democracy**. London: Mit Press, 1996.
- BOTELHO FILHO. F. B. **As relações rural-urbano no Distrito Federal**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas: 2001.

BRASIL. Decreto nº 7.469, de 4 de maio de 2011. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. **Presidência da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 maio 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7469.htm>. Acesso em 04 jan 2013.

BRASIL. Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. Regulamenta a Lei Complementar no 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. **Presidência da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp94.htm>. Acesso em 04 jan 2013.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Presidência da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 out. 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm>. Acesso em 04 jan 2014.

BRASIL. Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013. Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências. **Presidência da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez. 2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12897.htm>. Acesso em 04 jan 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Região Integrada de Desenvolvimento Do Distrito Federal e Entorno – RIDE / DF**. Disponível em: < http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ad54e03d-3b2b-469f-8215-c50050eca9cd&groupId=63635>. Acesso em: 10 abr. 2013.

CARDOSO, G. C. de C. As dinâmicas institucionais e os novos paradigmas de desenvolvimento: novos atores, novos papéis, velhas práticas?. In: **Semana de Humanidades da UFRN**, 11, 2003, Natal. Anais... Natal: UFRN, 2003.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Quem somos**. 2013. Disponível: < <http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>>. Acesso em 22 dez 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. 1991. **Nosso futuro comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN. 2009. **Brasília e seu entorno**. 2009. Disponível em: < http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/Desenvolvimento%20Regional/Brasilia_seu_Entorno.pdf>. Acesso em 19 nov 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES LIBERAIS
UNIVERSITÁRIOS REGULAMENTADOS – CNTU. 2012. **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios**. Disponível em: <
<http://www.cntu.org.br/cntu/internas.php?pag=MTQ1OA==#sthash.IDZnqREZ.dpbs>>.
Acesso em: 12 dez 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA –
CONTAG. 2013. **A trajetória da Marcha das Margaridas**. 2013. Disponível em: <
<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=256&nw=1>>.
Acesso em: 18 dez 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA –
CONTAG. 2013. **Quem somos**. 2013. Disponível em: <
<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>>.
Acesso em: 22 dez 2013.

COOPERATIVA DE TRABALHO EM ASSESSORIA A EMPRESAS SOCIAIS DE
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA – COOPERAR. 2013. **A Cooperativa**.
2013. Disponível em: <
<http://cooperativacooperar.blogspot.com.br/search/label/A%20Cooperativa>>. Acesso em: 22
dez 2013.

DAMASCENO, N. P. **O Impacto do PRONAF sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no estado do ceará**. Dissertação de Mestrado –
Universidade Federal do Ceará (UFC). Departamento de Economia Agrícola, Fortaleza, 2009

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S. e LIMA, P. V. P. S. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **Rev. Econ. Sociol. Rural[online]**. 2011, vol.49, n.1, pp. 129-156. ISSN 0103-2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/resr/v49n1/a06v49n1.pdf>>. Acesso em: 01 mar 2013.

DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. da. **Novo rural: uma abordagem ilustrativa**. v. 1, Londrina, PR: IAPAR, 2002.

DEL GROSSI, M.E.; MARQUES, V. P. M. A. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estud. Soc. e Agrícolas**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2010: 127-157.

DIAS, M. **O terceiro setor e o desafio da sustentabilidade**. In: Responsabilidade social: a contribuição do terceiro setor. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2008. p. 179-182.

DICIO. Dicionário Online do Português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

DOSI, G. **The nature of the innovative process**. Technical Change and Economic Theory. Printer Publishers. London, pp.221-238, 1988.

DOWBOR, L. Inovação social e sustentabilidade. **Economia Global e Gestão [online]**. 2007, v.12, n.2, pp. 9-33. ISSN 0873-7444. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/egg/v12n2/v12n2a02.pdf>>. Acesso em: 08 abr 2013.

DUARTE, G. B. **Práticas agrícolas e degradação ambiental**: um estudo para o caso da agricultura familiar no nordeste do Brasil. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Economia. Recife: 2009.

FÁVERO, Luiz Paulo. **Análise de dados**: Modelagem Multivariada para Tomada de Decisões. Editora Campus. Rio de Janeiro, 2009.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR – FETRAF. **Institucional**: Quem somos. 2013. Disponível em: <<http://www.fetra.org.br/conteudo/1/quem-somos>>. Acesso em 22 dez 2013.

FIELD. A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2 ed. São Paulo: Bookman, 2009.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2000.

FURTADO, C. **Reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento**. Revista de Economia Política, v. 4, nº 3, 1984.

GOES, C. R. **A produção de alimentos sob a égide da empresa capitalista**: a produção de soja no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Trabalho de Conclusão de Curso). Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18447/000729277.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 jul 2012.

GOHN, M da G. Cidade, ONGs e Ações Coletivas: novas parcerias, atores e práticas civis. **São Paulo em Perspectiva**, v. 9, n. 2, 1995, Fundação Seade, 1995.

GOHN, M da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época; v. 84).

GOHN, M da G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GOHN, M da G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOHN, M da G. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, M da G. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOHN, M da G. **O Protagonismo da Sociedade Civil**: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, M da G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOHN, M da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOODMAN, D., SORJ, B, WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: CEPS, 1990. Disponível em: <www.bvce.org%2FDownloadArquivo.asp%3FArquivo%3DGOODMAN_SORJ_WILKINSON_da_Lavoura_as_Biotecnologias.pdf&ei=anoJUIjsBOyN6QGNpO3uCg&usg=AFQjCNGjS95m7tM2YBVRlIebqjCX4xC_rfw>. Acesso em: 15 jul 2012.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUIMARÃES, J. R. **Culturas brasileiras da participação democrática**. In: AVRITZER, L. (org.) Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 2 ed. São Paulo: Abril cultural, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 dez 2013.

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Produtos Técnicos Abertos: Reforma agrária e assentamentos rurais: perspectivas e desafios**. Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/381/Vanilde%20Ferreira%20de%20Souza%20Esquerdo%20-%20NEAD%20-%20artigo.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Números da reforma agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

IPPUR. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. **Informações Básicas das Regiões Metropolitanas**. 2013. Disponível em:<http://www.observatoriodasmegropoles.ufrj.br/metrodata/ibrm/ibrm_ride.htm>. Acesso em 01 dez. 2013.

JACOBI, P. R. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. In: CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal), 1999. p. 175-183. Disponível em: <<http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/desenvolvimento%20sustentavel.pdf>>. Acesso em: 08 abr 2013.

JACOBI, P. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. **Saude soc.** [online]. 1999, v.8, n.1, pp. 31-48. ISSN 0104-1290. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/04.pdf>>. Acesso em: 08 abr 2013.

JALES et. al. **As Políticas Públicas e a Sustentabilidade dos Assentamentos Rurais: o Caso do estado do Ceará.** In: HOLANDA, M. C.; CARVALHO, E.B.S.; BARBOSA, M.P. Economia do Ceará em debate 2007. Fortaleza: IPECE, 2008. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Encontro_Economia_Ceara_Debate_2007.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2013.

JARA, C. J. **Planejamento do desenvolvimento municipal com participação de diferentes atores sociais.** Centro de Estudos da Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, Ação Local e Desenvolvimento Sustentável, Caderno Debates, n. 11, São Paulo, 1996.

KAGEYAMA A. A. **Desenvolvimento Rural** – modelos e dinâmicas. Porto alegre: Editora UFRGS, 2008.

KAWAKAMI, A. Y.; RIBAS, C. E. D. C. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS e Novas Formas de Assentamentos - Uma Sistematização do Caso do Pré-Assentamento Professor Luiz D. Macedo – Apiaí-SP.** 2009. Disponível: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/download/8172/pdf>>. Acesso em: 15 dez 2013.

KHAN, A. S. Reforma agrária solidária e qualidade de vida dos beneficiários no Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 39, n. 4, p. 93-117, 2001.

KUSTER, A. **Democracia e sustentabilidade: experiências no Ceará, Nordeste do Brasil.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2003. 230p.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LEMOS, J. de J. S. **Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre.** Fortaleza: Banco do Nordeste S.A., 2005.

MAIA, Germano Silva. **Avaliação e Sustentabilidade dos Programas de Assentamento Agrícola no Estado do Ceará: Um Estudo de Caso.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará (UFC). Departamento de Economia Agrícola, Fortaleza, 2012.

MARICATO, E. Metrôpoles desgovernadas. **Estud. av.** [online]. 2011, v.25, n.71, pp. 7-22. ISSN 0103-4014. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n71/02.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2013.

MELLO, J. A. V. **Reversão tecnológica no agronegócio: uma estratégia para o setor de alimentos orgânicos.** 2005. Disponível em: <www.aedb.br/seget/artigos05/305_artigoorganicos.pdf>. Acesso em: 17 jul 2012.

MOISÉS, H. N. **O Município: Rede, Planejamento, desenvolvimento político e sustentabilidade.** In: O Município no século XXI: cenários e perspectivas, São Paulo: FPFL-

CEPAM, 1999. p.305-324 Disponível em:

<http://www.abdl.org.br/filemanager/download/85/7_texto%20Helvio.pdf>. Acesso em: 10 fev 2013.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e a questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, V. *et al.* **Empreendedorismo social e economia solidária**: um estudo de caso da rede de desenvolvimento local integrado e sustentável da comunidade do grande Bom Jardim. 12p. 2006. Toledo: 2006. UNIOESTE. (artigos – Projeto Casulo Sócio-Tecnológico). Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/casulo/files/emp_soc_ec_sol.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2013.

NEDER, R. T. **Crise socioambiental**: estado e sociedade civil no Brasil (1982-1998). 1ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. 438p.

NOVAES, A. P. de. *et al.* **Utilização de uma fossa séptica biodigestora para melhoria do Saneamento Rural e desenvolvimento da Agricultura Orgânica**. 2007. Disponível em: <<http://www.cnpdia.embrapa.br/produtos/img/fossa.pdf>>. Acesso em: 18 dez 2013.

NOVAES, H. T. **Desenvolvimentismo reloaded x Desenvolvimento integral do ser humano**: qual o papel da Universidade?. FBES, 2007. (publicações). Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&Itemid=&gid=113&orderby=dmdatecounter&ascdesc=DESC>. Acesso em: 20 jan. 2013.

OLIVEIRA, A. F. S. *et al.* A sustentabilidade da agricultura orgânica familiar dos produtores associados à apoi (associação dos produtores orgânicos da ibiapaba-ce). In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 46, 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

OLIVEIRA; A. U. de **A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula**. 2006. Disponível em: < <http://neararj.files.wordpress.com/2010/06/a-e2809cnao-reforma-agrariae2809d-do-md-a-incra-no-governo-lula.pdf>>. Acesso em 28 nov 2013.

OLIVEIRA, L. L. S. de. *et al.* A economia da religião e seus fundamentos: teste de um modelo de escolha religiosa. **Estud. Econ. [online]**. 2011, v.41, n.4, pp. 811-840. ISSN 0101-4161. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ee/v41n4/06.pdf>>. Acesso em 21 dez 2013.

OLIVEIRA, M. L. R. Migrações para assentamentos rurais: analisando as trajetórias de assentados no município de Padre Bernardo no Estado de Goiás Brasil. **Mundo agr. [online]**. 2012, vol.12, n.24, pp. 00-00. ISSN 1515-5994. Disponível em: < <http://www.scielo.org.ar/pdf/magr/v12n24/v12n24a07.pdf>>. Acesso em 28 nov 2013.

OLIVEIRA, M. L. R. **Retratos de assentamentos: Um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal**. 201 p. Tese (Doutorado em Ciências em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade)-Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2007.

OLIVEIRA, M. L. R. **Um olhar sobre os assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal**. 2006. Disponível em:

<<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/UM%20OLHAR%20SOBRE%20OS%20ASSENTAMENTOS%20RURAI%20NO%20ENTORNO%20DO.pdf>>. Acesso 28 nov 2013.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. Oxford Dictionaries Online. Disponível em: <<http://oxforddictionaries.com/>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAVIANI, A. **Demandas sociais e ocupação do espaço urbano: O caso de Brasília, DF**. 2009. Disponível em: <

http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm21_149.pdf>. |Acesso em: 12 dez 2013.

POLANYI, K. **A Grande transformação: as origens da nossa época**. 8ª. Ed. São Paulo: Campus, 2000.

PRADO JR, C. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 05 dez 2013.

RIBEIRO, R.J.C. **A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE-DF) no Censo 2010**. Rio de Janeiro: INCT, 2011. Disponível em:

<http://www.observatoriodasmetrolopoles.net/download/DF_Censo_2010.pdf>. Acesso em 10 abr. 2013.

RODRIGUES, A. C. **Avaliação das condições de vida e de produção nos acampamentos e assentamentos rurais do Distrito Federal**. 2011, 57f. Monografia (Graduação em Agronomia) – Universidade de Brasília / Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Brasília, 2011. Disponível em:

<http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1932/6/2011_AnaCarolinaRodrigues.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.

SABOURIN, E. **Diagnóstico dos dispositivos coletivos dos agricultores familiares nos assentamentos do Município de Unaí**. Brasília, UnB, CNPq, Cirad, Embrapa. 2006.

SABOURIN, E; OLIVEIRA; M. N. de; XAVIER; J. H. V. **Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unaí, MG**. 2006.

Disponível em: < <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/21061.pdf>>. Acesso em 28 nov 2013.

SACHS, I. Barricadas de ontem, campos de futuro. **Estud. av. [online]**. 2010, v.24, n.68, pp. 25-38. ISSN 0103-4014. Disponível: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/05.pdf>>. Acesso: 08 abr. 2013.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SAUER, S. e SOUZA, M. R. **Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas.** In: FERRANTE, Vera L. B. e WHITAKER, Dulce C. Reforma agrária e desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília, MDA/NEAD, 2008, pp. 53-87.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. estado.** [online]. 2006, v.21, n.1, pp. 109-130. ISSN 0102-6992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>>. Acesso em 08 fev 2013.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.**[online]. 2010, v.30, n.3, pp. 511-531. ISSN 0101-3157. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a09v30n3.pdf>>. Acesso em 07 mar 2013.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEPLAN – GO. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do estado de Goiás. **Perfil competitivo da regiões de planejamento do estado de Goiás.** 2011. Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/anexos/2011-04/f40892f24f7def77a05e7bce682943ff.pdf>>. 12 dez 2013.

SERAFIM, L.; SANTOS, A. dos. Representação e representatividade nos espaços de participação cidadã. In: DOWBOR, M.; HOUTZAGER, P.; SERAFIM, L. **Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos.** São Paulo, CEBRAP: IDS, 2008. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/505/505.pdf>>. Acesso em 08 mar 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SHIFERAW, B. ; HOLDEN, S. (1996). **Resource degradation and adoption of land conservation technologies by Smallholders in the Ethiopian Highlands:** a study in Andit Tid, North Shewa. Discussion Paper, Agricultural University of Norway.

SINGER, P. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?** 6p. 2004. Brasília: 2004. MTE. (Texto para discussão). Disponível em: <http://www.mtb.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvementocomunidadespobre.pdf>. Acesso em: 21 out. 2011.

SOUZA, J. C. M.; BAIARDI, A. A economia solidária como instrumento do desenvolvimento sustentável: o caso de pintadas. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. SOBER, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Cdmais, 2006. 1 CD – ROM.

SOUSA SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. **Para ampliar o cânone democrático**. Disponível em: <<http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/477.pdf>>. Acesso em: 12 mar 2013.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960– 1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEINER, P. **Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006. (Tradução Maria Helena C. V. Trylinski).

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO. **RIDE-DF**. Disponível em: < <http://www.sudeco.gov.br/ride-df>>. Acesso em: 10 abr 2013.

TRIGUEIRO, A. (coord.) **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**.

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. **Gestão e governança da segurança pública no Distrito Federal e Entorno**. Brasil, 2011. Disponível em: < http://www.unodc.org/documents/southerncone/noticias/2011/09-setembro/Diagnostico_Gestao_e_Governanca.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2013.

VEIGA, J. E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estud. av. [online]**. 2001, v.15, n.43, pp. 101-119. ISSN 0103-4014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>>. Acesso em: 10 abr 2013.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2ª Ed. Brasília: Ed. Pioneira, 1981.

WILKINSON, J. Ajustamento a um sistema de alimentos orientado para a demanda: **Novos Rumos para a Inovação Biotecnológica**. Ensaios FEE. Porto Alegre, (14)1:332-348,1993. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1611/1979>>. Acesso em: 15 jul 2012.

ANEXOS

ANEXO 01 – População das RMs e RIDEs nos Anos 2000, 2010 E 2012

Figura A.1 - População das RMs e RIDEs nos Anos 2000, 2010 E 2012

ORDEM	REGIÃO METROPOLITANA	POPULAÇÃO 2000	REGIÃO METROPOLITANA	POPULAÇÃO 2010	REGIÃO METROPOLITANA	POPULAÇÃO 2012
1*	RM SÃO PAULO	17.878.703	RM SÃO PAULO	19.683.975	RM SÃO PAULO	19.956.590
2*	RM RIO DE JANEIRO	10.792.518	RM RIO DE JANEIRO	11.708.247	RM RIO DE JANEIRO	11.846.530
3*	RM BELO HORIZONTE	4.819.288	RM BELO HORIZONTE	5.414.701	RM BELO HORIZONTE	5.504.635
4*	RM PORTO ALEGRE	3.718.333	RM PORTO ALEGRE	3.958.985	RM PORTO ALEGRE	3.995.337
5*	RM RECIFE	3.337.565	RIDE DF E ENTORNO	3.717.728	RIDE DF E ENTORNO	3.833.322
6*	RM SALVADOR	3.120.279	RM RECIFE	3.690.547	RM RECIFE	3.743.854
7*	RM FORTALEZA	3.056.769	RM FORTALEZA	3.615.767	RM FORTALEZA	3.700.182
8*	RIDE DF E ENTORNO	2.952.276	RM SALVADOR	3.573.973	RM SALVADOR	3.642.682
9*	RM CURITIBA	2.768.394	RM CURITIBA	3.174.201	RM CURITIBA	3.235.490
10*	RM CAMPINAS	2.338.148	RM CAMPINAS	2.797.137	RM CAMPINAS	2.866.453
11*	RM BELÉM	1.795.536	RM MANAUS	2.210.647	RM MANAUS	2.283.906
12*	RM MANAUS	1.725.536	RM GOIÂNIA	2.091.426	RM GOIÂNIA	2.154.678
13*	RM GOIÂNIA	1.672.589	RM BELÉM	2.042.417	RM BELÉM	2.079.699
14*	RM BAIXADA SANTISTA	1.476.820	RM GRANDE VITÓRIA	1.687.704	RM GRANDE VITÓRIA	1.725.323
15*	RM GRANDE VITÓRIA	1.438.596	RM BAIXADA SANTISTA	1.664.136	RM BAIXADA SANTISTA	1.692.425
	TOTAL	62.891.350	TOTAL	71.031.591	TOTAL	72.261.106
	TOTAL BRASIL	169.799.170,00	TOTAL BRASIL	190.755.799	TOTAL BRASIL	193.946.886
	% TOTAL BRASIL	37,04%	% TOTAL BRASIL	37,24%	% TOTAL BRASIL	37,26%

Fonte: IBGE (2013).

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

QUESTIONÁRIO

PESQUISA: DETERMINANTES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO DF E ENTORNO.

Nº DO QUESTIONÁRIO

Informações ao entrevistador:

Caro entrevistador antes de iniciar a aplicação do questionário pedimos que se dirija ao entrevistado se apresentando a ele, informando o objetivo de sua entrevista e perguntando se ele concordaria em participar deste trabalho respondendo as X questões que serão formuladas. Informe a ele que o tempo médio de aplicação do questionário é de X minutos e que o questionário não identificará pessoas, além do mais todas as informações coletadas ficarão restritas a análise da pesquisa em curso com a garantia de total anonimato dos respondentes. Ao encerrar a entrevista agradeça pela colaboração.

PARTE I: INFORMAÇÕES SÓCIO – ECONÔMICAS

01. Sexo: Masculino Feminino **02. Idade:** _____ **Anos.**

03. Como o Sr (a) se identifica em sua relação familiar:

chefe da família cônjuge filho outros

04. Escolaridade: _____ **anos**

05. Qual o nível de escolaridade do chefe da família? _____ **anos**

06. Qual o nível de escolaridade da cônjuge da família? _____ **anos**

1 a 9 – nove primeiros anos ensino fundamental; 10 a 12 – primeiro ao último ano ensino médio;
13 a 16 – ensino superior; 17 e 18 – mestrado; 19 a 22 – doutorado.

07. Tamanho da Família (residente no domicílio) incluindo o Entrevistado: _____

08. Origem da família? Vizinhança Sede do município Outros estados ou regiões do Brasil.

09. O senhor começou a trabalhar com quantos anos de idade? _____

10. Há quanto tempo o senhor está nesse lote? _____

11. Qual motivo levou o(a) senhor(a) a ingressar no assentamento?

Incentivo da família Incentivo de vizinhos e amigos Alternativa ao desemprego
 Acesso à terra Acesso a crédito Outros: _____

12. O (a) senhor (a) Participa de algum movimento social e ou empreendimento social? Qual?

Não participa Associação Cooperativa MST
 CONTAG FETRAF Sindicato de Outro: _____
Trabalhadores rurais

13. O senhor segue ou professa alguma religião? Não Sim Em caso afirmativo, qual?

Católica Romana Assembleia de Deus Outros grupos evangélicos: _____
 Outros grupos religiosos: _____

14. Qual a área de seu lote? _____ ha.

15. Qual a sua principal atividade? Criação de pequenos animais Criação de bovinos
 Agricultura de sequeiro Agricultura irrigada Outro (especifique) _____

16. Recebe algum tipo de assistência técnica? Não Sim

PARTE II - ÍNDICE AMBIENTAL

1. Como é feita a conservação do solo?

APÊNDICE B - DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECÔMICOS DA RIDE-DF

Tabela B.1 - Dados Demográficos e Socioeconômicos da RIDE - DF

MUNICÍPIOS	ÁREA (KM ²)	POPULAÇÃO ESTIMADA	IDHM ¹⁸	PIB PER CAPITA ¹⁹ (EM R\$ MIL)	ÍNDICE DE GINI
		(2013)	(2010)	(2011)	(2010)
Distrito Federal	5.779,999	2.789.761	0,824	63.020,02	0,63
Abadiânia (GO)	1.045,127	17.326	0,689	7.460,31	0,43
Água Fria de Goiás (GO)	2.029,416	5.395	0,671	21.281,04	0,60
Águas Lindas de Goiás (GO)	188,385	177.890	0,686	4.957,25	0,43
Alexânia (GO)	847,893	25.468	0,682	14.531,73	0,46
Cabeceiras (GO)	1.127,605	7.717	0,668	18.221,63	0,48
Cidade Ocidental (GO)	389,990	61.552	0,795	5.757,15	0,47
Cocalzinho de Goiás (GO)	1.789,039	18.623	0,657	8.802,02	0,50
Corumbá de Goiás (GO)	1.061,955	10.829	0,680	7.696,21	0,51
Cristalina (GO)	6.162,090	51.149	0,699	22.746,17	0,57
Formosa (GO)	5.811,790	108.503	0,744	10.393,25	0,56

¹⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano pode ser visto com um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH são: saúde, educação e renda. É um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações regionais através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). O IDH-M é um ajuste metodológico ao IDH Global, e foi publicado em 1998 (a partir dos dados do Censo de 1970, 1980, 1991) e em 2003 (a partir dos dados do Censo de 2000). **Fonte:** PNUD.

¹⁹ O cálculo do PIB dos Municípios baseia-se na distribuição, pelos municípios, do valor adicionado bruto, a preços básicos, em valores corrente das atividades econômicas, obtido pelas Contas Regionais do Brasil. Não se estima o valor adicionado bruto a preços constantes no nível municipal. Consideram-se as seguintes atividades econômicas: agricultura; pecuária; silvicultura e exploração florestal; pesca; indústria extrativa; indústrias de transformação; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; construção civil; comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; atividades imobiliárias e aluguéis; serviços prestados às empresas; administração, saúde e educação públicas e seguridade social; educação mercantil; saúde mercantil; serviços prestados às famílias e associativos e serviços domésticos. **Fonte:** IBGE.

Luziânia (GO)	3.961,122	188.181	0,701	11.927,38	0,58
Mimoso de Goiás (GO)	1.386,915	2.730	0,665	11.589,45	0,46
Novo Gama (GO)	194,992	103.085	0,684	5.252,17	0,56
Padre Bernardo (GO)	3.139,177	30.059	0,651	7.825,02	0,50
Pirenópolis (GO)	2.205,010	24.111	0,693	10.553,21	0,43
Planaltina (GO)	2.543,867	86.014	0,669	6.154,91	0,49
Santo Antônio do Descoberto (GO)	944,137	67.993	0,665	5.126,43	0,45
Valparaíso de Goiás (GO)	61,410	146.694	0,746	8.500,25	0,50
Vila Boa (GO)	1.060,172	5.246	0,647	19.883,99	0,48
Buritis (MG)	5.225,186	23.979	0,733	23.123,62	0,57
Cabeceira Grande (MG)	1.031,409	6.774	0,73	22.469,92	0,47
Unaí (MG)	8.447,107	81.963	0,812	21.880,05	0,54
ENTORNO	2.302,45	56.876,41	0,70	12.551,51	0,50

Fonte: IBGE (2013).

APÊNDICE C - DISTÂNCIA ENTRE O DF E OS DEMAIS MUNICÍPIOS DA RIDE – DF

Tabela C.1 - Distância entre o DF e os demais Municípios da RIDE – DF

ESTADO	MUNICÍPIO	DISTÂNCIA
GO	Valparaíso de Goiás	25
GO	Novo Gama	40
GO	Cidade Ocidental	44
GO	Águas Lindas	50
GO	Santo Antônio do Descoberto	50
GO	Planaltina de Goiás	64
GO	Luziânia	66
GO	Alexânia	90
GO	Formosa	90
GO	Abadiânia	120
GO	Cocalzinho de Goiás	120
GO	Padre Bernardo	120
MG	Cabeceira Grande	120
GO	Cristalina	125
GO	Mimoso de Goiás	125
GO	Água Fria de Goiás	130
GO	Cabeceiras	130
GO	Corumbá de Goiás	140
GO	Vila Boa	150
GO	Pirenópolis	152
MG	Unaí	170
MG	Buritis	245

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados do IBGE (2010).

APÊNDICE D – POPULAÇÃO RESIDENTE NA RIDE-DF, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA NO ANO DE 2010

Tabela D.1 - População Residente na RIDE-DF, por Situação do Domicílio e Localização da Área no Ano de 2010

RIDE Distrito Federal e Entorno, municípios e sexo	População residente								
	Total	Urbana			Rural				
		Cidade ou vila		Área urbana isolada	Área rural (exceto aglomerado)	Aglomerado			
		Área urbanizada	Área não urbanizada			De extensão urbana	Povoado	Núcleo	Outros aglomerados
RIDE Distrito Federal e Entorno	3 717 728	3 454 711	30 292	15 071	155 899	28 171	30 658	762	2 164
Homens	1 801 936	1 660 689	15 443	7 501	87 002	14 284	15 478	405	1 134
Mulheres	1 915 792	1 794 022	14 849	7 570	68 897	13 887	15 180	357	1 030

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

APÊNDICE E – DADOS E CARACTERÍSTICAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS REGISTRADOS NA SR-28/INCRA

Tabela E.1 - Dados e Características dos Assentamentos Rurais Registrados na SR-28/INCRA

UF	MUNICÍPIO	Nº DE ASSENTAMENTOS	Nº DE FAMILIAS ASSENTADAS
DF	Brasília	12	709
DF	TOTAL	12	709
MG	Arinos	15	734
MG	Buritis	19	698
MG	Unaí	25	1640
MG	Uruana de minas	3	187
MG	TOTAL	62	3259
GO	Alto Paraiso de Goiás	2	167
GO	Alvorada do norte	3	221
GO	Cabeceiras	1	42
GO	Cavalcante	1	121
GO	Cidade Ocidental	1	62
GO	Colinas do sul	4	250
GO	Agua Fria de Goiás	5	168
GO	Cocalzinho de Goiás	2	236
GO	Cristalina	9	837
GO	Divinópolis de Goiás	2	495
GO	Flores de Goiás	19	2240
GO	Formosa	16	1641
GO	Formoso	4	229
GO	Guarani de Goiás	2	59
GO	Luziânia	2	112
GO	Mambaí	6	186

GO	Monte alegre de Goiás	1	55
GO	Nova Roma	1	65
GO	Padre Bernardo	9	609
GO	Posse	1	120
GO	Planaltina	5	249
GO	São Domingos	2	106
GO	São João d'aliança	8	500
GO	Simolândia	2	84
GO	Sítio d'abadia	1	42
GO	Teresina de Goiás	1	49
GO	Vila Boa	2	177
GO	TOTAL	112	9122
SR - 28	TOTAL		

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados do INCRA (2012).

APÊNDICE F - DADOS E CARACTERÍSTICAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA RIDE-DF REGISTRADOS NA SR-28/INCRA E NA EMATER - DF

Tabela F.1 - Dados e Características dos Assentamentos Rurais da RIDE-DF Registrados na SR-28/INCRA e na EMATER - DF

UF	MUNICÍPIO	Nº DE ASSENTAMENTOS	Nº DE FAMILIAS ASSENTADAS
DF	Brasília	16	1000
DF	TOTAL	16	1000
GO	Cabeceiras	1	42
GO	Cidade Ocidental	1	62
GO	Água Fria de Goiás	5	168
GO	Cocalzinho de Goiás	3	324
GO	Cristalina	9	837
GO	Formosa	16	1641
GO	Luziânia	2	112
GO	Padre Bernardo	9	609
GO	Planaltina	5	249
GO	Vila Boa	2	177
GO	TOTAL	53	4221
MG	Buritiz	19	698
MG	Unaí	25	1640
MG	TOTAL	44	2338
RIDE - DF	TOTAL	113	7559

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados do INCRA (2012) e EMATER – DF (2013).

APÊNDICE G – PERCENTUAIS DO ISA POR VARIÁVEL / UF

Tabela G.1 - Percentuais do ISA por Variável / UF

Variável	Resposta	GO		MG		DF	
		FA	FR (%)	FA	FR	FA	FR
Conservação do Solo	Não é realizada nenhuma prática de conservação	38	18,81	8	22,22	27	15,88
	Através de práticas mecânicas	106	52,48	23	63,89	92	54,12
	Através de práticas biológicas	58	28,71	5	13,89	51	30,00
	Total	202	100	36	22,22	170	100,00
Métodos de Controle de Praga utilizado na unidade produtiva	Agrotóxico	125	61,88	17	47,22	97	57,06
	Nenhum método	44	21,78	12	33,33	37	21,76
	Biológico	33	16,34	7	19,44	36	21,18
	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00
Utilização de Fogo	Sim	175	86,63	31	86,11	147	86,47
	Não	27	13,37	5	13,89	23	13,53
	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00
Intensidade do Uso de Agrotóxicos	2 ou mais produtos	59	29,21	8	22,22	74	43,53
	1 Produto	83	41,09	18	50,00	52	30,59
	Não utiliza	60	29,70	10	27,78	44	25,88
	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00
Destino dos Restos das Culturas	Queima	9	4,46	4	11,11	5	2,94
	Alimenta animal/ vende a terceiros	74	36,63	18	50,00	61	35,88
	Incorporação ao solo após a colheita	119	58,91	14	38,89	104	61,18
	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00
Rotação de Cultura	Sim	119	58,91	19	52,78	128	75,29
	Não	83	41,09	17	47,22	42	24,71

	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00
Adubação	Químico	53	26,24	15	41,67	35,00	20,59
	Químico e / orgânico	116	57,43	11	30,56	110,00	64,71
	Orgânico	33	16,34	10	27,78	25	14,71
	Total	202	100,00	36	100,00	170,00	100,00
Forma de Cultivo	Somente máquinas	4	1,98	7	19,44	15,00	8,82
	Com mãos e máquinas	73	36,14	13	36,11	73,00	42,94
	Somente mãos	125	61,88	16	44,44	82	48,24
	Total	202	100,00	36	100,00	170,00	100,00
Saneamento	Sim	184	91,09	34	94,44	154,00	90,59
	Não	18	8,91	2	5,56	16,00	9,41
	Total	202	100,00	36	100,00	170,00	100,00
Reflorestamento	Sim	190	94,06	34	94,44	145	85,29
	Não	12	5,94	2	5,56	25	14,71
	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa de campo (2013).

APÊNDICE H – PERCENTUAIS DO IPP POR VARIÁVEL / UF

Tabela H.1 - Percentuais do IPP por Variável / UF

Variável	Resposta	GO		MG		DF	
		FA	FR (%)	FA	FR	FA	FR
Organização	Sim	170	84,16	24	66,67	105	61,76
	Não	32	15,84	12	33,33	65	38,24
	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00
Acampamento	Sim	181	89,60	30	83,33	81	47,65
	Não	21	10,40	6	16,67	89	52,35
	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00
Ativismo	Nunca	13	6,44	8	22,22	27	15,88
	As vezes	28	13,86	13	36,11	45	26,47
	Poderia ser mais ativo	26	12,87	7	19,44	44	25,88
	Intensamente	135	66,83	8	22,22	54	31,76
	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00
Decisões orçamentárias	Nunca	36	17,82	17	47,22	58	34,12
	As vezes	33	16,34	9	25,00	48	28,24
	Poderia ser mais ativo	31	15,35	3	8,33	25	14,71
	Intensamente	102	50,50	7	19,44	39	22,94
	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00
Participação em Reuniões	Nunca vou	11	5,45	5	13,89	15	8,82
	As vezes	20	9,90	5	13,89	28	16,47
	Poderia ir mais	51	25,25	17	47,22	68	40,00
	Sempre	120	59,41	9	25,00	59	34,71
	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00
Prestação de Contas	Nunca vou	74	36,63	18	50,00	89	52,35

	As vezes	31	15,35	5	13,89	24	14,12
	Poderia ir mais	16	7,92	4	11,11	14	8,24
	Sempre	81	40,10	9	25,00	43	25,29
	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00
Cargo	Sim	72	35,64	12	33,33	59	34,71
	Não	130	64,36	24	66,67	111	65,29
	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00
Paga Taxa	Sim	125	61,88	26	72,22	109	64,12
	Não	77	38,12	10	27,78	61	35,88
	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00
Militância	Sim	172	85,15	26	72,22	104	61,18
	Não	30	14,85	10	27,78	66	38,82
	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00
Política Nacional	Não me interessa	6	2,97	3	8,33	17	10,00
	Somente em períodos eleitorais	79	39,11	15	41,67	52	30,59
	Acompanho os fatos	35	17,33	10	27,78	56	32,94
	Intensamente	82	40,59	8	22,22	45	26,47
	Total	202	100,00	36	100,00	170	100,00

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da pesquisa de campo (2013).

APÊNDICE I – DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NOS MODELOS ESTIMADOS PARA DETERMINAÇÃO DO ISA E IPP

Tabela I.1 - Definição das Variáveis Utilizadas nos Modelos Estimados para determinação do ISA e IPP

VARIÁVEL	DEFINIÇÃO
IPP	Entendido como o nível de Politização dos assentados
ISA	Entendido como o nível de Sustentabilidade Ambiental dos assentados
Sexo	Variável com valor binário que define o gênero do indivíduo, sendo 0 para o sexo masculino e 1 para o sexo feminino
Idade	Anos de vida do assentado
Idade²	Anos de vida do assentado elevado ao quadrado
Tamanho da família	Números de pessoas que residem com o assentado
Escolaridade do Chefe	Anos de estudo do chefe da família
Escolaridade do Cônjuge	Anos de estudo do cônjuge da família
GO	Assentado pertencente a um assentamento do estado de Goiás
MG	Assentado pertencente a um assentamento do estado de Minas Gerais
Evangélico	Assentado professa algum tipo de religião evangélica
Área	Tamanho do lote do assentado
Bolsa família	Assentado é beneficiário do programa de distribuição de renda
Renda	Total dos rendimentos da família do assentado
MST x Área	Assentado ligado ao MST e com lote de valor expressivo
IPP x Evangélico	Assentado com ótimo nível de politização e que professa uma religião evangélica
Bolsa Família x Tamanho da Família	Assentado com família numerosa e beneficiária do programa de distribuição de renda
ISA x Renda	Assentado com ótimo nível de Sustentabilidade Ambiental e com maior Renda familiar
ISA x MST	Assentado com ótimo nível de Sustentabilidade Ambiental e integrante do MST
ISA x Evangélico	Assentado com ótimo nível de Sustentabilidade Ambiental e que professa uma religião evangélica

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da pesquisa de campo (2013).